



**Samira Elizângela  
Ramos do Rosário**

**Política de Integração dos Imigrantes**





**Samira Elizângela  
Ramos do Rosário**

## **Política de Integração dos Imigrantes**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizado sob a orientação científica da Doutora Maria Cristina do Nascimento R. Madeira de A. de Sousa Gomes e do Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença Professores Auxiliares do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, da Universidade de Aveiro.



Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, namorado e amigos, pelo apoio.



## **O Júri**

### **Presidente**

**Doutor Varqa Carlos Jalali**

Professor auxiliar do Departamento de Ciências sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

**Doutora Gillian Grace Owen**

Professora auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

**Doutora Maria Cristina de Sousa Gomes**

Professora auxiliar do Departamento de Ciências sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro





## **agradecimentos**

Gostaria de começar por agradecer à minha orientadora Doutora Maria Cristina do Nascimento Sousa Gomes e o coorientador Doutor Carlos Eduardo Machado Sangreman Proença por todo o apoio e orientação.

Agradeço pela sugestão de um tema bastante interessante e pela ótima orientação que ajudou-me a evoluir durante todo este processo.

Quero agradecer à Svetlana, do CNAI do Porto, pela hospitalidade durante a minha estadia no CNAI.

Agradeço aos dirigentes das associações de imigrantes que me concederam as entrevistas.

Quero agradecer à minha família por todos os sacrifícios que fizeram para que isto se tornasse possível, principalmente a minha irmã que sempre incentivou-me e nunca me deixou desistir e ao meu irmão pelo apoio aqui em Portugal.

Ao meu namorado e amigos, um muito obrigado, pela paciência, dedicação e companheirismo durante esta etapa da minha vida.



**palavras-chave**

Imigração, Modelos de integração, políticas de imigração e integração, CNAI, ACIDI, Plano de integração de Imigrantes, políticas de inclusão social.

**resumo**

O aumento significativo de imigrantes provenientes dos PALOP, Brasil e de países que não tinham nenhuma ligação com Portugal como a Ucrânia, obrigou o país a tomar medidas interventivas no âmbito das políticas de imigração e integração. Com este relatório de estágio pretende-se: abordar as políticas de integração em Portugal enquadrando-as no contexto europeu, apresentar as respostas do governo português na integração, perceber a importância do CNAI e do ACIDI na integração dos imigrantes.



**keywords**

Immigration, models of integration, immigration and integration policies, CNAI, ACIDI, Immigrants' Integration Plan, social inclusion policies.

**abstract**

The significant increase in the numbers of immigrants from PALOP, Brazil and countries that have nothing in common with Portugal like Ukraine, forced the country to take interventional measures in the scope of immigration and integration policies.

With this training report we intend to: discuss the integration policies in Portugal framing them in the European context; present the responses of the Portuguese Government in integration; understand the importance of CNAI and ACIDI in the integration of immigrants.



# ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	v
ÍNDICE DE TABELAS .....	vii
ÍNDICE DE ACRÓNIMOS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
1. Conceitos e modelos de integração .....	5
1.1. <i>Definição de conceitos e modelos</i> .....	5
1.2. <i>Modelos de integração</i> .....	6
1.2.1. Modelo multicultural .....	6
1.2.2. Modelo de assimilação .....	10
1.3. <i>Teoria das migrações e os processos de decisão</i> .....	11
1.3.1. As teorias micro e macro sociológica .....	11
1.3.2. Razões que trouxeram os imigrantes à Portugal .....	13
2. <i>As políticas de integração no contexto europeu</i> .....	15
2.1. <i>Práticas ao nível local</i> .....	17
2.2. Dimensões do processo de integração .....	24
2.2.1. Dimensão socioeconómica: trabalhadores temporários versus imigrantes ...	25
2.2.2. Dimensão política-legal: <i>jus sanguinis versus jus soli</i> .....	25
2.2.3. Dimensão cultural: multiculturalismo versus assimilação .....	26
3. Evolução da imigração para Portugal .....	29
3.1. <i>Cabo verde e a sua vinda à Portugal</i> .....	30
3.2. <i>Brasil e a sua vinda à Portugal</i> .....	30
3.3. <i>Ucrânia e a sua vinda à Portugal</i> .....	31
4. Política migratória portuguesa .....	33
4.1. <i>As leis e as políticas de imigração</i> .....	33
4.2. Falhas das políticas de regulação .....	35
5. Políticas de integração .....	37
5.1. <i>Importância do CNAI e do ACIDI na integração e no contributo das políticas</i> .....	38
5.2. <i>Grandes linhas da política de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal</i> 39	
5.3. <i>Plano para Integração dos Imigrantes</i> .....	40
5.4. <i>Políticas de inclusão social</i> .....	43
6. Caracterização da população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal .....	51
7. Comparação entre a população portuguesa e a estrangeira .....	59





8. Entrevistas das comunidades.....	63
CONCLUSÃO .....	91
BIBLIOGRAFIA.....	93
ANEXOS.....	97



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição da população estrangeira pelos principais municípios de Portugal, em 2011 .....	52
Gráfico 2: Condição perante a atividade económica por nacionalidade, em 2011 (condição ativa e inativa).....	53
Gráfico 3: Condição perante a atividade económica, dos residentes por nacionalidade, em 2011. ....	54
Gráfico 4: Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos, por nacionalidade em 2011.....	54
Gráfico 5: Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos, por nacionalidade em 2011. ....	55
Gráfico 6: Principais profissões da população empregada por nacionalidade, em 2011. ....	56
Gráfico 7: Principais ramos de atividade económica da população empregada por nacionalidade, em 2011.....	57
Gráfico 8: Condição perante a atividade económica da população portuguesa e estrangeira, em 2011 (condição ativa e inativa). ....	59
Gráfico 9: Condição perante a atividade económica da população portuguesa e estrangeira, em 2011.....	59
Gráfico 10: Principal meio de vida da população portuguesa e estrangeira com 15 ou mais anos, em 2011.....	60
Gráfico 11: Nível de ensino completo da população portuguesa e estrangeira entre os 15 e os 64 anos, em 2011.....	61



## **ÍNDICE DE TABELAS**

Tabela 1: Evolução da população estrangeira residente (stock) em Portugal, por principais nacionalidades, em 2000-2013.....	51
---	----



## **ÍNDICE DE ACRÓNIMOS**

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

PII - Plano para a Integração de Imigrantes

INE - Instituto Nacional de Estatística

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

SCF - Standing Consultative Forum

BRAP - Birmingham Race Action Partnership

OMA - Office for Multicultural Affairs

CATU - Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos

PSD - Partido Social Democrata

PS - Partido Socialista

CDS-PP - Partido do Centro Democrático Social

COCAI - Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração

CICDR - Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

AMB - Associação Mais Brasil

SAL - Subdelegação da Associação dos Ucrânicos

ACV - Associação CaboVerdeana

SS - Segurança Social

SNS - Sistema Nacional de Saúde





## INTRODUÇÃO

Portugal tem uma tradição enquanto país de emigração. Até meados dos anos 70, o número de imigrantes era relativamente baixo, tanto que os dados revelados pelo censo em 1960 mostravam que apenas 29.000 estrangeiros residiam em Portugal, sendo que 67% era proveniente da Europa, 15% da África e 22% do Brasil (Baganha, 2001).

Numa primeira fase, razões como a falta de oportunidades de emprego, os baixos salários e o clima de pobreza estiveram na origem da emigração portuguesa para o Brasil, Canadá e EUA (AMI, 2008).

A partir dos anos 60 - a maior fase da emigração portuguesa - milhões de portugueses atravessaram o atlântico em direção ao novo mundo. Entre os principais destinos estavam os países da Europa Ocidental, que necessitavam de mão-de obra e onde as condições de trabalho eram muito superiores do que as oferecidas em Portugal. Assim, foi neste contexto que o estado começou a abrir as portas aos imigrantes das ex-colónias, de forma a suprir a carência de mão-de-obra deixada pelos portugueses (AMI, 2008).

E com a desagregação tardia do Império ultramarino português, em 1975, aproximadamente meio milhão de portugueses regressaram a Portugal, para 11 anos depois, com a sua entrada na Comunidade Económica Europeia, voltar a incentivar a saída dos trabalhadores nacionais para um espaço comum que continuava a necessitar de mão-de-obra. E a entrada de Portugal neste novo espaço, começa a atrair imigrantes do Brasil, PALOP e da Europa Central e Oriental (AMI, 2008).

Assim, a ideia de que Portugal tinha-se tornado num país de imigração surgiu pela primeira vez no início dos anos 90 (Esteves 1991, citado em Peixoto, 2004).

Segundo Peixoto (2003:5), a imigração para Portugal foi potenciada por fatores tanto de ordem externa como de ordem interna. Primeiro, foi o período de descolonização que trouxe ao país um aumento significativo de imigrantes provenientes das ex-colónias. Segundo, a adesão a União Europeia em 1986 fez crescer a economia portuguesa e com isso criaram-se muitas oportunidades de emprego, atraindo muitos imigrantes provenientes dos PALOP e do Brasil. Por último, a abertura das fronteiras, reforçada pelo Acordo Schengen em 1995, que permitia a livre circulação, trouxe muitos imigrantes provenientes da Europa do Leste. Este acordo constitui um fenómeno importante no contexto da imigração para Portugal, pois aos nacionais dos países do Leste não era exigida a consulta prévia para a concessão de vistos.

A carência de mão-de-obra e as falhas na regulação dos fluxos fizeram de Portugal um destino atrativo primeiramente para os imigrantes dos PALOP, e do Brasil. E mais recentemente dos imigrantes da Europa do Leste. Assim, na medida em que se assistia um aumento contínuo da imigração, assistia-se também a um alargamento e diversificação nas áreas de recrutamento (ACIME, 2004).

O aumento acelerado da imigração proveniente dos PALOP, do Brasil e de outros países que não tinham nenhuma relação com Portugal como é o caso da Ucrânia, obrigaram uma intervenção no âmbito das políticas de imigração. Assim, as primeiras medidas tomadas foram os dois processos de regularização extraordinária, em 1992 e 1996 (Peixoto, 2004).

Estas legalizações extraordinárias contribuíram significativamente para o aumento da população estrangeira legal, o que levou ao reconhecimento da necessidade e urgência de novas estratégias e políticas migratórias (Baganha e Marques, 2001).

Deste modo, enquanto país de destino para muitos imigrantes de diversas origens o Governo vê-se obrigado a definir políticas destinadas a integração dos imigrantes. Assim, as primeiras iniciativas neste âmbito aconteceram em 1996, com a criação do atual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, (ACIDI), em 2004 pela criação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) e em 2007 pela criação do Plano para a Integração dos Imigrantes.

O presente relatório, realizado no âmbito do Estágio no CNAI do Porto, tem como tema “As Políticas de Integração dos Imigrantes”. Com este relatório pretende-se abordar as políticas de integração em Portugal, enquadrando-as no contexto europeu, apresentar as respostas do Governo português no que diz respeito a imigração e a importância do CNAI e do ACIDI na integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

### **Questão de investigação**

Em que medida as políticas de integração afetam a inclusão dos imigrantes na sociedade de acolhimento?

No seguimento desta questão procuraremos perceber como se pode falar em políticas integradoras uma vez que as comunidades são provenientes de origens distintas e apresentam necessidades também distintas. Ou seja, o objetivo deste trabalho será o de perceber os efeitos das políticas nas diferentes comunidades, a forma como os imigrantes relacionam-se com estas políticas, ou até que ponto as políticas podem afetar

a forma como as comunidades comportam-se na sociedade de acolhimento. Ainda, é importante mostrar as medidas políticas adotadas pelo Governo português no que diz respeito a integração e acolhimento dos imigrantes e o que está sendo feito pela União Europeia para as políticas de integração.

Este relatório encontra-se estruturado por oito capítulos que serão divididos da seguinte forma: o primeiro capítulo refere a definição dos conceitos, aos modelos e as teorias das migrações. Pretende-se neste capítulo falar dos modelos de integração, mostrar as principais questões abordadas nas teorias das migrações, mostrando as diferentes perspetivas que ajudam-nos a explicar porque ocorrem as migrações e os motivos que levam as pessoas a emigrarem.

No segundo capítulo serão abordadas as políticas de integração no contexto europeu, o que tem sido feito para o fenómeno migratório a nível local e por fim abordaremos as dimensões do processo de integração.

Depois analisaremos a evolução da imigração para Portugal, descrevendo as fases migratórias ao longo dos anos, onde mostraremos a história migratória do Brasil, da Ucrânia e de Cabo Verde. O capítulo basicamente descreve o contexto da imigração para Portugal, e as características dos fluxos migratórios destes países em estudo.

De seguida apresenta-se a Política migratória portuguesa, estando aqui incluídas as leis e as políticas de imigração e as falhas das políticas de regulação.

No capítulo cinco apresentamos as políticas de integração, onde destaca-se a importância do CNAI e do ACIDI na integração e no contributo das políticas, os Planos para a integração dos imigrantes (PII) e também as políticas de inclusão, onde analisa-se algumas medidas de integração fundamentais para a inclusão social dos imigrantes.

Posteriormente passa-se a caracterização da população de nacionalidade estrangeira, onde faz-se uma análise de dados, que com base em vários indicadores nos ajudarão a perceber como é que sucede a integração dos imigrantes em Portugal. Estes dados nos permitirão caracterizar a integração e perceber se os imigrantes estão mesmo incluídos na sociedade portuguesa.

No capítulo sete apresenta-se a comparação entre a população portuguesa e estrangeira, o que nos dirá se realmente pode-se falar em integração em alguns domínios importantes da vida social ou profissional dos estrangeiros.

Por fim apresenta-se o capítulo oito, onde consta a entrevista feita a três representantes das associações das comunidades numericamente mais representativas

em Portugal, e cuja estruturação consiste na transcrição e na análise global dos resultados.

No que diz respeito a metodologia, a investigação será realizada através de uma abordagem predominantemente qualitativa a ser conjugada com dados quantitativos.

Para a realização deste relatório, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica alargada e a diferentes fontes de informação, que incidiram sobre os diversos temas aqui tratados, visando obter uma visão ampla das políticas de integração em Portugal. Importa salientar os documentos disponibilizados pelo ACIDI, a informação recolhida no Observatório da Imigração do ACIDI, os Relatórios do SEF e os dados estatísticos disponibilizados pelo INE.

E, de modo a perceber os efeitos que as políticas exercem sob as comunidades, foram realizadas entrevistas estruturadas a serem complementados com dados estatísticos. Uma análise cuidada dos dados nos permitirão obter as respostas que se pretende alcançar com este relatório.

Tendo reunida a informação, quer através de dados bibliográficos ou estatísticos, procederemos a uma análise comparativa dos países em estudo. Deste modo, esperamos com esta análise, chegar as conclusões sobre a problemática em questão e perceber como é que ocorre a integração dos imigrantes em Portugal.

# **1. CONCEITOS E MODELOS DE INTEGRAÇÃO**

## **1.1. Definição de conceitos e modelos**

A integração é “o processo de incorporar imigrantes e minorias étnicas na vida económica, social e política do país de acolhimento (Boswell, citado em Regout 2003: 9).” Para este autor, estes aspetos do quotidiano correspondem a três dimensões da integração: a dimensão socioeconómica, a dimensão cultural e a dimensão política.

Assim, Regout (2011: 9) reconhece que a dimensão socioeconómica está relacionada com o acesso à habitação, à assistência social, à educação, ao emprego e aos serviços. Quanto a dimensão cultural, defende ser objeto de interpretação e debates e implica que os imigrantes saibam a língua e os valores da sociedade de acolhimento. Por último, o mesmo autor aponta que a dimensão política e legal diz respeito a concessão de direitos políticos, isto é o direito de votar e ser eleito ou o direito de ter empregos públicos.

A Comissão Europeia e a OCDE (2003: 4) definem a integração num sentido mais amplo, isto é, definem-no como um processo através do qual as pessoas recém-chegadas num país tornam-se parte da respetiva sociedade.

Vista de uma perspetiva macro a integração refere-se a uma característica de um sistema social, por exemplo, uma sociedade (Entzinger & Biezeveld, 2003). Segundo os mesmos autores, a integração também pode ser entendida a partir de uma perspetiva de grupos ou indivíduos.

Quanto aos modelos Boswell (citado em Regout 2003: 7) defende que o conceito de assimilação está relacionado a uma conceção muito forte do que é ser um cidadão. A assimilação exige a adaptação completa dos imigrantes na sociedade de acolhimento, para que os imigrantes ou os seus descendentes não sejam distinguidos do resto da população (Castles citado em Regout 2003: 7). Por outras palavras, este modelo exige que se abandone a nacionalidade de origem.

O modelo multicultural permite a coexistência entre culturas, religiões e valores. Ao contrário da assimilação este modelo exige uma adaptação mais reduzida dos imigrantes no país de acolhimento (Regout, 2003).

Conforme Boswell (citado em Regout 2003: 8), a fundamentação lógica por detrás do multiculturalismo poderia ser duplicada: ou seja esta lógica poderia ter nascido de um cálculo pragmático em países onde a assimilação é considerada

impossível ou poderia ser defendida com base no compromisso para o pluralismo cultural.

Segundo a Alta Comissário do ACIDI, Rosário Farmhouse (2012), “o modelo intercultural permite que os imigrantes mantenham a sua cultura de origem, e podem ao mesmo tempo adotar a cultura do país de acolhimento”.

Para Malheiros (2011: 24), o modelo intercultural pode ser entendido como um mecanismo responsável pela promoção da comunicação e interação entre os vários grupos que compõem uma sociedade.

## **1.2. Modelos de integração**

A literatura mostra que, apesar, de vários países terem recebido grandes fluxos de imigrantes, optaram por soluções completamente diferentes para dar resposta à integração.

Lahav (citado em Regout 2003: 7) aponta que no que diz respeito a integração dos imigrantes, a literatura académica foi dividida e reflete a grande variedade de modelos nacionais. E que, na realidade cada país tem a sua própria perceção de quais direitos deve conceder aos vários grupos de imigrantes.

Apesar das variações nacionais, foram escolhidos com base na literatura três modelos para a integração dos imigrantes: o modelo de assimilação, o modelo multicultural, o modelo intercultural, que irão explicar a integração em países como a Suécia, Portugal, Reino Unido, Holanda e a França.

Estes modelos porém, não conseguiram evitar a exclusão social da segunda geração de adultos nascidos de imigrantes no período pós-guerra como reconhece Regout (2011: 3), com base em acontecimentos recentes.

### **1.2.1. Modelo multicultural**

O país mais notável a usar o modelo multicultural é a Suécia que é considerada pela Mipex<sup>1</sup>, um dos melhores no que diz respeito as políticas de integração.

A Suécia, a semelhança de Portugal, era exclusivamente um país de emigração. Porém, após a 2ª Guerra Mundial, começam a surgir as primeiras mudanças rumo à imigração, quando passou a acolher muitos refugiados provenientes dos países bálticos e nórdicos e da Alemanha. A partir de 1970, passa a acolher imigrantes não-europeus,

---

<sup>1</sup> O MIPEX é um guia de referência e uma ferramenta interativa para avaliar, comparar e melhorar as políticas de integração.

que procuravam refúgio devido as guerras, golpes militares e instabilidades políticas (Marques, 2003; Englund, 2003).

Ainda em 1970, o modelo vigente na Suécia era o de assimilação, que veio a ser substituído por uma política de integração multicultural na reforma constitucional de 1974 (Blanc-Noel, 2009).

Para alguns autores, a escolha deste novo modelo foi baseada em três princípios: a igualdade, a liberdade de escolha e a cooperação (Marques, 2003; Blanc-Noel, 2009).

O primeiro princípio conferia aos imigrantes os mesmos direitos, deveres e oportunidades que os cidadãos suecos. O segundo permitia que os imigrantes escolhessem se queriam manter a sua cultura de origem e a língua e/ou adotar a cultura do país de acolhimento. O terceiro e último princípio defendiam a existência de uma cooperação entre os imigrantes e os cidadãos suecos, conferindo aos primeiros a oportunidade de participarem no desenvolvimento da sociedade.

Porém, mesmo tendo a Suécia adotado o multiculturalismo, Blanc-Noel (2009: 16), baseando em declarações das autoridades de que “o objetivo da política de integração é ajudar os imigrantes a tornarem-se membros inteiramente funcionais da comunidade”, defende que a política de integração deste país não é verdadeiramente multicultural, pois continua a apresentar elementos do modelo de assimilação.

Portugal, considerado o segundo país com as melhores políticas de integração pela Mipex, também adotou o modelo multicultural. Considerado há muito tempo, palco de transição e interação entre os povos e culturas, nos anos 70 com a descolonização e mais precisamente na década de 90, viu-se tornar num país de acolhimento para imigrantes dos PALOP, do Brasil e recentemente dos imigrantes da Europa de Leste (Gil, 2008).

Devido a essa grande afluência de imigrantes provenientes dos vários países e com culturas diferentes, Portugal passa a experienciar uma enorme diversidade cultural. Assim, para que fosse possível coexistir de forma pacífica numa sociedade marcada pelo pluralismo cultural foi necessário haver uma inter-relação e um respeito mútuo pelo que era diferente (Pedro et al. 2007).

Assim, por essa razão fala-se igualmente do interculturalismo, adotado pelo próprio ACIDI - o Instituto Público responsável pela integração dos imigrantes - que reconhece a importância de promover a interculturalidade como modelo base da política de imigração portuguesa (ACIDI, 2007).

O conceito de interculturalidade diz respeito a um processo através do qual várias culturas interagem entre si, respeitando-se mutuamente. Por outras palavras, a interculturalidade verifica-se quando existe uma relação de interação entre pessoas de culturas e origens sociais distintas.

Este modelo é caracterizado por uma “estratégia de convivialidade”, na medida em que tenta amenizar ou mesmo acabar com os conflitos que são inevitáveis quando pessoas de culturas diferentes convivem numa mesma sociedade (Gil, 2008).

Um país que vive sob este modelo, oferece aos indivíduos a oportunidade de viver pacificamente numa sociedade pluricultural, e de contribuir para tornar a sociedade mais solidária e justa. É um modelo que procura acabar com as formas de exclusão social, promovendo a justiça, igualdade, cooperação e o respeito pelo que é diferente; permite aos outros indivíduos, terem uma vida mais rica no que diz respeito aos valores e conhecimentos culturais, (Sedano, 2000; Gil, 2008).

Ainda, segundo Gil (2008:43) a ação intercultural assenta, nas seguintes premissas: “no inabalável primado da dignidade humana; no reconhecimento das diferenças culturais e no respeito dos direitos culturais, sociais, políticos e religiosos das comunidades; no respeito pela ordem jurídica e na tolerância como forma central de convivialidade”.

A Holanda é outro país a adotar primeiramente o modelo multicultural. Durante um longo período, os holandeses não acreditavam ter um país de imigração, tanto que o próprio governo chegou a negar a existência das comunidades de migrantes, apesar da presença de muitos imigrantes pós-coloniais (Amersfoort & Niekerk, 2006, citado em Regout 2011).

Esta situação porém, veio a alterar-se e em 1983, o governo decide reconhecer a imigração como uma realidade presente, empenhando-se numa extensa integração política, comprometendo-se com o multiculturalismo e respeitando as diversas culturas.

Esta política tinha dois aspetos principais: por um lado pretendia uma sociedade tolerante, multicultural ou multiétnica, onde deveria ser avaliada a distinção étnica e cultural (Lucassen & Penninx, 1997, citado em Regout 2011).

Por outro lado, visava reduzir as desigualdades sociais e a discriminação institucional no emprego, na educação e na habitação, através da legislação (Regout: 2011).



Nos finais dos anos 90, as autoridades competentes perceberam que o modelo multicultural falhou. Como afirma Joppke (2007: 5, citado em Regout 2011), “um dos maiores fracassos da integração socioeconómica da Europa aconteceu sob o domínio do multiculturalismo.” Os cidadãos não-europeus apresentavam elevadas taxas de desemprego e o número de imigrantes que desistiram da escola era muito maior do que os nativos. Este cenário, prova que o multiculturalismo contribuiu muito para a exclusão social e não forneceu os incentivos necessários para que as instituições holandesas tivessem uma atitude mais complacente para com os recém-chegados (Geddes, 2003, citado em Regout).

Deste modo, as elites políticas manifestaram-se, reavaliando o multiculturalismo, e optando pela integração cívica. A Holanda evoluiu das políticas de minorias para as políticas de integração, e de direitos de grupos para os direitos dos indivíduos e adaptação na sociedade de acolhimento (Geddes, 2003, citado em Regout).

Assim, desde o final da década de 90, a Holanda mudou do multiculturalismo para a assimilação, que assumiu conotações coercivas gradualmente. Também, decidiu adotar medidas de integração cultural, de forma a lidar com os problemas de integração socioeconómica.

Já o Reino Unido apresenta o modelo multicultural e comunitário, que é baseado numa ideia pluralista da democracia, onde os vários grupos étnicos e raciais são aceites e regularizados através de uma estratégia de gestão.

Para Boswell (citado em Regout 2003), a tradição britânica do multiculturalismo, explica-se em parte pela sua história. Isto porque, o Reino Unido é uma monarquia constitucional com quatro entidades diferentes: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda. A nação britânica não era tão homogênea como a França. Portanto, o número dos migrantes provenientes das ex-colónias do Reino Unido era relativamente grande e diversificada.

Boswell (citado em Regout 2003), acredita que “o Reino Unido, adotou o multiculturalismo como uma extensão da sua longa história de diversidade étnica e cultural”. Este mesmo autor argumenta que, a própria tradição do Reino Unido – que defende uma intervenção minimalista do estado e a liberdade dos indivíduos – contribuiu para a formação do multiculturalismo.

### **1.2.2. Modelo de assimilação**

A França não reconhece oficialmente as minorias étnicas como grupos com necessidades e direitos distintos, que a ação estatal teria de reconhecer. Não existem diferenças políticas relevantes entre os indivíduos, ao tornarem-se cidadãos franceses e as suas identidades são determinadas pela ordem política nacional e não pelas suas origens étnicas, religiosas ou raciais (The European Commission & The OECD: 2003).

Historicamente, a França é um dos maiores países de imigração, e via nesta classificação um meio de aumentar a sua demografia e economia.

A assimilação era a política de integração oficial desde o século XIX e determinava que o imigrante adaptasse a cultura e as leis francesas e abandonar a sua identidade de origem (Regout: 2011). Os imigrantes que vieram das colónias francesas e de outros países europeus e não europeus, com os quais a França assinou acordos de recrutamento chegaram sob o domínio deste princípio.

Porém, os autores Weil e Crowley (1994:113, citado em Regout) argumentaram que, a assimilação começou a perder a sua legitimidade após a Segunda Guerra Mundial, por prever a soberania da cultura francesa, que trazia a superfície os aspetos desconfortáveis do fascismo.

Em 1974, surgia assim o conceito de inserção, altura em que foi interrompida a migração laboral. A Esquerda acreditava que os imigrantes não deviam ser assimilados pois tinham o direito de ser diferentes. Já a Direita, via na inserção uma forma de negar a cidadania francesa, alegando que os imigrantes não podiam ser assimilados e portanto deveriam regressar aos seus países (Weil & Crowley, 1994, citado em Regout).

Perante esta atitude, os imigrantes viram a sua situação mudar pela negativa, devido ao aumento do desemprego, a residência em habitações desfavoráveis, e a crise no sistema de ensino que acabou por afetar os jovens migrantes de forma desproporcional.

Em 1983, Jean-Marie Le Pen, líder do Front National, promovia o “direito a diferença”. Defendia que os franceses tinham o direito de ser diferentes dos não-europeus e, que portanto não apoiava os direitos dos imigrantes não-europeus, em quererem ser diferentes (Regout: 2011). Assim, para combater esta situação, as organizações e os atores políticos começaram a lutar pelos direitos à igualdade dos residentes estrangeiros.

Com esta iniciativa, a questão da imigração passou a ser altamente politizada e os debates incidiam nas questões de pertença, de integridade cultural da França, de concessão de nacionalidades e das obrigações envolvidas pela cidadania francesa (Favell, 1998, citado em Regout 2011).

Assim, o debate político acabou por mudar de inserção para integração, que foi vista como um processo de duas vias, isto é, aceita influências tanto da sociedade sob os migrantes como dos migrantes na sociedade (Regout, 2011).

### **1.3. Teoria das migrações e os processos de decisão**

*As versões clássicas dos estudos sobre as migrações defendem que “há migrações porque, dados os desequilíbrios sistémicos intra e inter sociedades, aqueles que vivem em áreas desfavoráveis decidem deslocar-se para áreas mais prósperas com o objetivo de melhorar as suas condições de vida (Pires, 2003: 65) ”.*

A temática migrações nem sempre despertou curiosidades por parte dos autores clássicos das principais ciências sociais, tanto que mesmo tendo os fluxos migratórios uma importância significativa, muitos autores continuavam a ignorar esta temática. E de todas as disciplinas, a geografia é a que mais tem dado atenção ao tema migrações (Peixoto, 2004).

Devido a ausência de uma teoria geral da migração, Jansen (citado em Peixoto, 2004) defende que a migração é um problema demográfico, económico, político, psicológico e sociológico.

A temática migrações tem como o único autor clássico, Ravenstein que foi citado em trabalho de diversas ciências sociais, e tendo publicado no final do século XIX, dois textos sobre as “leis das migrações”, acerca dos fluxos internos e internacionais.

Ravenstein está na base de todos os modelos de atração-repulsão, ou modelos de push-pull, que defendem que é a decisão do indivíduo, que possuindo as informações sobre as potenciais regiões de destino e a sua condição individual ou familiar, que o faz escolher entre continuar no seu país ou migrar (Peixoto, 2004).

#### **1.3.1. As teorias micro e macro sociológica**

Na teoria micro sociológica a decisão de migrar depende único e exclusivamente do indivíduo, que racionalmente analisa e pondera os custos e benefícios esperados tanto no país de origem como no de destino (Peixoto, 2004).

Segundo Pires (2003: 66), o objetivo do indivíduo é minimizar os custos e maximizar os gastos das oportunidades, ou seja o indivíduo decidirá migrar sempre que achar que a permanência representa um custo e a migração, um ganho.

Nas teorias macro, tanto fatores coletivos como forças estruturais condicionam as decisões do indivíduo em migrar (Peixoto, 2004).

O processo migratório é analisado do ponto de vista económico, social e político. Segundo Muniz (2003: 2), “os movimentos migratórios são determinados dentro de uma esfera histórico-estrutural ampla, capaz de suplantando os interesses individuais dentro do processo de decisão”. Nesta abordagem é importante ter em conta o contexto económico e social em que se encontram os imigrantes, em vez da simples análise de custos e benefícios.

No âmbito das teorias micro sociológicas são identificados três modelos (Peixoto, 2004): o modelo push-pull e o do capital humano e o modelo do ciclo de vida e trajetória de trabalho.

O modelo push-pull defende que a decisão do indivíduo em migrar é motivada pelo desejo de melhorar a sua condição económica.

No modelo de capital humano, o indivíduo, faz a análise económica dos custos/benefícios a curto e longo prazo. Isto é, acredita conseguir maiores rendimentos no futuro mesmo se isso acarretar custos a curto prazo.

O modelo ciclo de vida e trajetória social diz respeito a influência do ciclo de vida individual ou familiar, e a trajetória da mobilidade social relacionada com os percursos territoriais.

Nas teorias macro sociológicas encontram-se o mercado de trabalho segmentado e economia informal; estruturas espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórias; e instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais (Peixoto, 2004).

Na teoria do mercado de trabalho segmentado e economia informal, defende-se que as migrações internacionais são provocadas pelas vagas nos mercados secundários. Isto é, os nacionais tendem a procurar os trabalhos mais qualificados, deixando espaço no mercado secundário, que atrai os indivíduos das regiões mais pobres.

A teoria das estruturas espaciais resulta tanto da economia como da geografia e procuram mostrar os fatores que estão na origem do desenvolvimento de um determinado território.

As teorias institucionais não são uniformes, portanto as instituições podem ser consideradas como os principais agentes na promoção dos fluxos migratórios.

### **1.3.2. Razões que trouxeram os imigrantes à Portugal**

Dentro das razões que trouxeram os imigrantes à Portugal, estão as de natureza pessoal e as de natureza externa. Por outras palavras, existem razões individuais ou familiares, razões económicas, políticas ou sociais, e podem ser inseridas tanto nas perspetivas micro como nas macro sociológicas (Peixoto, 2004).

Partindo da imigração cabo-verdiana para Portugal, Batalha (2008: 28) aponta para dois grandes fatores que podem ter aumentado a pressão migratória. Primeiro, com a mão-de-obra camponesa mais cara, Portugal passa a recrutar os cabo-verdianos por constituírem uma escolha mais rentável.

Segundo, após a descolonização, muitos cabo-verdianos viram-se forçados a abandonar Cabo Verde, quer por razões políticas, quer por falta de emprego ou devido as secas constantes que contribuíram para agravar a pobreza ao longo da década de 60.

No que diz respeito ao Brasil, os anos 80 e 90, ficaram marcados por várias crises económicas que reduziram as oportunidades de emprego e consequentemente fizeram aumentar a pressão migratória. Outras razões apontadas estão associadas a insegurança dos cidadãos e a instabilidade dos mercados financeiros, cujas taxas de inflação eram bastante elevadas (Malheiros, 2007).

Para Góis et al. (2008: 121) os imigrantes brasileiros podem ser integrados em quatro grupos: os brasileiros que migraram por razões económicas; os que migraram por razões familiares ou pessoais; os que migraram a procura de uma carreira profissional ou para dar continuidade aos estudos; e por fim os que migraram para fugir da violência no Brasil.

Em relação a Ucrânia, as razões são de natureza económica, profissional ou política.

Num estudo realizado por Baganha (2004: 98), foram apresentados três principais fatores que explicam a vinda dos ucranianos. O primeiro fator foi as agências de viagens que promoviam Portugal, oferecendo pacotes de viagens atrativos com documentos, transporte e uma promessa de trabalho. O segundo foi a existência da regularização extraordinária de trabalhadores imigrantes. E o último fator foi a escassez de mão-de-obra presente no mercado de trabalho português principalmente nos setores de construção civil e obras públicas.



## **2. As políticas de integração no contexto europeu**

A União Europeia não possui competência legal no que diz respeito a definição das políticas de integração, cabendo portanto aos Estados-Membros esta tarefa. Mas, possui competência em três domínios importantes que visam a inclusão dos cidadãos de países terceiros na sociedade de acolhimento, como por exemplo, a regulação do direito a reunificação familiar, as iniciativas destinadas as minorias étnicas e as estratégias globais para o emprego, saúde, educação e inclusão social (Spencer citado em Marques et al. 2007).

O Conselho Europeu de Tampere de outubro de 1999 teve um papel fundamental na definição das bases de uma política de integração, ao mostrar a relevância da igualdade dos direitos e deveres entre os cidadãos de países terceiros e dos cidadãos europeus. O objetivo era promover a coesão económica e social em todo o território da União (Marques et al. 2007).

A Comissão Europeia, na comunicação ao Conselho e ao Parlamento em 2000, definiu o conceito de integração como “um processo de dois sentidos que envolve a adaptação tanto da parte do imigrante como da sociedade de acolhimento (COM, citado em Marques et al. 2007: 31).

A Comissão defende a atribuição dos mesmos direitos e obrigações para os cidadãos de países terceiros, para que haja respeito pelas diferenças culturais, pelas condições de trabalho, pelo acesso à habitação e aos serviços públicos (Marques et al. 2007).

Como reconhece Marques et al (2007: 32) em 2000, o Conselho aceitou as propostas da Comissão e aplicou um conjunto de medidas anti discriminatórias que consistiam em duas diretivas: uma sobre a discriminação étnica e racial (2000/43/CE) e outra baseada num quadro geral que defendia tratamentos iguais no emprego e na atividade profissional (Diretiva 2000/78/CE) e um programa de ação comunitária contra a discriminação.

A Comissão, por um lado reconhece que o sucesso da integração dos imigrantes depende em grande parte das políticas de imigração e integração, mas por outro lado defende que a sociedade civil também desempenha um papel importante no acolhimento dos imigrantes recém-chegados e na integração dos cidadãos estrangeiros a nível local.

A Comissão desempenha ainda um papel fundamental na avaliação da política e na promoção da cooperação entre os governos, através da troca de informações e identificação das melhores práticas principalmente a nível local.

Em março de 2003, foi estabelecida uma rede de Pontos de Contactos Nacionais, de forma a facilitar a troca de informações nos diferentes estados-membros e reforçar a coordenação das políticas ao nível nacional e comunitário (Marques et al. 2007).

Em junho do mesmo ano, o Conselho Europeu de Salónica reconheceu a importância dos Pontos de Contactos Nacionais e a urgência em criar estratégias destinadas a promover a integração dos imigrantes legais, aproximando os seus direitos na esfera do emprego, das atividades económicas, da educação, da aprendizagem da língua, da saúde e dos serviços sociais, da habitação, da cultura e da participação cívica, sem perder de vista as características e necessidades dos vários grupos de imigrantes (Idem)

No âmbito da integração, a Comissão aponta para a necessidade de criar políticas de integração que englobem a problemática da imigração nos vários domínios da intervenção política, com o propósito de promover medidas anti discriminatórias e conceber programas e ferramentas específicos, de modo a assegurar que as necessidades dos imigrantes estejam presentes em todas as políticas da União Europeia (COM citado em Marques et al. 2007).

Em 2004, a Presidência Holandesa seguiu com a agenda da integração, “procurando obter consensos em relação a um conjunto de princípios comuns que serviriam de base para a adoção de objetivos específicos e ao estabelecimento de metas a atingir nos domínios relevantes” (Marques et al 2007:33). Assim, em novembro do mesmo ano, foi aprovado o “Programa de Haia” composto por princípios básicos, que foram posteriormente desenvolvidos na Comunicação da Comissão sobre a “Agenda Comum para a Integração”, onde foram feitas propostas de medidas concretas a nível europeu e nacional. Marques et al. (2007:34) apontam os princípios aprovados:

- A integração é um processo dinâmico e bidirecional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membro.
- A integração implica o respeito pelos valores fundamentais da União Europeia.
- O emprego é um elemento essencial no processo de integração, sendo fundamental para a participação dos imigrantes, para o contributo que eles prestam à sociedade de acolhimento e para tornar visível esse contributo.



- O conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento é indispensável para a integração; proporcionar aos imigrantes a possibilidade de adquirir esse conhecimento básico é essencial para lograr uma integração bem-sucedida.

- Os esforços na educação são cruciais para preparar os imigrantes, em especial os seus descendentes, para serem participantes mais ativos e com maior êxito na sociedade.

- O acesso às instituições, aos bens e aos serviços públicos e privados, por parte dos imigrantes, numa base de igualdade face aos cidadãos nacionais e de forma não discriminatória, é um fundamento essencial para uma melhor integração.

- A interação frequente entre imigrantes e cidadãos dos Estados-Membros é um mecanismo fundamental para a integração. Os fóruns onde participem uns e outros, o diálogo intercultural, a formação sobre imigração e culturas imigrantes, assim como o fomento das condições de vida em ambientes urbanos incrementam as interações entre imigrantes e cidadãos dos Estados-Membros.

- A prática de diversas culturas e religiões é uma garantia da Carta dos Direitos Fundamentais que deve ser salvaguardada, salvo em caso de incompatibilidade com outros direitos europeus invioláveis ou com a legislação nacional.

- A participação de imigrantes no processo democrático e na elaboração de políticas e medidas de integração, especialmente a nível local, apoia a sua integração.

- A inclusão de políticas e de medidas de integração em todos os domínios políticos e níveis de governo e de serviços públicos pertinentes é um ponto a ter em consideração na formulação e na implementação de políticas públicas.

- É preciso definir objetivos claros, desenvolver indicadores e mecanismos de avaliação para ajustar a política, avaliar os progressos em termos de integração e tornar mais eficaz o sistema de intercâmbio de informações.

Marques et al. (2007:34) reconhecem que estes princípios sublinham a importância do emprego, dos conhecimentos da língua e da cultura da sociedade de acolhimento, da educação e das condições de vida em ambientes urbanos.

## **2.1. Práticas ao nível local**

As cidades europeias, sobretudo as com um forte poder económico têm uma experiência significativa no que diz respeito a integração de imigrantes altamente diversificados e culturalmente ricos, na comunidade local. Assim, as cidades europeias

podem fazer uso desta vantagem e conceber estratégias que permitem melhorar a integração dos imigrantes e minorias étnicas e também incentivar a participação destes na sociedade (Borkert et al.2007).

Como reconhece Borkert et al. (2007: 1), a integração social dos migrantes na sociedade de acolhimento apresenta uma dimensão local muito forte. Portanto, as políticas nacionais e europeias que visam reforçar a integração social e as mesmas oportunidades para a população migrante, precisam ter em conta o contexto local e principalmente o urbano.

A própria Comissão Europeia, na Agenda Comum para a Integração, aconselha os Estados-Membros a desenvolverem instrumentos de coordenação e cooperação entre as diferentes instituições públicas, privadas e da sociedade civil, com responsabilidade tanto ao nível nacional, regional e local. Adicionalmente incentiva a criação de mecanismos de monitorização e avaliação, de modo a melhorar o processo de decisão e implementação das políticas, baseando nos resultados das melhores práticas (Marques et al. 2007).

Deste modo, apresenta-se as práticas ao nível local, isto é, as diferentes abordagens e as diferentes formas de implementar as políticas de integração nalgumas cidades europeias (Borkert et al. 2007).

## **Birmingham**

Estima-se que na cidade de Birmingham, Reino Unido, residem cerca de 1 milhão de habitantes, sendo que as minorias étnicas representam aproximadamente 30% da população, percentagem que pode chegar aos 50%, contando com as crianças a iniciar a escola (Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

Para Borkert et al. (2007: 39), as primeiras medidas de integração começaram nos finais dos anos 1960, período em que foi criado o “Birmingham Community Relations Council”, que veio formalizar a relação entre o município e as associações de migrantes existentes. Em 1983/84, a cidade comprometeu-se com a monitorização étnica e em fornecer as mesmas oportunidades de emprego aos imigrantes, criando assim o “Race Relations Unit”. Ainda, nos anos seguintes, Birmingham viu aumentar o emprego no seio de pessoas com origens migratórias, experienciou a implementação dos esquemas anuais de igualdade e adotou uma política anti discriminatória rígida, principalmente no setor da habitação.

Apesar destas medidas de integração, a cidade de Birmingham viu-se confrontado com alguns obstáculos, aquando da adaptação da sua administração a heterogeneidade étnica. Em meados dos anos 1980, a cidade deparou-se com várias barreiras de implementação tanto política como interna e foi alvo de várias tensões sociais, tornando-se assim palco de vários tumultos pelo Reino Unido. Assim, devido ao contexto tumultuoso, foi de comum acordo que “Community Relations Council” não conseguiu os objetivos desejados, sendo substituído pelo “Standing Consultative Forum” (SCF), criado por organizações de cúpula étnica e religiosa em 1987 e em 1990 (Europaforum citado em Borkert et al., 2007).

Em meados dos anos 1990, a política de diversidade de Birmingham foi redefinida, devido a três fatores: “a crescente diferenciação interna da população migrante, as necessidades especiais e as exigências das segundas e terceiras gerações, representados pelos líderes da comunidade, e a relação de patrocínio entre o SCF e a cidade” (Borkert et al., 2007: 39).

Em 1996, o “Relations Unit, the Women’s Unit and the Disabled Unit”, foram fundidos na chamada “divisão de igualdade”, responsável para a diretoria do conselho da cidade, em questões de igualdade. Esta mudança deveu-se ao novo pressuposto que estabelece que em contextos urbanos altamente diversificados depara-se com situações de desvantagens. Com este contexto, deu-se início a uma nova política orientada para a anti discriminação e igualdade (Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

Assim sendo, o sistema consultivo e o SCF, assente na classificação de um grupo étnico, perde o seu apoio e foi substituído pelo “Birmingham Race Action Partnership” (BRAP), coordenador da função das pessoas envolvidas nos vários assuntos. O BRAP reúne representantes competentes dos serviços sociais, departamentos da administração da cidade e associações de migrantes, com o objetivo de envolve-los igualmente nos processos de tomada de decisão (Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

Quanto a ações individuais, a administração da cidade, continua a conceder emprego às pessoas com origens migratórias a nível local, implementando a integração cultural em todos os serviços.

Em termos de outras áreas de ação, a cidade conta com o apoio do BRAP, responsável pela criação em 1999, de cinco áreas de intervenção: a área da saúde, da educação, da qualificação profissional e do mercado de trabalho, a área da cultura e do desporto, e do crime (Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

## Frankfurt

Uma grande parte da população residente na cidade de Frankfurt é de origem migrante, sendo que muitas famílias com origens migrantes pertencem a segunda e a terceira geração. Estima-se que mais de um terço da população residente em Frankfurt é de origem migrante, tendo em conta a proporção de indivíduos com a cidadania alemã e a imigração dos alemães étnicos (Borkert et al., 2007).

Quanto as medidas de integração adotadas por Frankfurt, Borkert et al. (2007: 45) afirmam ter começado em 1989, com a criação do “Office for Multicultural Affairs”, destinado a promover a integração e a coexistência construtiva dos vários grupos com diferentes origens nacionais, sociais, étnicos e culturais.

Para além do OMA, foram criadas outras instituições como é o caso do “conselho de estrangeiros”, eleito em 1991 pelos estrangeiros residentes em Frankfurt, ou a comissão parlamentar para a integração e direitos iguais, criada em 1995, para assessorar o prefeito e a administração da cidade (Borkert et al., 2007).

No entanto, o OMA é a instituição de maior destaque, quando se trata das políticas de integração. Assim, Bokert et al. (2007: 45) enumeram um conjunto funções desempenhadas pelo OMA:

- Coordenação e aconselhamento nas questões relacionadas com os migrantes, iniciação e implementação dos seus próprios programas, financiados pelo orçamento municipal e estatal, bem como fundos federais e europeus.

- Desempenho de funções de aconselhamento, mediação e gestão de conflitos. Cooperação com outros órgãos da cidade dos quais recebe várias vezes pedidos de aconselhamento ou mediação, quando se trata de assuntos dos migrantes.

- Coordenação em 1996 do projeto Stadtteilvermittlung, onde os mediadores se encontram inseridos na gestão de conflitos nos bairros da cidade.

- Coordenação de cursos de línguas e orientação. Deste modo, coopera estreitamente com o centro de educação para adultos, que emprega cerca de 150 funcionários. Os cursos de orientação são geralmente conduzidos pelos migrantes, por argumentar-se que a experiência pessoal e a competência intercultural destes imigrantes contribuem para o sucesso destes cursos.

- Cooperação com o departamento municipal para crianças e jovens e com o departamento escolar, e providencia aconselhamento para programas de formação

linguística para infantários e escolas primárias que integram formação linguística, bem como a integração social e cultural, que englobam toda a família.

Outro projeto desenvolvido pelo OMA é o trabalho intercultural realizado em conjunto com os pais na formação vocacional. Este projeto procura melhorar os resultados da formação e a entrada dos jovens com origens migratórias no mercado de trabalho. Durante o período escolar, este projeto determina pequenos grupos para implementar as estratégias de ação, visando melhorar a transição para a vida ativa. Os jovens recebem apoio na elaboração das suas candidaturas e na preparação para as entrevistas de trabalho. As organizações responsáveis pelas implementações são apoiadas pelo OMA, que coopera com os professores, assistentes sociais, órgãos do trabalho, a câmara do comércio local e com as associações patronais (Borkert et al. 2007).

Segundo Borkert et al. (2007: 46), o OMA procura ainda o auxílio de instituições científicas para conduzirem investigações sobre o estado da integração, a exigência em identificar os alvos para as medidas de integração e ainda sobre a avaliação e aconselhamento científico para as medidas já existentes.

## **Paris**

Paris é o centro político, económico e cultural da França. A população residente totaliza cerca de 2.120.000, sendo que 10% dos indivíduos possuem nacionalidade estrangeira e 18% são migrantes da primeira geração (Borkert et al. 2007).

Para Borkert et al. (2007: 51) a percentagem de residentes com nacionalidade estrangeira é significativamente baixa devido a três razões principais. Primeiro, a integração francesa baseia-se no princípio da concessão de cidadania aos imigrantes. Assim, os imigrantes beneficiam da lei liberal da nacionalidade francesa que se baseia nos princípios do jus soli. Segundo este princípio universalista, as crianças de imigrantes serão consideradas apenas como franceses e não como “estrangeiros”, mesmo se possuírem a dupla nacionalidade.

Segundo, estima-se que há uma elevada taxa de migrantes ilegais a viverem na cidade - uma taxa que chega a ser maior do que noutras cidades europeias. Terceiro, os migrantes estão territorialmente concentrados nos subúrbios de Paris, que não fazem parte da área municipal em si (Europaforum Wien; Schnapper et al. citados em Borkert et al. 2007).

Borkert et al. (2007: 51) concordam que até recentemente, “Paris não tinha colocado em prática nenhuma política de integração específica quando o assunto era os imigrantes, devido ao “modelo republicano” de cidadania que impede qualquer distinção entre cidadãos franceses e estrangeiros. A política de integração não foi considerada e formulada como uma política por contra própria, mas como parte da política social de Paris, ou da política nacional para as cidades. Ainda, no passado, as medidas mais importantes foram implementadas, sob o chamado “contrato da cidade” que abrangia alguns planos de ação para quinze distritos que apresentava uma população migrante acima da média. Estes contratos baseavam-se nos princípios universalistas e portanto, não enfatizavam explicitamente as questões migratórias, focando porém em questões de coesão social, emprego ou redução do crime.

Como reconhece Borkert et al. (2007: 52) as primeiras mudanças registradas no âmbito das medidas de integração tiveram início nas eleições de 2001, quando um novo Governo entrava em poder. Assim, no decorrer desta mudança política, Paris planeou e implementou pela primeira vez, uma política de integração clara. Deste modo, segundo as normas institucionais, esta mudança de paradigma trouxe consigo a criação do departamento de *Politique de la ville et de l'integration*, responsável pela coordenação das atividades de integração.

Esta nova política encontra-se organizada em três áreas de intervenção: área de anti discriminação, de cidadania e acesso aos direitos e a área de valorização da cultura de origem. A mudança política em questão trouxe consigo a realização de vários projetos como a distribuição de documentos multilingues e fichas informativas com assuntos sobre a saúde, ou habitação pública, a inauguração de um infantário franco-chinês ou a fundação de um café que fornece apoio social aos imigrantes idosos (Borkert et al. 2007).

Em novembro de 2005, o prefeito Bertrand Delanoë, salientou que a “integração” não significava nem assimilação nem dissociação, mas sim um processo contínuo e gradual. Quanto aos imigrantes, destacou a importância da sua participação ativa (cívica) na sociedade de acolhimento, e a importância ao nível nacional em instituir direitos iguais a todos os cidadãos, sem descuidar as diferenças existentes entre os indivíduos (Conseil de Paris citado em Borkert et al. 2007).

Borkert et al. (2007: 52) confirmaram que Paris afastou-se recentemente do ideal de assimilação. E que a nova consciencialização e criação da categoria política,

“população com origens migratórias” podem ser vistas como um rompimento com o tradicional princípio universalista francês.

## **Estocolmo**

Em 2001, a população residente na cidade de Estocolmo totalizava 750,348 mil habitantes, sendo que 20% da população nasceu no estrangeiro. A origem nacional dos migrantes é a causa do alto nível de heterogeneidade cultural da Suécia. Deste modo, face a multiplicidade de origens estrangeiras, a segregação étnica dos grupos de migrantes é quase nula. Porém, há uma elevada concentração residencial da população migrante, o que faz com que Estocolmo enfrente altos níveis de segregação residencial, ultrapassando outras cidades europeias (Borkert et al. 2007).

Segundo Borkert et al. (2007: 55) apesar do contexto diversificado, Estocolmo procurou implementar uma política urbana de diversidade cultural, colocado em prática pelo maior serviço de integração a nível mundial que emprega cerca de 60 pessoas. Esta ferramenta de gestão de integração encontra-se dividida em vários departamentos incumbidos das estratégias de inclusão geral da cidade, dos programas de receção dos novos imigrantes (incluindo cursos de língua e das atividades distritais). Por sua vez, o serviço fica encarregue de planear e divulgar as novas mediadas de integração, da consultoria e formação intercultural para os funcionários públicos e da avaliação dos programas de integração.

A consciencialização de Estocolmo como uma cidade multicultural e a implementação da integração cultural encontram-se de tal forma incorporadas na administração da cidade, que os serviços promovem autonomamente as medidas de integração sem o apoio do Comité responsável para as questões de integração (Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

Apesar de todos os esforços para implementar uma política urbana de diversidade cultural, a participação dos imigrantes em partes importantes da sociedade civil é considerada baixa. E mesmo com a intenção oficial em promover e estabelecer uma integração cultural, Estocolmo carece de meios institucionais e instrumentos de consultoria fornecidos pelos representantes dos migrantes. Até então a cidade não demonstrou nenhuma intenção em envolver sistematicamente as associações de migrantes no processo de formulação das políticas, que antecede as decisões políticas em questões migratórias (Benito & Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

Para Borkert et al. (2007: 56), no âmbito da experiência quotidiana da diversidade cultural, Estocolmo alcançou uma importante posição ao institucionalizar o bilinguismo. A cidade, considerando a fluência em duas línguas um recurso cultural e uma oportunidade económica, apoia as aulas de recuperação na língua nativa dos migrantes, instruindo as escolas a fornecerem fundos para o efeito.

Adicionalmente, a cidade oferece dois “prémios de integração” para a execução exemplar das medidas de integração na administração da cidade e celebra festas de naturalização para os novos cidadãos, dando-lhes uma receção visível. Também, as instituições culturais, principalmente as bibliotecas são obrigadas a adaptar a sua agenda a heterogeneidade étnica da cidade (Europaforum citado em Borkert et al. 2007).

## **2.2. Dimensões do processo de integração**

Como reconhece Entzinge & Biezevel (2003: 10) a integração é um conceito complexo e com diferentes significados. Portanto é lógico que os estados-membros vejam a “integração” de forma diferente, e adotam medidas também diferentes no que diz respeito as suas políticas de integração.

No entanto, mesmo se vissem a integração da mesma maneira, os objetivos das políticas continuariam a ser diferentes, visto que cada país possui características e formas próprias de lidar com os seus imigrantes.

Por outras palavras, as políticas de integração irão depender, por uma lado, das preferências ideológicas e políticas e dos instrumentos políticos que estão ao alcance das autoridades competentes e por outro, da natureza e da história da imigração de um determinado país e da situação dos imigrantes (Entzinge & Biezevel, 2003).

Assim, torna-se importante analisar os principais dilemas enfrentados por alguns estados-membros, quando optam por uma determinada política de integração. Portanto, convém distinguir as três maiores dimensões do processo de integração: dimensão socioeconómica, dimensão política-legal e dimensão cultural (Entzinge & Biezevel, 2003).

Como reconhece Entzinge & Biezevel (2003: 10) qualquer política destinada a promover a integração tem que considerar estas três dimensões e a sua inter-relação complexa.



### **2.2.1. Dimensão socioeconómica: trabalhadores temporários versus imigrantes**

Nesta dimensão, não é dada muita importância ao desenvolvimento dos instrumentos políticos que visam a integração, pois considera-se que uma parte substancial da imigração para a Europa foi provocada pela necessidade económicas - daí ser definida como temporária.

E, os residentes temporários, por serem cidadãos de outros países, não são abrangidos pelo sistema de proteção, que o estado oferece aos seus cidadãos (Entzinge & Biezevel, 2003).

Por isso, quando os trabalhadores temporários adquiriram a residência permanente, como aconteceu em Holanda, Áustria, Bélgica e Alemanha, este último falhou em reconhecer este desenvolvimento e muitos imigrantes viram prejudicadas as suas oportunidades de integração. Chegou-se mesmo a declarar que a Alemanha não era um país de imigração, porém, a situação mudou com o governo de coligação e o país passou a reconhecer a necessidade da migração laboral no futuro (Zuwanderung citado em Entzinge e Biezevel, 2003).

Países como a Grécia, Itália, Espanha e Portugal, também enfrentaram a imigração laboral e muitos dos trabalhadores que não pertenciam à União Europeia, não recebiam o estatuto legal de imigrante, e ficavam concentrados no setor informal, ocupando os trabalhos de baixa qualificação (Idem).

Por outro lado, há o modelo de imigração permanente, que ocorreu na Europa ao longo do último século e está relacionado com acontecimentos políticos importantes como a descolonização, a imigração étnica e os refugiados.

A imigração permanente foi provocada por razões económicas e por isso é pouco incentivada na Europa, com exceção da imigração dos profissionais altamente qualificados, que exercem profissões específicas. Este tipo de imigração é mais comum nos chamados países clássicos de imigração, como é o caso dos Estados Unidos, Canadá ou Austrália, que definem deliberadamente a imigração como um elemento nas suas políticas de expansão económica e na construção da nação (Entzinge & Biezevel, 2003).

### **2.2.2. Dimensão política-legal: jus sanguinis versus jus soli**

Com o crescimento da imigração, os estados-membros tiveram que refletir sobre as posições político-legais que pretendiam garantir aos imigrantes, que procuravam a União europeia, mesmo não tendo nenhum tipo de ligação.

E é assim, que se distingue duas abordagens, que refletem a natureza do processo de integração: jus soli versus jus sanguinis (Entzinge & Biezevel, 2003).

O sistema jus soli baseia-se no princípio da territorialidade. Todas as pessoas que residem no mesmo território possuem os mesmos direitos, independentemente da sua descendência ou duração de residência. Mas para os imigrantes recém-chegados é necessário um curto período de transição e os direitos vão sendo adquiridos gradualmente. Já o sistema jus sanguinis baseia-se no princípio da descendência. A plena cidadania e todos os direitos relacionados com os estatutos (direitos ao voto ou acesso ao serviço público) são passados de uma geração para outra.

O Reino Unido apresenta um dos exemplos mais naturais de jus soli. Neste sistema qualquer indivíduo nascido no país é considerado um cidadão britânico.

A Alemanha, por outro lado aplica o sistema de jus sanguinis. Com este sistema, as segundas gerações que nasceram e vivem no país e principalmente os que não tem pais alemães, deparam-se com grandes obstáculos no acesso a cidadania alemã. Mas, este entrave não se verifica com os étnicos alemães que regressaram da Europa Ocidental, que mesmo após várias gerações, é-lhes concedida a cidadania alemã. A razão está no fato de não serem considerados imigrantes, mesmo estando eles na mesma situação social que os imigrantes recém-chegados de outros países (Entzinge & Biezevel, 2003).

Na França, as políticas variam entre a abordagem britânica e a alemã. Por outras palavras, quando a Direita se encontra no poder tende a apoiar os nacionalistas e o sistema jus sanguinis. E a esquerda por sua vez tende a apoiar mais os interesses das segundas gerações de imigrantes (Idem).

### **2.2.3. Dimensão cultural: multiculturalismo versus assimilação**

Na literatura europeia, o Reino Unido é apontado como um exemplo do modelo multicultural (Rex e Hollifield citado em Entzinge e Biezevel, 2003). Partindo do princípio que a imigração é permanente, este modelo define os imigrantes como membros plenos da respetiva sociedade, embora seja em termos da sua origem étnica ou nacional.

Nesta abordagem, a imigração fortaleceu o carácter multicultural da sociedade e, portanto, devem ser criadas instalações para cada comunidade étnica (ou minoria), de modo a preservar e desenvolver a sua identidade cultural. E a compreensão mútua entre as comunidades é a condição fundamental para uma sociedade multicultural

harmoniosa, e se necessário as autoridades públicas devem tomar as medidas necessárias para promover essa tal harmonia (Entzinge & Biezevel, 2003).

O segundo modelo é o de assimilação, de que a França é exemplo. As comunidades de imigrantes não são reconhecidas como entidades relevantes pelas autoridades públicas. Na tradição Jacobina francesa, o foco está na relação individual entre o cidadão e o estado, sem intermediários (Schnapper citado em Entzinge e Biezevel, 2003).

O modelo de assimilação, não reconhece as diferenças culturais ou religiosas no que diz respeito a esfera pública (que em França abrange a educação). Tomando a população muçulmana como exemplo, vê-se que na França as meninas estão proibidas de usar as burkas nas escolas por ser um símbolo da religião e a escola como uma instituição pública, não aceita estas demonstrações religiosas (Hargreaves; Gaspard e Khosrokhavar citado em Entzinge e Biezevel, 2003).



### **3. Evolução da imigração para Portugal**

Nos anos 60, a população estrangeira residente era estável, correspondendo aproximadamente aos 21.000 indivíduos (Pires, 2003).

Portanto, como reconhecem alguns autores (Lages et al 2006; e Peixoto 2004), a imigração para Portugal conheceu um forte incremento na década de 70, com a chegada dos imigrantes das ex-colónias após a independência, com a aceleração da industrialização e da internacionalização.

Após a independência das ex-colónias, teve início em Portugal o ciclo da imigração, provocado pelo retorno dos portugueses das ex-colónias e por uma migração africana que persiste nos dias de hoje. Esta imigração permaneceu muito tempo, invisível quer aos olhos das autoridades políticas, quer para os cientistas sociais (Pires, 2003).

No início dos anos 80, a imigração para Portugal, cresce de forma acelerada, devido a consolidação dos fluxos de origem africana, a aceleração da imigração brasileira e a diversificação na origem dos novos fluxos (Idem).

Nos finais dos anos 90, assiste-se a emergência e o crescimento de novos fluxos de imigrantes provenientes da Europa de Leste, alterando assim, o panorama migratório português (Peixoto, 2004; Lages et al. 2006).

A imigração para Portugal ficou marcada por três períodos importantes (Peixoto, 2004):

O primeiro, que data os finais da década de 1990, compreende o crescimento acelerado e diversificado dos fluxos de imigrantes. Neste período assiste-se a um decréscimo da imigração africana, resultante do aumento significativo dos imigrantes brasileiros e da emergência dos imigrantes provenientes da Europa de Leste.

O segundo período ocorreu em 2003, e ficou caracterizado pela recessão económica portuguesa, onde registou-se a saída de vários imigrantes, principalmente da Europa de Leste, embora, outros continuavam a entrar no país quer por razões económicas ou familiares.

O terceiro período aconteceu em 2009. Neste período, a grande crise económica e a aquisição da nacionalidade portuguesa, fez diminuir de forma drástica o número de estrangeiros no território nacional.

### **3.1. Cabo verde e a sua vinda à Portugal**

No que diz respeito a imigração cabo-verdiana para Portugal, parece haver uma tradição e uma história migratória que une os imigrantes cabo-verdianos a Portugal. Este movimento migratório poderá ter-se iniciado ainda no século XVI e/ou XVII, entretanto, devido ao período de escravidão esta migração passou “despercebida” durante séculos. Porém, no século XX, verificou-se uma mudança no panorama migratório, quando o indivíduo com a liberdade de escolha e a possibilidade de migrar, escolhe Portugal como destino, quer para viver, estudar ou trabalhar (Góis, 2008).

O movimento migratório para Portugal, pode ser dividido em três fases: a fase antes e a fase após a independência e a fase laboral. A primeira fase é conhecida como a fase dos trabalhadores convidados. Apesar da dificuldade em determinar o período exato da origem das comunidades dos países africanos, acredita-se que a origem da comunidade cabo-verdiana data os anos 60, altura em que Portugal adotou uma “política ativa de mão-de-obra” para suprir as necessidades da mesma (Idem).

A segunda é a fase, a qual corresponde a dos cabo-verdianos retornados. Nesta fase, mais precisamente nos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias, muitos cabo-verdianos foram repatriados e estima-se que muitos deles possuíam a nacionalidade portuguesa (Idem).

E por último, a fase dos cabo-verdianos imigrantes laborais. Conforme Góis (2008: 17), esta fase que ainda persiste, teve início nos anos 80, e é caracterizada por uma “grande afluência de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar.”

O aumento do número de trabalhadores cabo-verdianos chamou a atenção das autoridades portuguesas que começaram a criar iniciativas que visavam integrar os imigrantes. Assim, em 25 de abril de 1974, havia o CATU (Centro de apoio aos trabalhadores ultramarinos) um organismo de apoio a imigração que destinava-se a orientar os recém-chegados de Cabo Verde (Batalha, 2008).

### **3.2. Brasil e a sua vinda à Portugal**

Desde meados da década de 1980, cerca 2 milhões de pessoas abandonaram o Brasil e Portugal estava entre os principais destinos. Segundo Bógus (2007: 40), o Brasil e Portugal partilham relações criadas por laços culturais e de sangue, como consequência do período colonizador, pois muitos portugueses contribuíram para a formação da população brasileira.

Para Malheiros (2007: 16), a imigração brasileira para Portugal, começou com um movimento limitado - que abrangia apenas alguns profissionais qualificados – para depois evoluir para um grande fluxo de imigrantes laborais nos finais dos anos 90 e início do século XXI.

A imigração brasileira para Portugal, poderá ser dividida em duas vagas (Malheiros, 2007):

A primeira data de meados dos anos 80 e finais dos anos 90, e foi caracterizada por um número significativo de profissionais qualificados. Esta fase ficou conhecida como uma vaga moderna de imigração, onde predominavam os movimentos de classes médias-altas, associadas a razões políticas ou à fuga à insegurança e hiperinflação no Brasil (Machado et al., 2010).

A segunda fase, designada de vaga pós-1999, que compreendeu um maior número de estrangeiros, foi caracterizada por uma nova geração de imigrantes, que entravam no mercado de trabalho secundário português (Malheiros, 2007).

Os brasileiros constituem atualmente o maior grupo de estrangeiros a residir em Portugal e beneficiam de um processo especial de regularização, resultante do acordo bilateral e de um antigo estatuto de igualdade de direitos (Idem).

### **3.3. Ucrânia e a sua vinda à Portugal**

Em relação a Ucrânia, Baganha et al. (2010: 18), afirmam que a imigração para Portugal, foi um fenómeno complexo e intenso, que aconteceu num curto período de tempo (2000 – 2002). Estes mesmos autores defendem que Portugal não recrutou estes imigrantes, como fez com os cabo-verdianos que vieram para a construção civil e obras públicas e que também não se estabeleceram acordos bilaterais com estes países, como aconteceu com o Brasil.

Outros autores defendem que a imigração do Leste foi um fenómeno imprevisível, por que Portugal não adotou nenhuma política proactiva de recrutamento destes imigrantes e nem partilhavam quaisquer laços históricos, culturais ou económicos que ajudassem a justificar a escolha destes imigrantes (Backstrom et. al 2009; Lages et. al 2006).

A imigração ucraniana foi considerada um “movimento de trabalho”, pois os imigrantes motivados pelas diferenças salariais entre o país de origem e de destino, inicialmente vinham à Portugal apenas para trabalhar (ACIDI, 2011).

Assim, Baganha et al (2004: 98) identificam um conjunto de fatores que estão por detrás deste movimento migratório do Leste para Portugal. Assim sendo, são identificados como fatores: a elevada pressão migratória nas regiões de origem do fluxo; a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da União Europeia; a facilidade de movimento dentro do espaço Schengen; e o tráfico de pessoas organizado a partir da Europa de Leste, normalmente sob o disfarce das denominadas “agências de viagem”.

Como consequência da ausência de precedentes históricos, isto é, da distância cultural e linguística, a imigração ucraniana, obrigou Portugal a enfrentar uma nova realidade e a desenvolver políticas capazes de suprir as necessidades destes novos fluxos (ACIDI, 2011).



#### **4. Política migratória portuguesa**

“As políticas de imigração situam-se num eixo importante das dinâmicas de cidadania” (Peixoto, 2004). Ou seja, é através destas políticas, que se pode perceber como é que a sociedade acolhe os seus imigrantes, que direitos lhes concede e como é que os imigrantes estão a ser integrados na sociedade.

Por outras palavras, é preciso ter em conta o número e o tipo de migrantes que o país decide aceitar, para que seja possível regular a entrada e permanência dos imigrantes e determinar os mecanismos que irão permitir e facilitar a integração destes imigrantes (Baganha, 2005).

##### **4.1. As leis e as políticas de imigração**

Durante a década de 80, as leis de imigração eram de natureza reativa em relação ao crescimento da população estrangeira residente e estavam centradas na produção legislativa, com o objetivo de regular os fluxos e criar uma estrutura policial especializada para o efeito – o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), (Pires, 2003).

As primeiras mudanças no âmbito das políticas de imigração começaram a verificar-se apenas no final da década de 90 (Norte et. al 2004; Lages et al. 2006).

Estas mudanças decorreram de três grandes períodos: o final da década de 70, marcado pelo crescimento significativo do número de imigrantes; a adesão de Portugal à União Europeia em 1986 que o obriga a pensar em mecanismos para legalizar os imigrantes ilegais; e a entrada no espaço Schengen em 1991, que obriga tanto o Governo como o Parlamento a tomarem uma posição em relação ao controlo da entrada e da permanência dos estrangeiros em território nacional.

Portanto, de 1981 à 2012 foram várias as leis de imigração aprovadas, porém influenciadas pelas alterações no governo. Ou seja a definição destas leis ora dependiam da esquerda ora da direita.

Assim sendo, a primeira lei da imigração foi aprovada em 1981 (Decreto-Lei, nº 264-B/81, de 3 de setembro), pelo governo de direita, liderado pelo PSD. Durante os anos 80, a política de imigração focava-se essencialmente na regulação dos fluxos, e era controlada frequentemente pelo SEF. No início dos anos 90, a imigração ganhou uma agenda social e política, com o propósito de tratar de assuntos ligados a integração dos imigrantes e criar mecanismos para controlar os fluxos (Peixoto & Sabino 2009).

Para Peixoto & Sabino (2009: 35), neste período, a política de imigração não era de todo rigorosa, pois o número de imigrantes ilegais continuava a aumentar.

Tanto Baganha como Peixoto & Sabino defendem que muitos imigrantes para entrar legalmente no país, recorriam ao visto de curta duração, por ser mais rápido e fácil de conseguir. Como consequência, acabou por fixar-se em Portugal um grande número de imigrantes dos PALOP, sem autorização de residência (Baganha, 2005; Peixoto & Sabino, 2009).

Novamente, Peixoto & Sabino (2009: 35), argumentam que a pressão causada pela imigração ilegal em Portugal no espaço Schengen fez com que o Governo - novamente liderado pelo PSD - criasse uma nova lei de imigração em 1993 (Lei nº 59/93) lançando assim a primeira regularização extraordinária em 1992-93 (Decreto-Lei nº 212/92).

Para Baganha (2005: 4), nesta primeira regularização o objetivo era limitar de forma “criteriosa e prudente” a fixação de novos imigrantes, ou seja, pretendia-se integrar os já existentes e não receber mais imigrantes. Nesta fase esperava-se alcançar uma política de “imigração zero”, que fosse tão restritiva e seletiva nas entradas ao ponto de estabilizar o fluxo migratório (com a exceção da reunificação familiar) e impedir a contínua fixação de imigrantes ilegais.

Porém, como diz Peixoto (2004: 7), estas leis eram restritivas apenas na teoria por que na prática os objetivos não foram alcançados, e a semelhança do que aconteceu na década de 80, os imigrantes dos PALOP não pararam de entrar e fixar-se ilegalmente no país, através dos vistos de curta duração.

Em 1996, com um novo governo no poder, entrava em ação a segunda regularização extraordinária, destinada aos imigrantes que não foram abrangidos pela primeira. E enquanto a primeira regularização não produziu os efeitos desejados, na segunda regularização cerca de 35.000 imigrantes conseguiram a autorização de residência (Peixoto & Sabino, 2009).

Na segunda regularização, registam-se pela primeira vez no programa do governo, medidas específicas sobre a imigração, no âmbito da administração interna e política social. A política de imigração antes baseada apenas na regulação dos fluxos passa a focar também em questões de integração (Idem).

Segundo Baganha (2005: 5), esta nova regularização baseava-se em três pressupostos: “promover a futura cooperação e amizade com os países africanos de

expressão portuguesa e o Brasil; acabar com o processo de exclusão dos imigrantes irregulares; e garantir menores níveis de risco para os portugueses ameaçados pelo crescimento da marginalização e da exclusão provocados pela imigração clandestina.”

A terceira lei foi aprovada em 1998 (Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de agosto), liderada pelo PS, partido de esquerda. Nesta lei adotou-se uma estratégia menos restritiva, e foram introduzidas as que foram consideradas as primeiras medidas para apoiar a integração dos imigrantes (Peixoto, 2004).

A quarta lei foi aprovada em 2001, ainda sob o governo de esquerda, o PS (Decreto-Lei nº 4/2001, de 10 de janeiro). No período referente a aprovação desta lei, registou-se um crescimento considerável dos imigrantes provenientes da Europa de Leste. Esta lei foi também pouco restritiva e como consequência, assistiu-se uma maior regularização na história migratória de Portugal, devido a concessão das “autorizações de permanência”.

A quinta lei foi aprovada em 2003 (Decreto-Lei nº 34/2003, de 25 de fevereiro), desta vez sob a liderança de uma coligação da direita, o PSD e o PP (CDS-PP). Devidas as dificuldades económicas e a mudança de governo, esta lei foi considerada a mais restritiva em relação às duas últimas, embora pouco tenha mudado.

A sexta lei (Decreto-Lei nº 23/2007, de 4 de julho), aprovada pelo PS, definiu vários princípios (menos burocracia no regime de vistos e autorizações de residência e oportunidades adicionais para a regularização) que resultaram a favor dos imigrantes.

A sétima lei foi aprovada em 2012 (Decreto-Lei nº 29/2012, de 9 de agosto), pela coligação de direita, PSD e CDS-PP. Nesta lei, mantiveram-se muitos dos princípios da lei anterior, mesmo com a mudança de governo e com a grande crise económica, que fez disparar o desemprego, diminuir a imigração e aumentar a emigração.

Apesar de todas as leis aprovadas até então, dos vários mecanismos de controlo e dos processos de regularização, a imigração ilegal parece nunca ter deixado de ser uma realidade presente na sociedade portuguesa. Isto porque até esta data foram aprovados seis mecanismos de regularização dos fluxos.

#### **4.2. Falhas das políticas de regulação**

As políticas de regulação nunca atingiram os objetivos desejados. Antes da entrada em vigor do Acordo Schengen, Portugal ainda não estava inserido no sistema migratório europeu e continuava a receber os tradicionais imigrantes dos Países do Leste, portanto, tinha ainda o monopólio da concessão de vistos que lhe permitiria regular os

fluxos e combater a imigração ilegal. Porém, a entrada dos imigrantes dos PALOP com os vistos de curta duração não foi considerada um problema político ou social e consequentemente não foi preciso mecanismos de regulação (Baganha, 2005).

Assim, a atitude adotada acabou por revelar-se problemática, uma vez que as autoridades competentes não se tinham apercebido que com Portugal no espaço Schengen, qualquer indivíduo abrangido por esta política e titular do visto de curta duração, poderia entrar no país.

Como reconhece Baganha (2005:6), Portugal perdeu o controlo de um dos mecanismos mais importantes na regulação dos fluxos. Esta perda resultou deste modo, na formação de uma nova bolsa de ilegais, provenientes de países que nada tinham em comum com Portugal (sejam ligações históricas ou económicas).

Para Baganha (2005:12), as autoridades competentes pareciam ignorar a importância de regular os fluxos e combater a imigração ilegal, porque a indústria de turismo e as necessidades de mão-de-obra na construção civil e obras públicas, assim o exigiram. Este facto pode ser comprovado pelo próprio mercado de trabalho, que “absorvia ainda que na economia informal e de forma precária a esmagadora maioria dos que entravam com vistos de curta duração e posteriormente fixavam-se ilegalmente (Baganha, 2005) ”.

Em 2003, devido à recessão económica, o governo apostando no combate à imigração ilegal, criou o que se pensava ser uma verdadeira política de regulação dos fluxos ao estabelecer uma quota máxima de entradas. Porém, não foi este caso por que, “os mecanismos de preenchimento da quota revelaram-se inoperacionais e ao invés de se combater a imigração ilegal, deu-se mais uma vez preferência as necessidades do mercado (Idem) ”.

Segundo Padilha et al. (2010: 10) a tendência sempre foi o aumento do controlo sobre a entrada em Portugal, tanto que o governo passou a legislar sobre os tipos de vistos e autorizações de residência, aumentando as penalizações à imigração irregular e ao tráfico. No entanto, a regulação dos fluxos continua a não ter sucesso já que até essa data, foram aprovados seis mecanismos de regularização.

## **5. Políticas de integração**

O debate sobre os requisitos para a integração dos imigrantes ainda não teve grande impacto em largos setores da sociedade portuguesa, como reconhecem Marques et al. (2007: 41). Estes autores defendem que o problema da língua só começou a ganhar destaque após a chegada dos imigrantes do Leste, tendo em conta que até então a imigração para Portugal era constituída principalmente por fluxos originários dos PALOP e do Brasil.

Por outro lado, o aumento de crianças e jovens descendentes de imigrantes, associado a reunificação familiar, fez com que as escolas se deparassem pela primeira vez com necessidades educativas especiais no que diz respeito as crianças de origem imigrante (Maques et al. 2007).

A constituição portuguesa reconhece direitos iguais tanto para os nacionais como para os estrangeiros, porém a estes últimos são recusados alguns direitos políticos ou funções do estado. Por outras palavras, é concedido aos estrangeiros o direito ao mercado de trabalho, ao acesso a segurança social, a habitação, aos serviços públicos de saúde, e a educação (Peixoto, 2004).

Desde a década de 90, que se desenvolvem políticas destinadas a integração dos imigrantes. Assim, as primeiras iniciativas aconteceram em 1991, com a criação do Secretariado Coordenador dos Programas Multiculturais, atual Secretariado Entreculturas (Idem).

Em 2002, para pôr em prática os princípios comuns da política de integração da União Europeia, foi criado através do Decreto-Lei nº 251/2002 de 22 de novembro, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, que tinha como principal objetivo promover a integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa. O ACIME criou uma Rede Nacional de Informação ao Imigrante, incluindo um boletim mensal, brochuras informativas e um call center, que fornece informações em várias línguas. Em 2004 criou o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), funcionando em Porto e Lisboa (Marques et al., 2007).

Em maio de 2007, o ACIME, foi transformado num Instituto Público, decorrente da fusão do ACIME, da estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, da estrutura de Missão para o diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturas (Marques et al., 2007: 42).

### **5.1. Importância do CNAI e do ACIDI na integração e no contributo das políticas**

A literatura mostra que grande parte dos imigrantes e dos seus descendentes deparam-se com dificuldades nas sociedades que os acolhem. No caso concreto de Portugal, as principais dificuldades estão no acesso ao emprego, a habitação, a educação e a saúde (Marques et al. 2007).

Com a sua aposta na diversidade, o CNAI, desempenha um papel muito importante na vida dos imigrantes, através da transmissão de informações de qualquer natureza migratória por reunir num mesmo espaço vários tipos de serviços e vários Gabinetes destinados ao Apoio ao Imigrante - Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante, Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar, Gabinete de Apoio Social, Gabinete de Apoio ao Emprego e Segurança Social.

Para Marques et al. (2007: 2001) o ACIDI tem por princípio “colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas transversais e setoriais, relevantes para a integração social dos imigrantes e das minorias étnicas, bem como fomentar o diálogo entre as diversas religiões, culturas e etnias”.

Ainda, Marques et al. (2007: 201) reconhecem que a consolidação institucional deste instituto retrata a preocupação em integrar os imigrantes na sociedade portuguesa, num contexto de uma política de imigração que procura privilegiar os valores humanos.

O papel do ACIDI tem sido destacado entre os vários países europeus, por fazer com que Portugal fique no segundo lugar no que diz respeito as políticas de integração. Isto deve-se em parte, aos programas criados por este instituto, que permitem que até mesmo os imigrantes ilegais usufruem de alguns benefícios sociais como os cuidados de saúde ou o acesso a educação (Peixoto, 2004).

No âmbito da implementação das políticas de integração, é importante mencionar ainda a elaboração de dois Planos para Integração dos Imigrantes - que serão desenvolvidos mais a frente -, que contam com o apoio de todos os ministérios e da sociedade civil (Marques et al., 2007).

O primeiro plano implementado em 2007, pretendia “promover uma maior mobilização nacional para o acolhimento e integração de imigrantes; definir uma visão global e integradora do roteiro de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal; definir um programa de referência para o Estado e para a Sociedade Civil; promover uma maior aposta na participação e corresponsabilidade dos imigrantes nas políticas de

imigração; e por fim estimular uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis (Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2007) ”.

O segundo Plano, para o período de 2010-2013, surge para dar continuidade ao primeiro, introduzindo novas áreas de intervenção. “Este plano beneficia da cooperação de todos os ministérios e da participação da sociedade civil, e, em particular das associações de imigrantes que são entidades importantes para este esforço nacional (Resolução do Conselho de Ministros nº 74/2010) ”.

## **5.2. Grandes linhas da política de acolhimento e integração dos imigrantes em Portugal**

Após um longo período como país de emigração, Portugal tornou-se também num país de acolhimento de imigrantes. Portanto, com esta nova realidade, o Estado vê-se obrigado a desenvolver uma política consistente de acolhimento e integração dos imigrantes (Marques et al. 2007).

Deste modo, esta política de acolhimento e integração que procura responder aos desafios colocados a sociedade portuguesa, foi orientada por sete princípios-chave que afetam os programas e as ações criadas por instituições públicas em prol dos imigrantes (Marques et al. 2007):

Assim, o primeiro princípio determinante é a Igualdade. Este princípio estabelece que deve ser atribuído aos estrangeiros, os mesmos direitos e deveres dos nacionais, exceto alguns direitos políticos.

O segundo princípio é o da Hospitalidade, escolhido a partir de programas e ações que procuram acolher bem os imigrantes. Este princípio é muito importante, por que a igualdade nem sempre é suficiente, principalmente para os imigrantes recém-chegados.

O terceiro princípio é o da cidadania, onde estabelece-se que o imigrante é um cidadão de pleno direito, mesmo não sendo nacional.

A corresponsabilidade e a participação correspondem ao quarto e ao quinto princípio, respetivamente. Defende-se que só é possível construir uma sociedade inclusiva se houver respeito pelo princípio da plena participação cultural e política, tanto da parte dos nacionais como dos imigrantes. Deste modo, espera-se que os imigrantes além de participantes sejam corresponsáveis pelo bem comum, e que na política de imigração sejam parte da solução.

O sexto princípio diz respeito a interculturalidade. Aqui pretende-se promover a afirmação da “riqueza da diversidade em diálogo”. Isto é, como mostra-nos Marques et al. (2007: 202) pretende-se com o modelo intercultural não só uma simples aceitação do “outro” como também o acolhimento do “outro” e a transformação de ambos com esse encontro.

Por último está o princípio do consenso. Com este princípio pretende-se afastar a política de imigração de situações que podem conduzir a argumentos populistas anti-imigração, como acontece em vários países europeus.

Segundo Marques et al. (2007: 202) estes princípios são mobilizadores tanto para o Estado como para a Sociedade Civil. Por outras palavras, os mesmos autores reconhecem que para implementar com sucesso uma política de acolhimento e integração, é preciso haver uma colaboração rigorosa e constante entre as várias instituições do Estado e da sociedade civil.

### **5.3. Plano para Integração dos Imigrantes**

Nos últimos anos, Portugal vinha registando uma evolução positiva das políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, porém não tinha ainda um plano global e integrado que sistematize os objetivos e os compromissos sectoriais do Estado para acolher e integrar os imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007).

Assim, decidiram estabelecer por um período de três anos, um roteiro de compromissos que define o Estado como elemento principal na integração dos imigrantes. O objetivo é desenvolver “um ambicioso programa político, que antevendo a atuação de todos os ministérios, reconhece as áreas de intervenção específica para cada ministério (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007: 4).

Este programa ficou conhecido como o Plano para Integração dos Imigrantes, desenvolvido a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios, contando com a colaboração das organizações da sociedade civil (Idem).

Pretende-se com este plano, introduzir melhorias nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, e contribuir para um Portugal mais solidário e com políticas mais inclusivas. As medidas definidas para este plano são da competência do Estado, porém constituem um incentivo para a sociedade civil que desempenha um papel importante ao acrescentar valores nos eixos de intervenção. Importa salientar também o papel dos imigrantes tendo em conta que participam e corresponsabilizam na conceção, desenvolvimento e avaliação das políticas de imigração (Idem).



De modo a garantir a atuação concertada de todos os ministérios e o acompanhamento e avaliação dos objetivos propostos, prevê-se a criação de uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, que sob a coordenação do ACIME apresentará ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI) relatórios anuais da execução das medidas previstas no plano. Este plano também foi apresentado ao Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63- A/2007: 5).

O Plano para a Integração dos Imigrantes, estabelecido por um período de três anos (2007-2009), identificou 122 medidas, distribuídas por diversas áreas setoriais, cujo propósito era a integração plena dos imigrantes na sociedade portuguesa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63- A/2007: 6). Este plano abrange as seguintes áreas:

- ✓ Acolhimento
- ✓ Trabalho, emprego e formação profissional
- ✓ Habitação
- ✓ Saúde
- ✓ Educação
- ✓ Solidariedade e Segurança Social
- ✓ Cultura e língua
- ✓ Justiça
- ✓ Sociedade da Informação
- ✓ Desporto
- ✓ Descendentes de imigrantes
- ✓ Reagrupamento familiar
- ✓ Racismo e discriminação
- ✓ Liberdade e religião
- ✓ Associativismo imigrante
- ✓ Relações com os países de origem
- ✓ Media
- ✓ Acesso à cidadania e aos direitos políticos
- ✓ Questões de género

- ✓ Tráfico de seres humanos

Terminado o período estabelecido para o primeiro plano, o Governo com o objetivo de dar continuidade a uma nova geração de políticas sociais, aprova o II Plano para Integração dos Imigrantes constituído por 90 medidas. O objetivo deste plano continua a ser a integração plena dos imigrantes, tanto nas áreas da cultura e da língua, do emprego e da formação profissional e da habitação.

Através da avaliação da execução do primeiro PII, pode-se constatar que a taxa de execução foi muito elevada e que em muitos domínios, ultrapassaram-se as metas propostas. Deste modo, o Governo, através desta experiência bem-sucedida continua a querer dar seguimento a este programa político com o objetivo de garantir a integração plena dos imigrantes, de promover a coesão social e a igualdade de oportunidades, e favorecer a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, bem como o diálogo intercultural (Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010: 5).

O II PII também foi elaborado a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios e de colaborações e propostas solicitadas a sociedade civil, como as associações de imigrantes, aos membros do COCAI, a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR) e a rede de investigadores do Observatório da Imigração (Idem).

Este plano estabelecido para o período de 2010- 2013, procura dar continuidade ao que foi feito anteriormente, mas também pretende introduzir inovações nas respetivas áreas de intervenção. Assim, procedeu-se à reformulação das áreas de intervenção com a fusão de algumas e a criação de duas novas, totalizando 17 áreas de intervenção. Deste modo, destacam-se as áreas da diversidade e interculturalidade e da proteção e integração dos imigrantes em situação de desemprego, em especial a dos idosos imigrantes.

As 90 medidas do II PII, distribuem-se pelas seguintes áreas de intervenção (Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010):

- ✓ Acolhimento
- ✓ Cultura e língua
- ✓ Emprego, formação profissional e dinâmicas empresariais
- ✓ Educação
- ✓ Solidariedade e segurança social

- ✓ Saúde
- ✓ Habitação
- ✓ Justiça
- ✓ Racismo e discriminação
- ✓ Acesso à cidadania e participação cívica
- ✓ Associativismo imigrante
- ✓ Descendentes de imigrantes
- ✓ Idosos imigrantes
- ✓ Relações com os países de origem
- ✓ Promoção da diversidade e da interculturalidade
- ✓ Questões de género
- ✓ Tráfico de seres humanos.

Contudo, importa salientar que a nova reestruturação afetou as diferentes áreas de intervenção de tal forma que os media e a liberdade religiosa estão agora integrados na área da promoção da diversidade e da interculturalidade. De igual modo, o reagrupamento familiar foi integrado no acolhimento, a sociedade de informação ficou incluída na área dos descendentes de imigrantes e o desporto foi integrado em ambas as áreas da promoção da diversidade e do diálogo intercultural como a do racismo e da discriminação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010: 9).

#### **5.4. Políticas de inclusão social**

Como reconhecem Norte et al. (2004:2), algumas medidas de integração como a educação, a saúde, o mercado de trabalho ou a segurança social, são fundamentais para a análise e inclusão social dos imigrantes residentes em Portugal. Assim, é importante debruçarmo-nos sobre estas medidas de modo a perceber como afetam a vida dos imigrantes.

##### **Educação**

Em Portugal, no que diz respeito à educação, - tanto escolar como pré-escolar - os filhos dos imigrantes têm os mesmos direitos que os nacionais, mesmo tratando-se de crianças e jovens menores em situação irregular. É também proporcionado aos descendentes de imigrantes que já chegam em Portugal com um percurso académico, o direito a equivalência escolar – atribuído através do reconhecimento das habilitações

adquiridas no país de origem – o que contribui em muito para a integração escolar destes imigrantes (Norte et al. 2004).

No ano letivo de 1999/2000, estavam matriculados cerca de 5.363 mil alunos de outras nacionalidades ou grupos culturais no ensino básico e no secundário, totalizando assim, cerca de 3,6% da população escolar. A proporção de alunos é maior no ensino básico (4%) do que no ensino secundário (2,3%), onde regista-se situações de insucesso e abandono escolar. Neste ano letivo de 1999/2000, os PALOPs representavam 59,7% dos alunos de outras nacionalidades ou grupos sociais, 14,4% e 5,2% correspondiam aos imigrantes do Leste e aos brasileiros, respetivamente (Idem).

Segundo Norte et al. (2004: 30), o domínio da língua portuguesa constituiu um fator determinante para o sucesso escolar e integração social, portanto a falta deste domínio resulta em “formas coletivas de exclusão e formação de guetos urbanos.” Em 2000, havia 19.435 mil alunos no sistema escolar português que não tinham o português como língua materna. Deste total, 1,5% dos alunos não compreendia nada, 28,4% não tinha uma compreensão satisfatória que permitisse continuar com os estudos e 70,1% mostravam conhecimentos satisfatórios como é o caso das comunidades provenientes dos PALOPs (Norte et al. 2004).

Assim, de forma a solucionar a questão da multiplicidade linguística e o não domínio da língua portuguesa, o sistema escolar português fornece aos imigrantes a possibilidade de recorrerem a currículos alternativos ou ao ensino recorrente, bem como a flexibilidade na organização curricular. Contudo, Alves (citado em Norte et al. 2004) defende que estas soluções dependem em parte da sensibilidade dos professores e dos órgãos de gestão das escolas, e por isso é necessário apostar na formação inicial dos professores de português como segunda língua e na produção de materiais pedagógicos adequados.

Quanto ao desempenho escolar, Norte et al. (2004: 30) afirmam que as taxas de sucesso dos estudantes filhos de imigrantes, excluindo os brasileiros, estavam significativamente baixas quando comparadas com as taxas de sucesso dos nacionais. Deste modo, no que diz respeito a escolaridade obrigatória, os cabo-verdianos apresentam os piores resultados e altas taxas de abandono, mas mesmo assim atingem ou ultrapassam a média nacional no ensino secundário. E é nas comunidades estrangeiras - principalmente as provenientes dos PALOPs – que registam-se as mais

elevadas taxas de abandono e desistência, com destaque no ensino secundário, onde aproximadamente um terço dos estudantes desiste a meio do ano letivo.

A educação dos adultos também é importante no que diz respeito a integração da população imigrante. Assim, segundo Norte et al. (2004:31) há duas vertentes que merecem especial destaque: o ensino do português e o reconhecimento de habilitações e competências.

Quanto ao ensino do português, Norte et al. (2004:31) defendem que as comunidades imigrantes têm recebido um pouco por todo o país, cursos de português, proporcionados tanto por entidades oficiais (IEFP, ACIME – atual ACIDI) como pela sociedade civil (Igreja Católica, IPSS, associações e organizações diversas ou as escolas).

No que concerne o reconhecimento de habilitações e competências, os mesmos autores (Norte et al. 2004) reconhecem que esta vertente já se encontrava prevista e legislada no quadro jurídico nacional. Assim o ACIME, atual ACIDI estabeleceu no CNAI de Lisboa um Gabinete de Apoio ao Reconhecimento de Habilitações e Competências - atual Gabinete de Apoio a Qualificação, “destinado a prestar assessoria, orientação e apoio aos imigrantes que desejam obter o reconhecimento de suas habilitações escolares e académicas ou qualificações profissionais adquiridas no país de origem (Norte et al. 2004: 31).”

### **Saúde**

Em Portugal, a Lei de Bases da Saúde (Lei n.º 48/0, de 24 de Agosto), estabelece que todos os cidadãos portugueses, os cidadãos nacionais dos Estados-membros da União Europeia, nos termos das normas europeias, e os imigrantes residentes em Portugal em condições de reciprocidade têm o direito e o dever de proteção da sua saúde (Norte et al. 2004; Backstrom 2009).

Backstorm (2009: 168) afirma que a legislação defende o acesso a saúde a todos os imigrantes independentemente do seu estatuto jurídico. Norte et al. (2004: 32) por sua vez, defendem que o acesso aos cuidados de saúde prestados pelo sistema Nacional de Saúde é destinado a todos independentemente da sua nacionalidade, desde que estejam a residir legalmente no território português.

Quanto aos imigrantes irregulares o despacho estabelece que o acesso aos cuidados de saúde é feito mediante a apresentação de um atestado de residência, emitido

pela Junta de Freguesia, nos termos do disposto no artigo 34.º (do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril) que comprova que o indivíduo encontra-se em Portugal há mais de 90 dias (Norte et al. 2004; Backstrom 2009).

#### **5.4.1. Problemas enfrentados pelos imigrantes no acesso a saúde**

Como acima mencionado, a legislação portuguesa estabelece que o acesso a saúde é um direito de todos os imigrantes, independentemente do seu estatuto legal ou da sua nacionalidade. Contudo os imigrantes indocumentados enfrentam bloqueios quando procuram os centros de saúde. A literatura mostra que a falta de conhecimento da legislação portuguesa por parte dos imigrantes ou dos funcionários da saúde está em parte na origem deste bloqueio (Backstrom, 2009).

Os imigrantes que não se encontram inscritos na Segurança Social e que portanto não fazem descontos deparam-se igualmente com entraves quando procuram atendimento nos centros de saúde. Isto porque, os centros de saúde recusam a inscrever estes imigrantes por que defendem que para se inscrever é preciso ter o número de Segurança Social e fazer descontos. Porém, quando estes problemas chegam ao Gabinete de Saúde do CNAI, são quase todos resolvidos (Backstrom, 2009).

Analisando as três comunidades, Fonseca et al. (2007:35) demonstram que os imigrantes dos PALOPs que estão a residir em Portugal há mais tempo, são os que mais recorrem aos serviços públicos de saúde, e a consulta do médico de família (63,6%). Já a comunidade brasileira e a do leste, com menos tempo em Portugal e com uma elevada proporção de indivíduos em situação irregular, procuram o Sistema Nacional de Saúde especialmente em casos de urgência, optando normalmente pela automedicação ou por se dirigir a uma farmácia.

Segundo Backstrom (2009: 178) parece existir um bloqueio no acesso a saúde no que diz respeito aos brasileiros. Segundo o Gabinete de saúde do CNAI, há um ambiente hostil ou até mesmo de discriminação, preconceitos e estereótipos por parte dos serviços quando os brasileiros procuram o atendimento de saúde. Backstrom (2009: 178) salientado o Acordo Bilateral da Segurança Social entre o Brasil e Portugal, argumenta que alguns cidadãos brasileiros e os próprios administrativos dos serviços de saúde não têm conhecimento da existência deste acordo, o que dificulta ainda mais o acesso.

Fonseca et al. (2007: 35) reconhecem que os europeus do leste, talvez devido a barreira linguística, enfrentam problemas ainda maiores que os brasileiros no acesso a

saúde formal, sendo que apenas 44,3% dizem ser utentes de centros de saúde e mais de um quarto afirmam que quando estão doentes optam por ir a farmácia, ao invés de ir ao médico.

Para Ingleby et al. e Manfellotto (citado em Fonseca et al. 2007: 37) há muitos fatores que influenciam o acesso dos imigrantes aos cuidados de saúde como: “ a discriminação praticada ao nível das instituições, a falta de conhecimento entre os profissionais de saúde dos direitos dos imigrantes, o desconhecimento da informação sobre os serviços de saúde e dos seus direitos por parte dos próprios imigrantes, devido a barreiras linguísticas, o receio de detenção no caso dos imigrantes indocumentados, ou a falta de confiança num sistema que desconhecem.”

Para Backstrom (2009: 181) os maiores problemas enfrentados pelos imigrantes estão na falta de documentação relativamente ao estatuto legal e ao enquadramento na Segurança Social, bem como nos bloqueios no acesso e nos pagamentos referentes ao Sistema Nacional de Saúde.

### **Mercado de trabalho**

No âmbito de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho, Ruggy (citado em Kolarava et al., 2009: 33) defende que “a imigração constitui uma mão-de-obra complementar, que veio ocupar postos de trabalho pouco qualificados e pouco remunerados, na indústria e nos serviços.” Defende ainda que “o mercado de trabalho para os imigrantes é fortemente segmentado e independente do mercado de trabalho dos cidadãos nacionais que se recusam a ocupar determinados postos de trabalho.”

Priore (citado em Rocha-Trindade, 1995 & Kolarava et al. 2009: 34) por sua vez defende que “as migrações devem ser entendidas em função da estrutura das oportunidades de trabalho e das motivações dos trabalhadores imigrantes, relativamente as motivações dos trabalhadores das áreas para as quais os imigrantes deslocam-se.”

Ainda, segundo Priore (Kolarava 2009: 34) os imigrantes inserem-se num mercado de trabalho com dois segmentos: o segmento primário ocupado principalmente pelos nacionais e o segmento secundário que é mais desfavorável e ocupado pelos imigrantes. Neste último setor, os empregados trabalham em condições precárias, são mal remunerados, o trabalho é desqualificado ou semiquualificado e o estatuto social baixo.

Portes, (citado em Kalorava, 2009) também divide o mercado de trabalho no segmento primário e secundário. Defende que no mercado primário, existe estabilidade nas condições de emprego e nas relações laborais, há bons salários, expectativas numa carreira profissional, e proteção social garantida. Já no mercado secundário, defende que os empregos são sem ou com baixas qualificações, os salários são baixos, há fracas oportunidades de promoção e insegurança laboral. Os mercados secundários atraem vários imigrantes dos países pobres e menos desenvolvidos ou em crise, e os empregos que oferecem são rejeitados pela maior parte dos cidadãos nacionais.

Como reconhece Peixoto (2008: 36), “os diferentes grupos de nacionalidade apresentam perfis profissionais e níveis de qualificação distintos, o que os relaciona com segmentos diferenciados do mercado de trabalho.”

Deste modo, Peixoto (2008: 37) refere que a população estrangeira está inserida no mercado secundário, uma realidade bastante antiga e difusa no território português. Segundo o mesmo autor, os imigrantes estabelecem-se nos setores de atividades considerados vulneráveis, com destaque para a construção e o serviço doméstico. Portanto não é surpresa que a população imigrante esteja muito exposta à informalidade, sendo deste modo cúmplice e muitas vezes alvo de exploração laboral.

Globalmente, a realidade é que muitos imigrantes encontram-se em empregos com baixos salários e com poucas expectativas de carreira profissional, de natureza precária e com exposição significativa a acidentes de trabalho. Por outro lado, os imigrantes são vítimas de exploração laboral e ao mesmo tempo podem prejudicar os direitos adquiridos por outros trabalhadores imigrantes presentes nos mesmos setores de atividade (Peixoto 2008).

### **Segurança Social**

Quanto a segurança social, a semelhança dos cidadãos nacionais, Portugal oferece aos imigrantes, um elevado grau de proteção social (Norte et al. 2004).

Como reconhecem Peixoto et al. (2011: 60) a Lei portuguesa defende que todos os indivíduos têm direito a Segurança Social. Deste modo, os imigrantes que trabalham e residem legalmente em Portugal, bem como as suas famílias recebem os mesmos direitos que os cidadãos nacionais. Isto é, são-lhes atribuídos as mesmas obrigações e ficam habilitados a receber as mesmas prestações sociais que os nacionais.



Porém, os cidadãos estrangeiros deparam-se com alguns condicionalismos e segundo a Lei de Bases da Segurança Social (Lei n.º 32/2002 de 20 de Dezembro), o acesso dos imigrantes às prestações sociais obedece a alguns critérios (Peixoto et al., 2001; Norte et al., 2004).

Segundo Norte et al. (2004: 33), no subsistema previdencial – onde o acesso é determinando mediante inscrição e cumprimento das obrigações dos beneficiários quer sejam trabalhadores independentes ou por conta de outrem – é obrigatória a inscrição de todos os trabalhadores na Segurança Social. Assim, qualquer cidadão que trabalhe em Portugal estará protegido pela Segurança Social, independentemente da sua nacionalidade.

Neste subsistema, o acesso fica condicionado a inscrição, a responsabilidade das instituições empregadoras ou do próprio trabalhador, no regime independente. O tipo de estatuto legal dos estrangeiros não atrapalha a inscrição, porém pode impedir a aquisição de prestações sociais. Assim, os cidadãos estrangeiros sem autorização de residência ou outro estatuto legal, podem inscrever-se na Segurança Social, mas podem não beneficiar das prestações sociais (Peixoto et al. 2011).

No subsistema de solidariedade, a residência legal em Portugal é o fator determinante para o acesso. No entanto, o regime contributivo neste subsistema abrange apenas os cidadãos nacionais e os não nacionais. Há uma regulamentação que estende esta proteção social aos estrangeiros a residir em Portugal há mais de seis meses, porém como nunca foi publicada, impede o acesso da população imigrante a este tipo de prestação. Mas, os imigrantes a residir legalmente em Portugal tem acesso ao Rendimento Social de Inserção, independentemente da nacionalidade e o tempo de residência no país (Norte et al., 2004).

Segundo Peixoto (2011: 45), este subsistema procura garantir “os direitos essenciais de forma a prevenir e a erradicar situações de pobreza e de exclusão, bem como assegurar prestações em situações de comprovada necessidade pessoal ou familiar, não incluídas no sistema previdencial.”

O subsídio de proteção familiar abrange todos os cidadãos com as mesmas condições gerais de acesso, embora em caso de refugiados e apátridas, o acesso poderá ficar condicionado mediante a verificação do período mínimo de residência (Norte et al. 2004).

Este subsistema visa garantir “a compensação de encargos familiares acrescidos quando ocorram as eventualidades legalmente previstas (Peixoto, 2011: 45).

No que diz respeito ao sistema de ação social, Norte et al. (2004:34) afirmam não haver legislação que regule ou especifique o acesso dos estrangeiros a este tipo de proteção.

O subsistema de ação social tem como objetivo “a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, disfunção, exclusão ou vulnerabilidade social, bem como a integração e promoção comunitária das pessoas (Peixoto, 2011: 45).

## 6. Caracterização da população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal

Como já foi referido, foi nos anos 90 que se observou o crescimento da população estrangeira, com destaque para as comunidades provenientes dos países africanos e do Brasil. E no início do século XXI destacava-se o crescimento de novos fluxos provenientes do leste. (SEF, 2010: 18).

Este cenário faz de Portugal um país diversificado, pois vêm juntar-se aos tradicionais imigrantes dos PALOP e do Brasil, os imigrantes do leste, com destaque para a comunidade ucraniana, que se tornou a segunda mais representativa.

Assim, com base nos indicadores será possível caracterizar as nacionalidades mais representativas considerando a sua inserção na sociedade portuguesa.

**Tabela 1: Evolução da população estrangeira residente (stock) em Portugal, por principais nacionalidades, em 2000-2013.**

País	Ano			
	2000	2005	2011	2013
Cabo Verde	47.216	56.433	43.920	42.401
Brasil	22.411	31.546	111.445	92.120
Ucrânia	163	2070	48.020	41.091

**Fonte: SEF, Relatório de Imigração, Fronteira e Asilo (2000-2011)**

Segundo Pires (20023: 172) o novo regime legal das autorizações de permanência, nos finais de 2001, tornou notável o crescimento significativo do novo fluxo imigratório da Europa de Leste.

Assim, de acordo com o quadro, percebemos que de 2000 à 2013, as mudanças mais significativas ocorreram-se na comunidade brasileira e na ucraniana. Isto é, na população brasileira registou-se um aumento de cerca de 89. 034 mil pessoas e na população ucraniana cerca de 47.857 mil pessoas. Em 2005 registou-se um aumento dos estrangeiros em todas as comunidades mas não de forma muito significativa. Em 2011 registou-se um aumento significativo tanto na comunidade brasileira como na

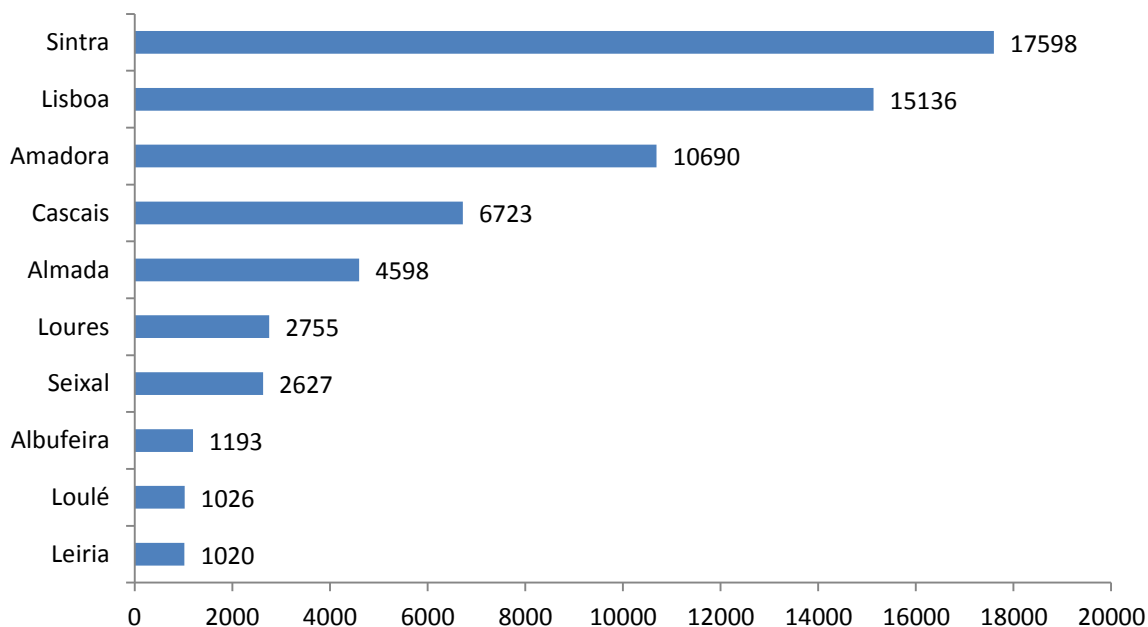
ucraniana. Já em 2013 registou-se uma diminuição da população nas três comunidades, sendo mais significativa na comunidade brasileira e ucraniana.

O crescimento dos novos fluxos alterou consideravelmente “a hierarquia da população imigrante consolidada nas duas últimas décadas”, uma vez que os ucranianos passaram a ocupar o segundo lugar da hierarquia e os brasileiros o primeiro (Pires, 2002: 175).

De seguida torna-se importante mostrar como é que estes imigrantes encontravam-se distribuídos pelos municípios de Portugal.

As variações observadas na distribuição dos imigrantes pelo território nacional podem estar relacionadas com o tipo de migração, isto é, a imigração dos PALOP foi considerada um movimento laboral e por essa razão fixam-se nas regiões urbanas, onde há maior oferta de mão-de-obra para os setores de construção de obras públicas (Pires, 2003, 144). Portanto a concentração das comunidades na grande área de Lisboa explica-se pelo fato de Lisboa ser a capital do país, onde há uma contante necessidade de mão-de-obra para os serviços públicos e atividades de construção.

**Gráfico 1: Distribuição da população estrangeira pelos principais municípios de Portugal, em 2011**



Fonte: INE, Recenseamento 2011<sup>2</sup>

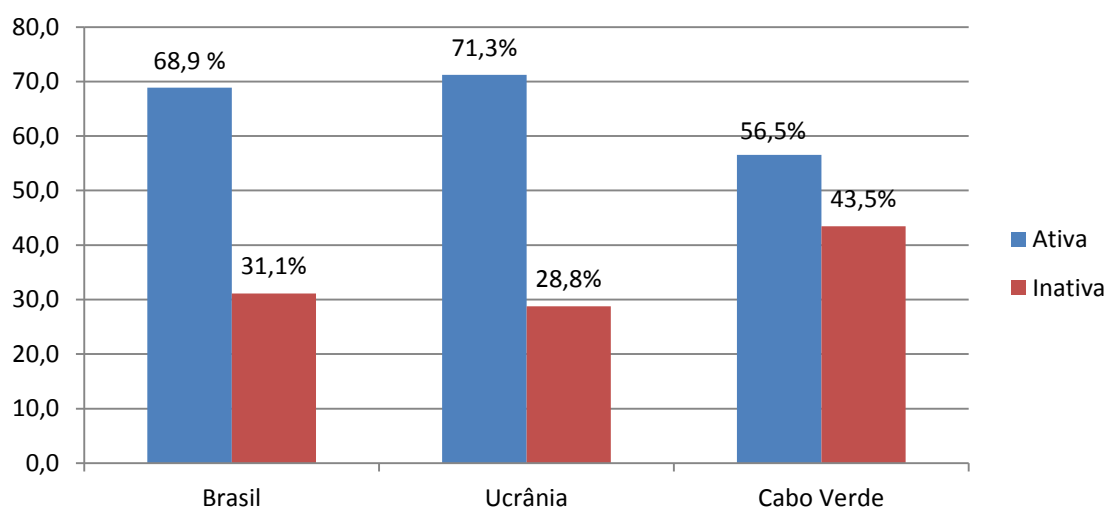
<sup>2</sup> Estes dados foram fornecidos pelo INE, após ter feito o pedido formalmente.

Em relação a distribuição da população, percebe-se que Sintra e Lisboa eram os municípios onde concentravam-se mais estrangeiros, seguidos por Amadora, Cascais e Almada. Outros municípios como Loures, Seixal, Albufeira, Loulé e Leiria, destacavam-se também pelo número expressivo de estrangeiros que recebem.

Sobressai uma grande concentração de brasileiros e de cabo-verdianos na grande área de Lisboa, com grande destaque para os municípios de Lisboa e Sintra respetivamente. Já a comunidade Ucrânia está concentrada não apenas na grande área de Lisboa, mas também na região Algarvia e em Leiria.

Para Pires (2003: 177) “esta dispersão geográfica dos novos fluxos não é compatível com as dinâmicas clássicas de constituição de fileiras migratórias suportadas por redes de migrantes territorialmente concentrados.”

**Gráfico 2: Condição perante a atividade económica por nacionalidade, em 2011 (situação ativa e inativa)**

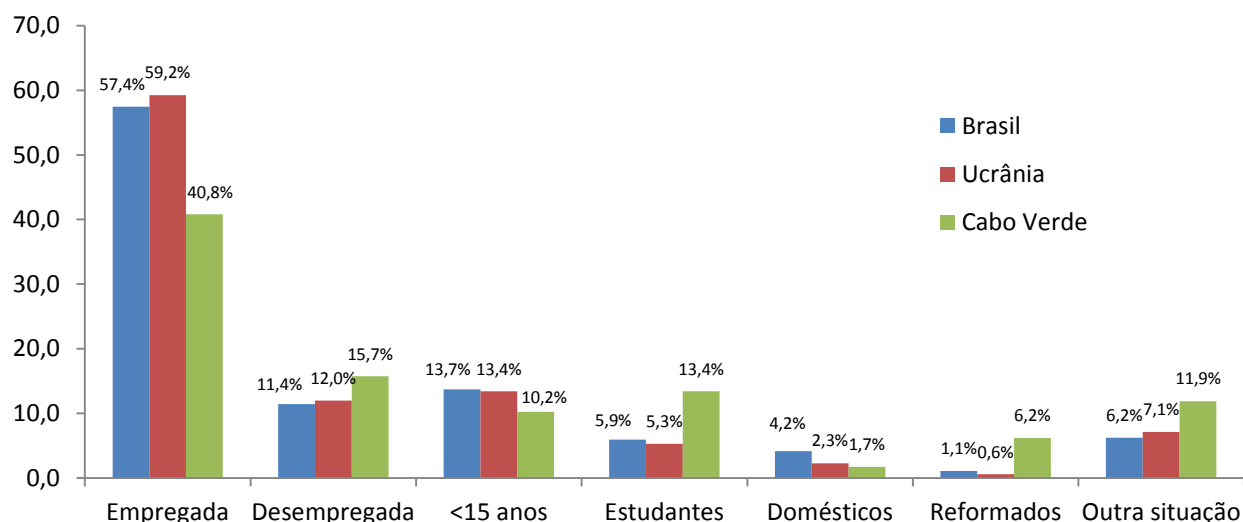


**Fonte: INE, Recenseamento 2011**

No que diz respeito à condição perante a atividade económica, as comunidades que apresentavam uma maior proporção da população ativa foram a Ucrânia (71,3%) e o Brasil (68,9%), o que fazia destas duas, as comunidades com mais indivíduos empregados.

Por outro lado, foi entre os cabo-verdianos que se registou um maior número de desempregados e onde também a proporção entre ativos e inativos era menor quando comparada com as duas comunidades acima mencionadas.

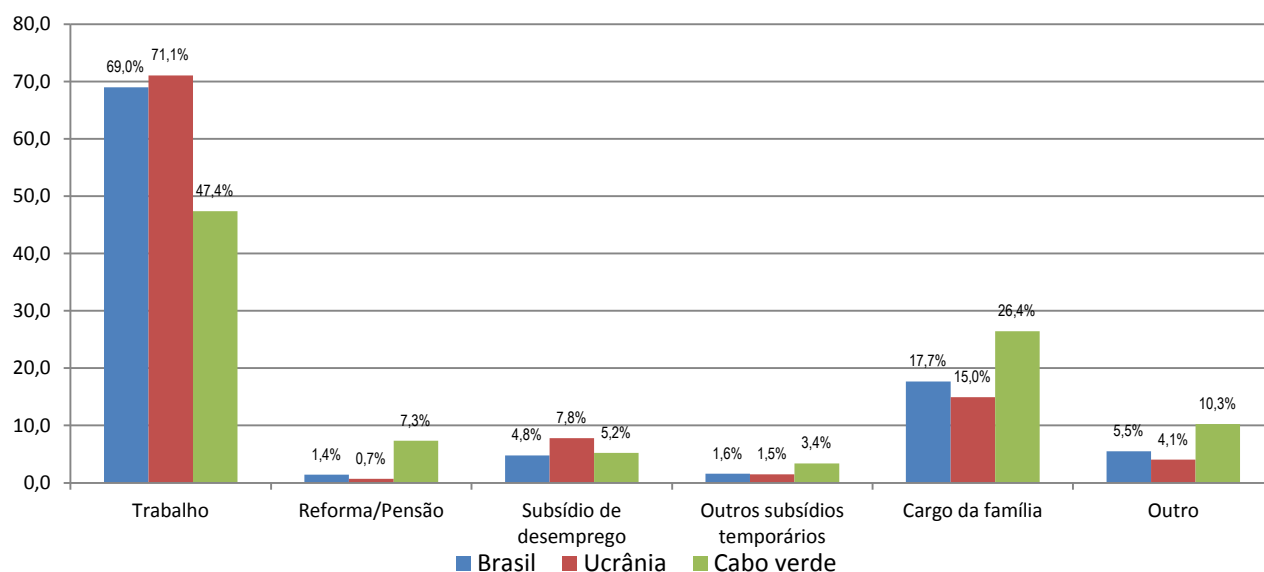
**Gráfico 3: Condição perante a atividade económica, dos residentes por nacionalidade, em 2011**



Fonte: INE, Recenseamento 2011

Globalmente, no que respeita as atividades económicas, a população estrangeira inativa registada foi de 34,4%. Mais uma vez a comunidade cabo-verdiana era a que possuía mais inativos, onde 10,2% compreendia os indivíduos com idade inferior aos 15 anos, 13,4% referia os estudantes e 6,2% os reformados. A comunidade ucraniana apresentava a maior percentagem de ativos, sendo que a proporção de reformados não atingia os 1%.

**Gráfico 4: Principal meio de vida da população com 15 ou mais anos, por nacionalidade em 2011**



Fonte: INE, Recenseamento 2011

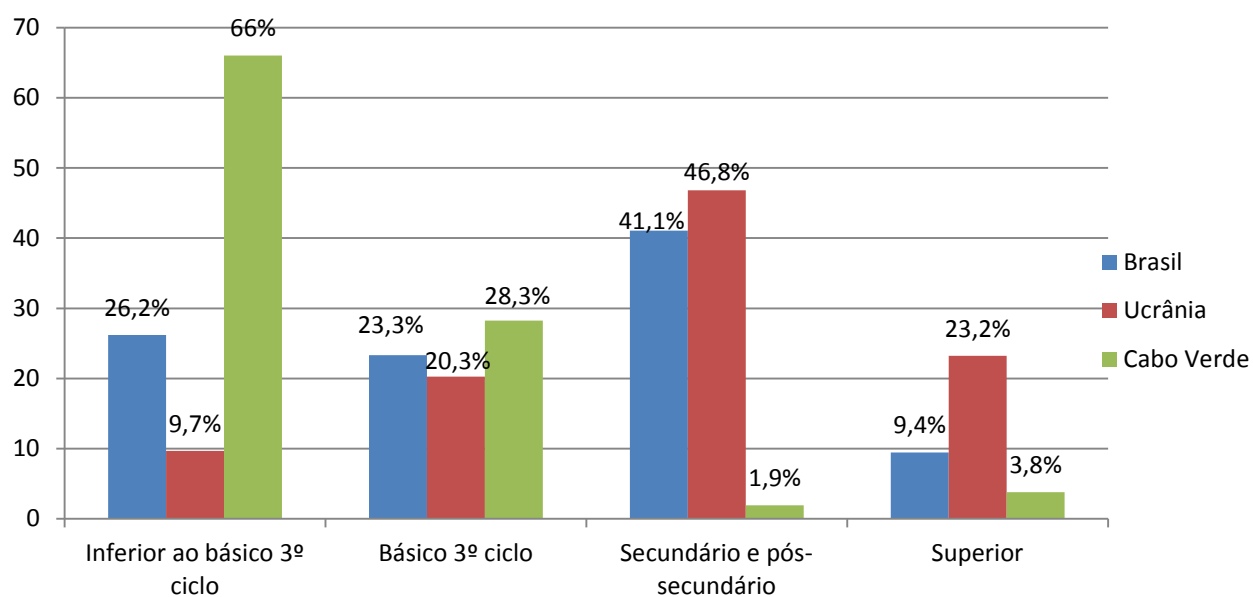
Quanto ao meio de vida, vê-se que o trabalho constitui a principal fonte de rendimentos para os estrangeiros. Analisando as três comunidades, verifica-se que a comunidade ucraniana apresentava maior percentagem de pessoas a viverem do trabalho com 71,1%, seguida do Brasil com cerca de 69% e Cabo Verde com 47,4%.

Cabo verde era a comunidade que mais dependia da reforma/pensão com 7,3%, sendo este meio de vida pouco significativo para as outras duas comunidades.

O subsídio de desemprego era o principal meio de vida para 7,8% dos ucranianos, 5,2% para os cabo-verdianos e 4,8% para os brasileiros.

Considerando a situação “a cargo da família” a comunidade cabo-verdiana estava mais representada com 26,4% seguida da brasileira e ucraniana com 17,7% e 15% respetivamente.

**Gráfico 5: Nível de ensino completo da população entre os 15 e os 64 anos, por nacionalidade em 2011**



Fonte: INE, Recenseamento 2011

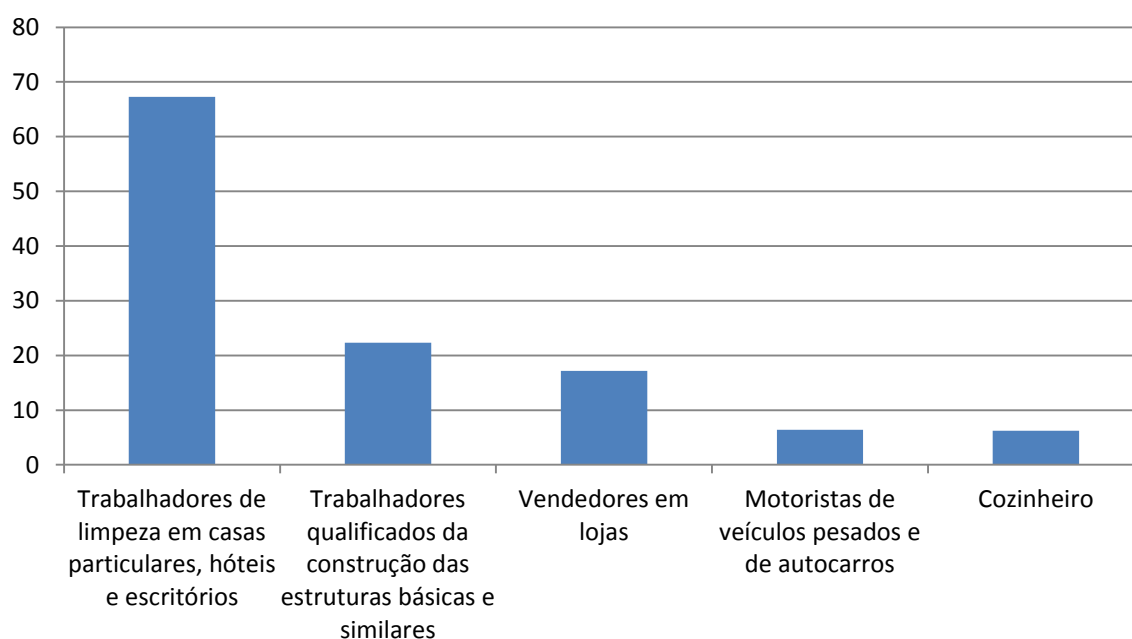
Analisando o nível de escolaridade das comunidades, globalmente observamos que a comunidade cabo-verdiana detém as qualificações mais baixas, os brasileiros possuem níveis intermédios e os ucranianos as qualificações mais elevadas. Na comunidade cabo-verdiana os indivíduos com o nível de escolaridade inferior ao básico 3º ciclo, chega aos 66%, seguida da comunidade brasileira com 26,2%. A comunidade

com a menor proporção de indivíduos com os níveis mais baixos era a ucraniana com 9,7%. Foi no básico 3º ciclo, que se registou uma maior proporção de cabo-verdianos com 28,3% seguido do Brasil e da Ucrânia com 23,3% e 20,3%, respetivamente.

No ensino secundário e pós-secundário foi entre os ucranianos que se registou uma maior representação de indivíduos com 46,%, a seguir o Brasil com 41,1% e Cabo Verde com 1,%.

Concluindo a comunidade ucraniana possui os mais elevados níveis de escolaridade, sendo que cerca de 23% dos indivíduos possuem ensino superior contra 9,4% dos brasileiros e apenas 3,8% dos cabo-verdianos.

**Gráfico 6: Principais profissões da população empregada por nacionalidade, em 2011**



**Fonte: INE, Recenseamento 2011**

Face as principais profissões, através dos dados obtidos, constata-se que as comunidades estavam concentradas em cinco principais profissões, sendo a categoria trabalhador de limpeza a mais representada, na qual destaca-se a comunidade cabo-verdiana com 34,2%, seguida da ucraniana com 17,2% e da brasileira com 15,9%.

Depois seguia-se a categoria de trabalhadores qualificados da construção, representados por Cabo Verde e Ucrânia com 12,7% e 9,6% respetivamente e os



vendedores em lojas, tendo o Brasil e Cabo Verde como as principais comunidades, com 10% e 7,2%.

E, por último, estava a categoria de motoristas de veículos pesados onde destacava-se apenas os ucranianos com 6,4% e os cozinheiros representados somente pelos brasileiros com 6,2%.

Comparando o nível de ensino com as profissões, percebe-se que Cabo Verde para além de ser o país com os níveis de habilitações mais baixos era também o país com maior percentagem de trabalhadores de limpeza.

Globalmente parece haver uma relação entre as profissões desempenhadas e os níveis de habilitações, ou seja os indivíduos com os níveis mais baixos teriam as profissões menos qualificadas e vice-versa.

Contudo analisando a comunidade ucraniana, nota-se que apesar de possuir os níveis de habilitações mais elevados, assim como uma maior proporção de indivíduos com o nível superior, estava mais representada na profissão de trabalhadores de limpeza com 17,2% juntamente com a comunidade cabo-verdiana que possui os níveis de habilitações mais baixos.

**Gráfico 7: Principais ramos de atividade económica da população empregada por nacionalidade, em 2011**



**Fonte: INE, Recenseamento 2011**

Quanto aos principais ramos de atividade, verifica-se que a restauração (38,6%) e promoção imobiliária (44%) eram os ramos que mais empregavam estrangeiros.

Os brasileiros estão melhor representados na restauração e similares com 16,6% seguidos dos cabo-verdianos e dos ucranianos com 13,8% e 8,2% respetivamente.

Já os cabo-verdianos encontram-se melhores representados na promoção imobiliária e na construção com 19,3%, seguidos por 15,3% e 9,4% dos ucranianos e dos brasileiros respetivamente.

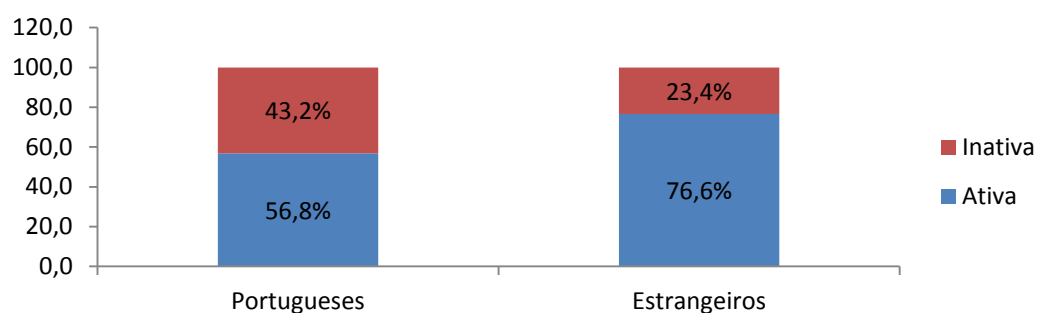
De seguida estão as atividades de comércio a retalho representado pelos brasileiros com 10,6% e as atividades relacionadas com edifícios onde destacava-se Cabo Verde e Ucrânia com 18,2% e 8,5% respetivamente.

Em 2003, Pires (2003: 149), no seu estudo sobre a “Migração e Integração” defendia que os imigrantes estavam mais concentrados no setor secundário e que as atividades classificadas como primárias eram praticamente inexistentes. Em 2011 porém, nota-se uma evolução positiva para o setor terciário, com a integração dos imigrantes nas atividades económicas denominadas de terciárias.

## 7. Comparação entre a população portuguesa e a estrangeira

Tendo em conta a dimensão da população estrangeira a residir em Portugal, é importante analisar os dados e perceber até que ponto os imigrantes estão integrados na sociedade portuguesa.

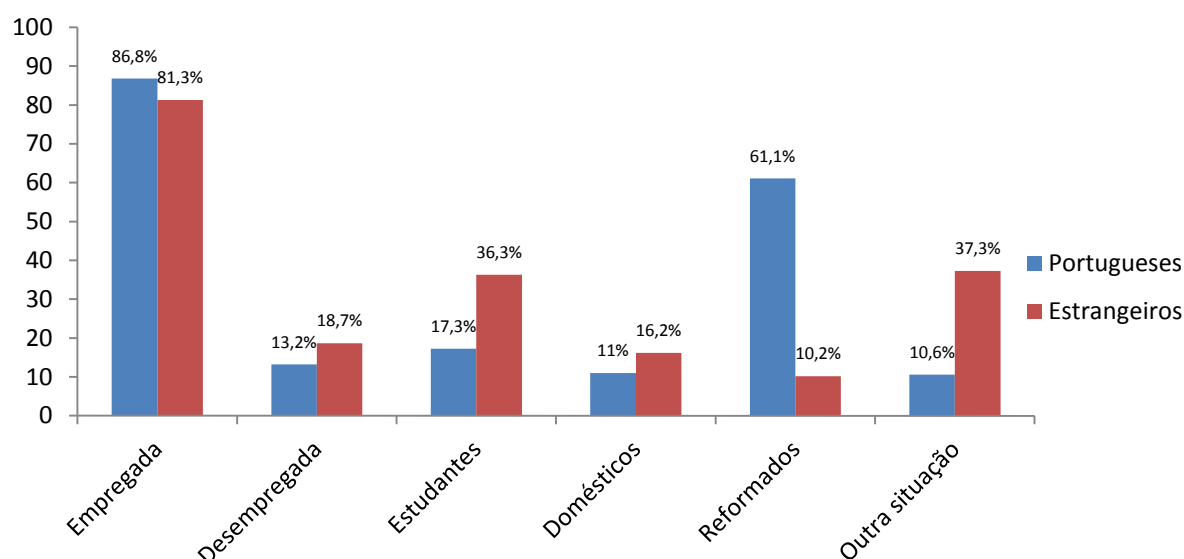
**Gráfico 8: Condição perante a atividade económica da população portuguesa e da estrangeira, em 2011 (situação ativa e inativa)**



Fonte: INE, Recenseamento 2011

No que diz respeito a condição perante a atividade económica, verifica-se que cerca de 76,6% da população estrangeira era economicamente ativa contra 56,8% dos portugueses. Comparativamente verifica-se que havia mais portugueses inativos do que estrangeiros, 43,2% e 23,4% respetivamente.

**Gráfico 9: Condição perante a atividade económica da população portuguesa e da estrangeira, em 2011**



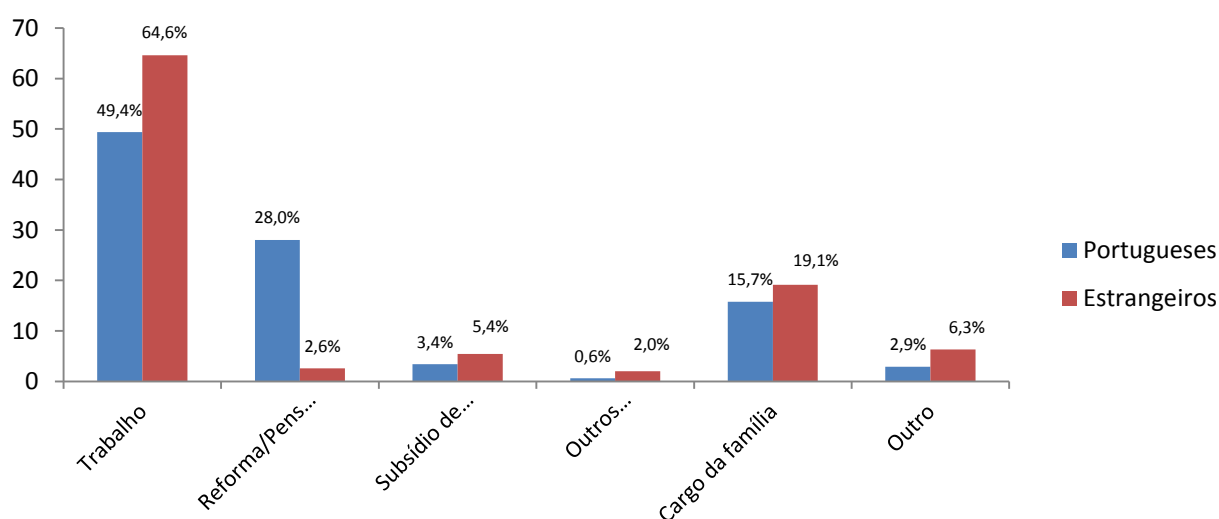
Fonte: INE, Recenseamento 2011

A população portuguesa empregada era ligeiramente superior a população estrangeira com 86,8% e 81,3% respetivamente. A população estrangeira desempregada era ligeiramente superior a população portuguesa, com 18,7% e 13,2% respetivamente.

Na população portuguesa os estudantes totalizavam cerca de 17,3% e na população estrangeira cerca de 36,6%. Por outro lado os domésticos representavam 11% da população portuguesa e 16,2% da população estrangeira.

A diferença mais significativa registou-se na população reformada, sendo que 61,1% dizia respeito aos portugueses e apenas 10,2% referia aos estrangeiros.

**Gráfico 10: Principal meio de vida da população portuguesa e da estrangeira com 15 ou mais anos, em 2011**



**Fonte: INE, Recenseamento 2011**

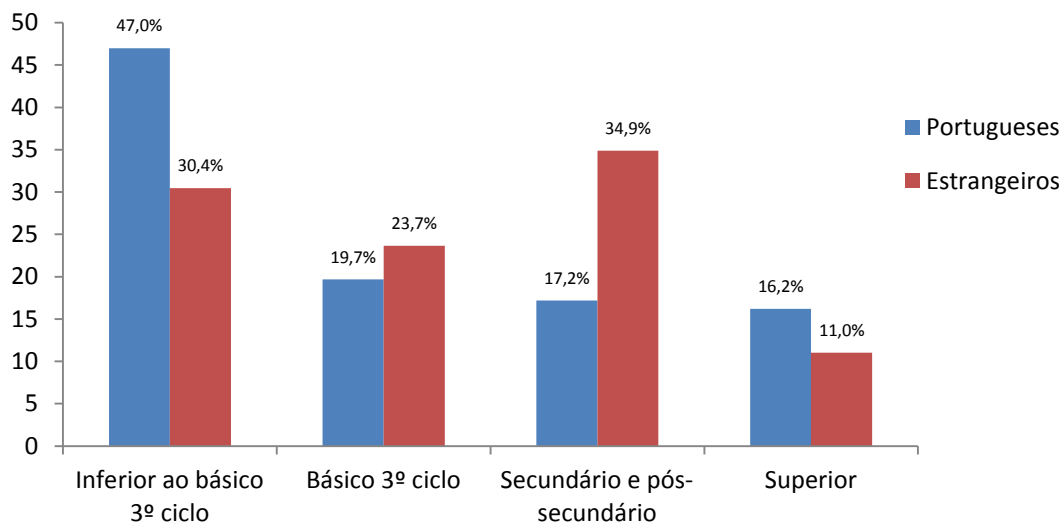
Quanto ao meio de vida, o trabalho era a principal fonte de rendimento para 64,6% dos estrangeiros e 49,4% dos portugueses.

A reforma ou pensão era a principal fonte de rendimento para 28% dos portugueses, e para os estrangeiros este meio era pouco significativo, correspondendo apenas 2,6%.

O subsídio de desemprego era relativo aos estrangeiros e aos portugueses com 5,4% e 3,4% respetivamente.

Em relação à situação “a cargo da família”, verifica-se que havia mais estrangeiros a dependerem da família do que os portugueses, com 19,1% e 15,7% respetivamente.

**Gráfico 11: Nível de ensino completo da população portuguesa e da estrangeira entre os 15 e os 64 anos, em 2011**



**Fonte: INE, Recenseamento 2011**

No que diz respeito ao nível de ensino, Peixoto (2008:31), defende que os níveis de habilitações literárias dos estrangeiros são inferiores, mas de forma não muito marcada quando comparada com os dos portugueses.

No entanto, recorrendo aos dados obtidos, verifica-se que de forma geral, os estrangeiros possuíam os níveis de escolaridade mais elevados do que os portugueses.

A percentagem de estrangeiros com o nível inferior ao básico 3º ciclo era de 30,4%, enquanto a dos portugueses era de 47,0%.

No básico 3º ciclo a percentagem de estrangeiros era de 23,7% e a dos portugueses era de 19,7%.

A população estrangeira estava melhor representada no ensino secundário e pós-secundário com 34,9%, sendo que na população portuguesa a percentagem era apenas de 17,2%.

Porém, no ensino superior verifica-se que a população portuguesa apresentava uma percentagem ligeiramente superior a da população estrangeira, com 16,2% e 11% respetivamente.



## **8. Entrevistas das comunidades**

Com a entrevista, pretende-se conhecer a forma como as três comunidades numericamente mais representativas se integram no país de acolhimento, procurando compreender as dificuldades que sentem na denominada sociedade de acolhimento, como é que vêm a integração, as políticas, o acesso aos serviços sociais e o que acham que deverá ser feito para a melhoria das políticas de integração.

Os entrevistados ao serem contactados, foi-lhes sendo explicado o objetivo do estudo, e as entrevistas foram agendadas. As entrevistas foram integralmente gravadas e transcritas, tendo sido solicitado aos entrevistados a permissão para proceder às gravações e tendo sido salientado que poderiam não responder as questões que não se sentissem a vontade.

As entrevistas foram realizadas no mês de setembro, tendo a primeira ocorrido a 1 de setembro presencialmente com a representante da Associação Mais Brasil (AMB) no Porto e as outras duas a 22 de setembro por telefone com a representante da Subdelegação da Associação dos ucranianos (SAU) de Águeda e com o representante da Associação de Cabo Verde (ACV) de Lisboa. Tendo entrado em contacto com estes dois últimos representantes e tendo tido conhecimento das suas disponibilidades sugeri-lhes que as entrevistas podiam ser feitas por telefone.

O guião encontra-se dividido em três partes: caracterização dos entrevistados, caracterização das respetivas associações e caracterização da comunidade. A entrevista tem uma duração de cerca de 60 minutos.

As entrevistas foram realizadas a três representantes das associações das comunidades objeto do estudo: a representante brasileira Adriana de Moraes, a representante ucraniana Nadiya Umanska e o representante cabo-verdiano Mário de Carvalho.

Adriana tem 45 anos e é brasileira. É casada e vive no Porto com o marido. Tem um filho de 24 anos fruto do seu primeiro casamento que se encontra a viver aqui em Portugal. Adriana trabalha como presidente voluntária da Associação Mais Brasil (AMB).

Nadiya tem 44 anos e é ucraniana. É casada e vive em Águeda com o marido e os dois filhos. Trabalha como professora do ensino Básico do 1º ciclo e é presidente da Subdelegação da Associação dos ucranianos (SAU).

Mário tem 40 anos e é cabo-verdiano. É casado e vive na Amadora. Não tem filhos. Trabalha como jurista e é presidente da Associação de Cabo verde em Lisboa (ACV).

### **Caracterização dos entrevistados**

Os entrevistados têm idades compreendidas entre os 40 e os 45 anos.

Em relação ao estado civil, todos os entrevistados são casados.

Quanto a nacionalidade, Adriana de Moraes é brasileira, Nadiya Umanska ucraniana e Mário de Carvalho cabo-verdiano.

Adriana e Nadiya residem no norte do país, Porto e Águeda respetivamente e Mário na área Metropolitana de Lisboa, em Amadora.

Dos três, apenas Adriana não tem uma atividade laboral remunerada, sendo que trabalha como presidente voluntária da Associação Mais Brasil (AMB). Faz vários trabalhos de voluntariado, entre os quais está o projeto de apoio à deficiência e o grupo de entreajuda para pessoas que estão a procura de emprego. Nadiya além de presidente da Subdelegação da Associação dos ucranianos (SAU) é professora do ensino básico do 1º ciclo e é estudante do curso de Técnico superior de Secretariado. Também já fez alguns trabalhos de voluntariado, e fez um estágio profissional na Cruz Vermelha. E Mário é Jurista e presidente da Associação de Cabo Verde (ACV). Mário não fez referência a nenhum trabalho de voluntariado.

Os locais de trabalho dos entrevistados são Porto, o agrupamento de escolas de Águeda e a Galp Energia em Lisboa.

Quanto a formação académica Adriana diz ter o mestrado em Ciências de Educação da Universidade de Psicologia do Porto, Nadiya é licenciada em Pedagogia do ensino básico e Mário licenciado em Direito.

Adriana chegou a Portugal em 2009, Nadiya em 2002 e Mário em 1992.

### **Situação dos entrevistados antes da migração**

Todos os entrevistados trabalhavam nos seus respetivos países, sendo que Adriana trabalhava como educadora de infância, Nadiya como professora do ensino básico do 1º ciclo e de Inglês do mesmo ciclo, e Mário trabalhava como Escriturário no Hospital Agostinho Neto da Praia.



Para todos os entrevistados, Portugal foi o primeiro país de destino, embora Mário tivesse ponderado a Holanda, mas não chegou a ir. Quanto a Nadiya, considera que não foi exatamente uma escolha, pois veio ter com o marido que já cá estava.

### **Situação migratória dos entrevistados em Portugal**

Quando questionados sobre as razões que os trouxeram a Portugal, Adriana diz que veio por motivos de estudos, entretanto acabou por se casar com um português. Dado que o seu marido era funcionário público da GNR, Adriana escolheu abdicar do seu trabalho, por considerar que seria mais difícil para o marido encontrar um trabalho lá no Brasil. Outras razões foram a qualidade da saúde pública em Portugal, que não se compare à do Brasil e a questão da segurança. Já Nadiya veio à Portugal para ficar com o marido que tinha vindo trabalhar. O marido veio com o plano de juntar um bom dinheiro e regressar a Ucrânia, mas como não conseguiu, Nadiya e os filhos vieram para cá viver. Quanto ao Mário, veio para estudar e acompanhar o pai que tinha sido evacuado para Portugal por motivos de doença.

Adriana é a representante que está há menos tempo em Portugal - 5 anos. Nadiya reside em Portugal há 12 anos e Mário há 22 anos, o que o torna o representante com mais tempo de residência.

Dos três, apenas Adriana veio sozinha para Portugal, acabando por ficar com alguns colegas até se casar. Nadiya veio com os dois filhos e ficaram com o marido que já se encontrava cá a residir. E Mário veio com o pai, e ficaram em casa de um familiar.

Adriana não tinha familiares em Portugal, mas uma vez instalada recebeu alguns familiares que vieram de férias, e acabaram por permanecer no país. Nadiya tinha cá o marido e mais tarde veio a sua irmã. Mário tinha um familiar cá, que o acolheu. Depois os seus irmãos vieram também para estudar, mas já regressaram a Cabo Verde.

### **Situação no mercado de trabalho**

Adriana ainda não tem um emprego estável, mas consegue trabalhar como professora substituta na Escola Miramar, graças à Diretora que a conheceu num dos seus vários trabalhos de voluntariado. Nadiya demorou seis meses para conseguir o seu primeiro trabalho de empregada de limpezas em casas particulares. Quanto ao Mário, reconhece que demorou muito tempo a encontrar um trabalho, por que na altura ainda não tinha a documentação necessária e não conhecia ninguém que o pudesse ajudar.

Quando questionados se sentem algum tipo de preconceito no local de trabalho, Adriana respondeu de forma positiva e explica: “já participei de algumas entrevistas de emprego em escolas privadas e senti-me discriminada, no sentido de dizerem que tudo correu bem, adoramos a entrevista, mas se tivesse um sotaque português o emprego era seu.” Quanto a Nadiya considera Portugal um país bastante acolhedor e diz que se sentiu muito bem recebida quando trabalhava nas casas particulares. Mário considera que há sempre preconceito, e ouvem-se coisas como: “vai para a tua terra, não és de cá.” Porém reconhece que esta questão está um pouco atenuada, graças a abertura do país a outros países e a novas culturas.

Em relação a situação profissional, Adriana diz que em Portugal adquiriu um nível de habilitação mais elevado, mas a sua situação não melhorou por que não consegue encontrar um trabalho como educadora de infância e explica: “No Brasil trabalhava numa escola privada, tinha um trabalho estável...e em Portugal melhoraria se tivesse dentro da minha área a fazer o que gosto.” Para Nadiya a situação da família melhorou porque aqui sentem-se mais seguros quer profissionalmente, quer no dia-a-dia, e refere: “melhorou o estado económico da família.” Mário diz apenas que a sua situação melhorou, e não acrescenta outros comentários.

### **Relação com os portugueses**

Quando questionados sobre a sua relação com os portugueses, Adriana conta que inicialmente a sua sogra não gostou muito da ideia do filho casar com uma brasileira, principalmente por causa dos estereótipos que os brasileiros enfrentam. Mas quando a sogra a conheceu melhor, acabou por a aceitar. Mas acredita que há ainda um certo preconceito, e conta: “uma vez pedi informações a um português e ele voltou para mim e disse que ele estava de carro e se quisesse levava-me até lá”. Mas, apesar dessas situações menos boas, acredita que os brasileiros são bem tratados.

Para Nadiya, a língua constituiu um obstáculo para a criação dos contactos, isto é, para ter alguma relação de proximidade com os portugueses, mas no seu caso como o marido já cá se encontrava, revelou-se um processo menos complicado. Considera que a Câmara de Águeda teve um papel importante, por que através dos programas de aprendizagem da língua portuguesa que oferecia, ajudou-os a criar ligações com outras famílias.

Mário considera a relação muito boa, pois Portugal é tido como um país irmão, e há uma relação de proximidade com a língua e a cultura. Acrescenta ainda que os portugueses estão a participar cada vez mais em atividades realizadas pelos cabo-verdianos, interessam-se mais pela música e participam nos torneios de futebol realizados pela associação.

Adriana vê os portugueses como um povo muito pessimista, principalmente nesta altura em que se vive um período de grande crise económica. Considera que os portugueses parecem nunca estar satisfeitos com nada.

Nadiya vê os portugueses com bons olhos, pois sempre a trataram bem, considera que se esforçavam para a tentar perceber e ajudaram-na muito com o português. Porém, reconhece que conheceu entre portugueses, alguns menos simpáticos.

Mário vê os portugueses como um povo que não acredita nas capacidades de provocar uma mudança. Isto é, acha que os portugueses deviam ter mais confiança em si mesmo e acreditar que são capazes de contribuir para o futuro do país.

Adriana acredita que os brasileiros são vistos como um povo que não gosta de trabalhar e que as mulheres brasileiras são muito acessíveis.

Nadiya acredita que os portugueses a vêem como a profissional e não apenas como estrangeira. A própria salienta: “as pessoas me entendem, gostam da minha atitude em querer aprofundar os meus conhecimentos de português, apreciam o fato de estar sempre a subir o meu nível pessoal e profissional, de estar a lutar por aquilo que tenho conseguido como professora e como estudante.”

Mário acredita que os portugueses vêm-no com grande afetividade, pois diz que apesar de serem um povo fechado, sentem-se à vontade com os cabo-verdianos.

### **Situação futura**

Quanto à possibilidade de ficar em Portugal ou regressar ao país de origem, Adriana diz querer voltar para poder ficar mais perto da sua família e reaver o seu trabalho. Nota-se claramente uma vontade em voltar ao país de origem, pois além da sua família estar lá, sente falta de um trabalho estável que lhe proporcione mais segurança.

Nadiya explica que por enquanto ficam por cá, pois além de já terem criados laços enormes em Portugal, estão a assegurar a vida dos filhos que já começaram a construir a própria vida mas que ainda precisam dos pais. Mas não descarta a

possibilidade, e diz: “um dia o meu país poderá precisar de nós e nós estaremos prontos para ajudar.”

Mário também não descarta a possibilidade de regressar para Cabo Verde, afirmando que como qualquer emigrante pensa em regressar, mas que por enquanto há ainda muitos projetos a abraçar.

Adriana tem um filho de 24 anos do seu primeiro casamento, que se encontra em Portugal também. Acredita que o filho terá um futuro no país, pois veio para estudar e já se encontra a trabalhar. Nadiya tem dois filhos. Também acredita que os filhos terão uma oportunidade em Portugal e refere: “eles já têm laços profundos do seu crescimento e até profissional, porque o mais velho já se encontra a trabalhar.” O Mário não tem filhos.

### **Satisfação com a decisão de emigrar**

Todos os entrevistados dizem-se satisfeitos com a decisão de emigrar. Adriana refere: “o bom para quem é imigrante é que tem sempre uma outra porta aberta, e se não der certo aqui em Portugal, posso sempre voltar ao Brasil ou ir a outro país.” Como educadora de infância, vai sempre ao Brasil todos os anos e dá formação as pessoas lá na escola onde trabalhava. Diz que a formação que fez em Portugal é bastante valorizada no Brasil, é uma mais-valia. Mário queria sair do país e alargar horizontes, conhecer novas culturas e outros países e como refere: “há uma ambição legítima em querer sair.”

Apesar dos desafios e dos obstáculos que se enfrenta na migração, todos os entrevistados tomariam a mesma decisão. Adriana refere: “é para olhar para a frente, nunca para trás.” O Mário comenta: “há coisas boas e coisas más, mas tomaria a mesma decisão.”

Relativamente à questão se sentem-se realizados com a sua vida em Portugal, Adriana diz não se sentir realizada na totalidade porque não consegue encontrar um trabalho estável na sua área de formação. Nadiya sente-se realizada e já tem uma vida aqui em Portugal. Mário diz sentir-se realizado, apesar de reconhecer que se quer sempre mais.

A Adriana e o Mário possuem nacionalidade portuguesa. Para Adriana, não ter um trabalho estável não a deixa sentir-se portuguesa. Esta situação ainda pesa muito, pois no Brasil já tinha o seu trabalho. Tanto Nadiya como Mário sentem-se pertencer a

dois países diferentes, isto é ao país onde nasceram e ao país onde vivem. Nadiya exemplifica: “se uma equipa de Ucrânia estiver a jogar em Portugal, claro que a preferência é para a equipa do meu país, mas se for outra equipa a jogar torço por Portugal.” O mesmo acontece com Mário que convive bem com a cultura portuguesa, sente-se bem integrado e não se sente discriminado.

## **Caracterização das associações**

### **Quem são**

A Associação Mais Brasil (AMB) é uma entidade sem fins lucrativos, com sede no Porto. A AMB surgiu da necessidade de dar apoio aos/às imigrantes na sua inserção e integração em todos os setores sociais, além de promover o convívio entre os/as brasileiros/as. A associação continua no firme propósito de trabalhar para a melhoria da qualidade de vida da comunidade brasileira.

A Subdelegação da Associação dos ucranianos (SAU) em Águeda, com sede em Lisboa, foi criada em 2007 com o objetivo de conseguirem arranjar um espaço para realizar a missa ucraniana, e para terem uma escola ucraniana. Tendo em conta que a comunidade ucraniana residente em Águeda é pequena, acharam que a melhor solução seria fazer parte da Associação dos ucranianos em Lisboa que já tem estatuto, ao invés de criar uma mesma associação independente.

A Associação Cabo-verdiana (ACV), com sede em Lisboa, é uma entidade particular, sem fins lucrativos que procura manter vivo, no dia-a-dia da cidade de Lisboa, um espaço de multiculturalidade onde a música, a gastronomia, os debates, as conferências, os seminários e a formação com carácter qualificante, irmanam cabo-verdianos, portugueses e outros povos e culturas na sociedade portuguesa.

### **Missão**

A missão primordial da AMB consiste em defender os direitos dos imigrantes brasileiros e dos seus descendentes que estão a viver em Portugal. Consiste igualmente na promoção da cultura brasileira, desenvolvendo algumas ações para apoiar e promover a questão do sentimento de união da comunidade brasileira na integração na sociedade portuguesa.

Nos primeiros anos, a missão da associação ucraniana era ajudar e dar apoio máximo aos imigrantes para que pudessem legalizar-se e reunir a família, tanto que os imigrantes foram envolvidos no projeto da Cruz Vermelha “Asas para o futuro” que

tinha um Gabinete de Apoio aos imigrantes. Neste período, procurava-se ajudar os imigrantes que não falavam a língua portuguesa, a tratar dos seus processos legalização e inserção na comunidade portuguesa. A associação tinha a preocupação em manter a cultura ucraniana aberta à comunidade portuguesa, pois os ucranianos eram chamados de russos ou imigrantes do leste. A sua missão abrangia também motivos sociais, na medida em que encaminhava os imigrantes que não tinham conhecimento dos programas de apoio social aos órgãos sociais onde pudessem receber apoio.

Mas, atualmente a missão da associação já não é a mesma, por que os imigrantes já estão mais familiarizados com as várias instituições e com os processos de legalização. Como refere Nadiya: “os ucranianos precisam agora é de integração e não de assimilação.”

A ACV centra a sua missão no desenvolvimento de ações e programas que contribuam ativamente para congregar os cabo-verdianos residentes em Portugal, proporcionando-lhes condições para uma convivência fraterna, em permanente contacto com as realidades de Cabo Verde, tendo em vista assegurar e potenciar na comunidade cabo-verdiana, a solidariedade, a liberdade de escolha, o diálogo, a autonomia pessoal e o progresso social.

### **Membros da associação**

A AMB conta atualmente com 200 associados. A Associação da Ucrânia conta com 25 associados. E a ACV conta com 1700 associados.

### **Localização**

A AMB está na Rua do Campo Alegre, 1577 – Loja 60 Porto 5150 – 182 Edifício Comercial Residencial Campo Alegre, no Porto.

A SAU está na Travessa da Rua Dr. Manuel Pinto, 10, em Águeda.

A ACV está na Rua Duque de Palmela n.º 2 - 8º, em Lisboa.

### **Principais dificuldades enfrentadas pela associação**

A AMB enfrenta alguns problemas de financiamento e há algum tempo atrás deparou-se com a dificuldade em encontrar um espaço para instalar a sua sede.

Segundo Nadiya, atualmente a associação não enfrenta tantas dificuldades como antes. Antigamente as principais dificuldades estavam relacionadas com o espaço e o apoio financeiro. Porém, nos dias de hoje, as coisas mudaram e os imigrantes já não

recorrem tanto a associação à procura de apoio e informação, como acontecia anteriormente quando precisavam de ajuda com a língua ou informações sobre o processo de legalização. Nadiya explica: “inicialmente a escola ucraniana recebia cerca de 20 alunos, mas hoje recebe de 7 a 9 alunos, por que segundo os pais, os filhos que nasceram cá já não precisam desse apoio.” Isto por que, a nova geração já está familiarizada com a língua e encontra-se integrada na sociedade portuguesa.

A ACV também não enfrenta grandes dificuldades e para Mário as pessoas estão a envolver-se e a participar-se mais. Mário enfatiza: “há aquela questão do financiamento mas a associação consegue ter uma estrutura própria, tem o seu próprio espaço privilegiado, situado no coração de Lisboa, considerado um local estratégico.” Construíram um passado e muita gente já conhece a associação, inclusive há várias outras associações que nasceram dentro da ACV.

### **Principais atividades que desenvolve**

A AMB fornece aconselhamento jurídico, apoio social e psicológico, realiza inúmeras ações de convívio, confraternização entre a comunidade brasileira, a portuguesa e com outras comunidades estrangeiras aqui residentes. Realizou algumas feiras de artesanato, congressos e comemora com festa no dia 7 de setembro a independência do Brasil. A associação possui um coral, onde cantam as músicas populares brasileiras, divulgando a cultura através de algumas apresentações nas feiras e nos congressos e participam também da festa dos povos. E nestes eventos costumam levar os materiais feitos pelas reclusas brasileiras para vender e angariar dinheiro para elas comprarem mais materiais. A associação oferece também aulas de Zumba, Axé, Samba no pé e Capoeira.

Atualmente as atividades da SAU estão mais viradas para a situação que se vive na Ucrânia. Nadiya explica: “estamos a juntar esforços para divulgar o que está a acontecer, pois é importante que os outros países tenham esse conhecimento e também estamos a dar apoio financeiro a aqueles que estão na Ucrânia a defender a independência do nosso país”.

Mas a associação costumava fazer vários tipos de apresentações como as festas multiculturais, apresentações económicas que envolviam várias ações, projetos de voluntariado, e chegaram a fazer parte da Câmara Municipal de Águeda. Todos os anos a associação convida o Cônsul do Porto para falar de assuntos relacionados com a legalização. A associação está sempre aberta para trabalhos ou colaborações com as

instituições portuguesas. Faz contratos com clínicas dentárias de modo a obter descontos para os imigrantes, principalmente nestes tempos de crise e também dão conhecimento da língua ucraniana como língua estrangeira para os descendentes dos imigrantes.

A ACV dispõe de um departamento de jogos tradicionais e um departamento cultural e desenvolve várias atividades como: lançamento de livros todas as sextas-feiras de escritores não só cabo-verdianos mas do espaço lusófono, realiza conferências, workshops, debates, jantares temáticos, rubricas como a associação cabo-verdiana no coração de lisboa e oferece música ao vivo. Possui uma equipa de futebol “amigos de Cabo Verde”, um gabinete de projetos que conta com especialistas que concorrem a projetos europeus, um gabinete jurídico, a secretaria que encontra-se aberta todos os dias. A associação participa de muitos eventos, como conferências, colóquios e feiras de livros.

### **Papel como representante**

Todos os entrevistados desempenham funções de dirigentes das respetivas associações.

### **Tempo que exerce a função de representante**

Adriana é a presidente com menos tempo no exercício da função, sendo que assumiu a função em maio deste ano. Nadiya está na presidência há 7 anos o que faz dela a representante com mais tempo no exercício da função. Mário exerce a função de dirigente há 3 anos.

### **Caracterização da comunidade**

Quando questionados sobre como viam a integração da respetiva comunidade, Adriana diz que muitos brasileiros quando chegam a Portugal sentem-se muito perdidos. Mas com o tempo acabam por se integrar e há muitos que atualmente estão casados com portugueses.

Para Nadiya, os imigrantes da sua comunidade que estiveram dispostos a integrar conseguem fazê-lo com facilidade, pois Portugal oferece os mecanismos necessários para essa integração. Como a mesma refere: “estou sempre a fazer cursos de português, há o programa Português sem Fronteiras para ajudar na aprendizagem da língua...eu já



consegui entrar na ESTGA.” Os seus filhos já fizeram o secundário completo e conseguiram entrar na Universidade e na comunidade ucraniana já há médicos, professores, engenheiros e arquitetos. A comunidade sente-se integrada na sociedade portuguesa e entre muitos dos ucranianos que conseguiram melhorar a sua condição e adquirir a nacionalidade portuguesa, uns emigraram para outros países e outros regressaram a Ucrânia. Mário acredita que a comunidade cabo-verdiana é aberta e está pronta para ir a luta, integrando-se com enorme facilidade. Considera que se houver falhas de integração, estas falhas serão da comunidade e dos órgãos responsáveis pela integração.

Adriana acredita que uma das principais dificuldades de integração está na origem dos imigrantes, porque até mesmo entre os brasileiros existem diferenças culturais por que vêm de diferentes regiões com práticas também diferentes. Mas, a associação através da divulgação das suas atividades, acaba por ter um papel relevante na medida em que ajuda a integrar os imigrantes na sociedade portuguesa.

Nadiya identifica como principal dificuldade, o processo de reconhecimento de diploma, que é um passo muito importante na integração, mas que nem sempre abre as portas para as pessoas que o conseguiram. Embora reconheça que esta situação possa estar relacionada com a falta de oportunidades de emprego em Portugal. Nadiya explica: “há 5 anos atrás consegui através do concurso nacional trabalhar como professora de Inglês, só que logo de seguida, aconteceu o despedimento dos professores...continuei a ingressar nos concursos mas percebi que era sempre expulsa pois não tinha o mesmo diploma.”

Para Mário a principal dificuldade está na falta de documentação, o que resulta numa grande taxa de desempregados para a sua comunidade. Defende que deveria haver para os cabo-verdianos um visto parecido com o GOLD, que é destinado aos grandes empresários. Mário refere: “devia haver um visto “cinzento” para os cabo-verdianos que estão desempregados e que precisam de algo na mão para trabalharem pois há muita gente com a possibilidade de trabalho, mas não tem a residência e para ter a residência é preciso estar a trabalhar.”

Adriana identifica como aspeto positivo o fato da comunidade brasileira não ter preconceito e se adaptar de uma forma tranquila, embora exista o choque de cultura. Outro aspeto positivo é a saúde pública portuguesa que é muito melhor do que a saúde pública no Brasil.

Para Nadiya, Portugal é um dos poucos países europeus que fez tanto para a integração. Nadiya identifica como aspeto positivo a oportunidade oferecida aos ucranianos e outros imigrantes que não falam o português de fazerem vários cursos gratuitos da língua, o reconhecimento de diploma que foi um ponto muito forte na integração, a atitude dos portugueses e o acolhimento pessoal. Nadiya comenta: “Portugal fez muitas ações para integrar os seus imigrantes, e dentro da associação conheci um ucraniano que é médico e outra que é professora de matemática no secundário.” Mário considera positivo o fato da comunidade uma vez integrada passar a fazer parte da definição de alguns problemas e pode dar um grande contributo para o desenvolvimento não só do país de acolhimento como também do país de origem. Enfatiza: “todos nós ganhamos com a integração, ganha o país de origem e de acolhimento e a sociedade como um todo e fortalece a nação cabo-verdiana e a portuguesa.”

Entre os principais problemas que afetam a comunidade está a crise que fez com que muitos imigrantes regressassem aos seus países de origem. Até mesmo alguns associados da AMB regressaram ao Brasil. A falta de documentação constitui também um obstáculo, pois quando o visto caduca e os imigrantes não conseguem arranjar trabalho, muitos optam por desistir e regressam. Nadiya também concorda que os principais problemas estão na documentação, embora hoje muitas das pessoas que ficaram sem emprego conseguiram criar o seu próprio negócio, desde padarias a restaurantes, cafés e lojas de costura. Mário não fala dos problemas, mas refere: “Podemos criticar e dizer que estamos no momento em que se pode fazer muito mais, mas já foi feita muita coisa, desde a altura que tivemos a 1ª deputada da república, que lutou para que houvesse uma legislação de entrada, saída e permanência dos imigrantes em Portugal.”

Adriana acredita que as políticas de integração são bastante completas e integradoras, mas o imigrante também tem que fazer a sua parte na integração. Isto por que, a integração não é apenas da responsabilidade da sociedade portuguesa ou do Governo. Para Nadiya, essas políticas são suficientes, pois Portugal deu vários passos para facilitar a integração. Contudo, acredita que se não fosse por essa crise que marcou o país, ainda se poderia fazer muito mais. Quanto ao Mário, acha que estas políticas deixam muito a desejar, principalmente no que diz respeito à representatividade da comunidade cabo-verdiana no poder, nos órgãos onde tomam-se as decisões, nas Câmaras das juntas das freguesias, na Assembleia da República e no Governo.

Adriana acredita que para melhorar estas políticas é preciso acabar com o estereótipo que persegue os brasileiros. Para Nadiya é preciso ir a luta, organizar-se e fazer as coisas acontecerem. Mário também defende que a comunidade tem de ter a capacidade de reivindicar, de manifestar-se e fazerem-se ouvir. E acha que essa responsabilidade deve vir dos dirigentes políticos, do presidente associativo e da comunidade, ou seja, cada um deve dar o seu contributo para a melhoria das políticas de integração.

### **Instituições de apoio a integração dos imigrantes**

Para Adriana o papel do ACIDI é extremamente importante para a integração. Considera positivas as atividades desenvolvidas por esta instituição como as palestras onde divulgam-se trabalhos feitos por crianças, principalmente os poemas sobre o racismo. Nadiya preferiu não responder a esta questão por que não está familiarizada com o trabalho deste instituto público. Mário acredita que o ACIDI dá um contributo muito importante para a integração, embora acha que ainda muito pode ser feito.

Como representante da AMB, Adriana recorre ao CNAI, principalmente para tratar dos problemas relacionados com os vistos, a documentação necessária para a permanência em território nacional, o apoio jurídico ou questões de trabalho. Mário também recorre ao CNAI com frequência, pois quando se trata de assuntos mais complicados as pessoas são encaminhadas para este centro, principalmente no que toca o aconselhamento jurídico. Os problemas mais comuns são de integração, de documentação e problemas jurídicos.

Adriana revela que recorre a outras instituições e que inclusive colabora com outra associação que faz trabalhos contra a violência doméstica. Recorre ao pessoal do Secretariado das Migrações, ao Consulado e ao Banco Alimentar. Geralmente quando a associação não pode ajudar, os imigrantes são reencaminhados a outras instituições de apoio. Nadiya diz que por estarem mais afastados não tem muita ligação com as instituições de apoio. Mário revela que recorre ao CMIC, da Camara de Lisboa da multiculturalidade, onde estão assentes as instituições do conselho de Lisboa, o Banco Alimentar contra a fome, a Entreatuda que é parceiro da ACV e que desempenha um papel extremamente importante e as Raízes entre Fronteiras.

Adriana responde de forma direta que a sua comunidade não conhece os direitos reconhecidos pela legislação portuguesa. Já Nadiya acredita que quando os imigrantes estiveram a precisar, conseguirão descobrir a legislação facilmente e inclusive revela

que a comunidade está familiarizada com a legislação relacionada com o trabalho como as condições e regularidade no trabalho e a segurança social. Quanto ao Mário, acredita que a comunidade cabo-verdiana só tomará conhecimento dos direitos apenas quando for realmente necessário. Como o mesmo refere: “a comunidade só saberá os direitos quando o mal bater a porta.”

A AMB divulga estes direitos através do próprio site ou de agendamentos feitos na associação, inclusive há uma parceria com uma advogada que faz o atendimento jurídico na associação, onde auxilia os estudantes que querem ficar para trabalhar, auxilia as pessoas nas questões como o divórcio, o casamento, ou a documentação. A associação já propôs ao Consulado a criação de uma cartilha para o cidadão brasileiro que vem a Portugal, de modo a perceberem como funcionam as leis portuguesas.

A associação ucraniana já recebeu a Autorização de Trabalho que fez uma seção de esclarecimento sobre as condições de trabalho e os direitos e explicou o que fazer quando se perde o emprego e para onde se deve recorrer. A própria Nadiya já serviu de tradutora para uma ucraniana que não sabia falar muito bem o português, ajudando-a a renovar o seu contrato de trabalho, e explicando-lhe todos os seus direitos.

A ACV fez um colóquio de cidadania que contou com a presença de um Juiz embargador para sensibilizar as pessoas sobre a importância de conhecer a legislação.

### **Inserção das comunidades nos aspetos sociais**

Para Adriana a relação da sua comunidade com o sistema de ensino português é um tanto complicado tendo em conta a diferença entre o sistema de ensino português e o brasileiro. As crianças sentem grandes dificuldades por causa da língua e os professores muitas vezes aconselham os pais a inscreverem os filhos na terapia da fala para melhorarem o sotaque. Há situações em que as crianças regridem um ou dois anos para que se possam adaptar melhor no novo sistema. Mas, apesar dos obstáculos, Adriana acredita que as crianças acabam por se integrar pois têm mais chances de serem moldadas do que os adolescentes que se deparam igualmente com dificuldades em acompanhar os novos métodos de ensino.

Nadiya também faz referência a diferença do sistema de ensino e acredita que há alguns professores que não conseguem transmitir com clareza os seus conhecimentos. A questão da língua também constitui um problema, mas segundo Nadiya os descendentes acostumados com este sistema estão bem integrados e não estão mais sujeitos a

regredirem um ou dois anos por que conseguiram aprender e integrar-se no novo sistema.

Mário diz que a comunidade está bem integrada no novo sistema e que são alunos de referência e com boas notas nas faculdades.

Adriana acredita que não há muito abandono escolar na sua comunidade por que não sofrem muito preconceito nessa área. Na comunidade ucraniana também não se nota abandono, muito pelo contrário. Segundo Nadiya, os ucranianos tem muita vontade em aprender coisas novas, e na comunidade há indivíduos com cursos profissionais, licenciaturas ou mestrados em áreas como a Medicina, a Imunologia, Línguas ou Ação Social. Mário não tem uma percentagem exata, mas acredita que a sua comunidade enfrenta muito abandono escolar. Será realizado em outubro deste ano um evento sobre o (in) sucesso escolar, através do qual poderá ter-se uma visão mais ampla sobre este problema que afeta a comunidade.

Para Adriana a relação da sua comunidade com o Sistema Nacional de Saúde (SNS) é muito positiva, tendo em conta que a saúde pública em Portugal é muito melhor que a do Brasil. Nadiya acredita que esta relação tornou-se um processo natural que não se revela muita problemática. Já Mário acha a relação da sua comunidade com o SNS um pouco conturbada por que defende que muitos funcionários desconhecem que mesmo em situação irregular ou com fracas condições financeiras, o utente tem direito ao acesso a saúde - direito reconhecido pela própria constituição portuguesa.

Adriana acredita que a sua comunidade não enfrenta problemas no atendimento ou na inscrição. No entanto poderá surgir alguns problemas relacionados com o cartão de utente ou quando os imigrantes em situação irregular têm que pagar uma consulta quase na totalidade.

Nadiya defende que esta dificuldade no atendimento é normal para a população em geral, pois há serviços em que o atendimento tende a ser mais demorado. Mário acredita que há dificuldades por que desconhecem que independente da condição do utente a saúde é um direito constitucional.

Quanto ao preconceito, Adriana confessa nunca se ter apercebido na unidade onde é atendida. Para Nadiya esta questão depende da atitude da própria pessoa e dos funcionários. Já Mário afirma que existem casos de preconceito, mas não acrescenta outros comentários.

Globalmente, para Adriana a comunidade brasileira consegue arranjar emprego com enorme facilidade, e acredita que isto deve-se em parte a maneira descontraída de ser do povo brasileiro. Para Nadiya a sua comunidade demora muito tempo a arranjar emprego devido a dois grandes fatores: a atual crise e a idade, pois há pessoas com certa idade que não conseguem arranjar um trabalho, embora reconheça que esta situação acontece também com os nacionais. Mário também acha que a sua comunidade demora muito tempo a arranjar emprego, principalmente quando se está ilegal e não se tem a documentação necessária. Também refere a situação do próprio mercado de trabalho, pois a vinda dos imigrantes do Brasil e do Leste, trouxe mais concorrência e limitou as oportunidades de trabalho.

Tanto Adriana como Nadiya não têm conhecimentos de nenhum caso de preconceito relativamente as suas comunidades. Já Mário afirma existir e explica: “eles costumam dizer para voltarmos a nossa terra porque viemos cá roubar-lhes o trabalho.”

A Segurança Social (SS) em Portugal é muito cara quando comparada com a do Brasil e a Adriana explica que a comunidade queixa-se muito neste sentido por que o Iva é muito alto. Para Nadiya a SS é uma das instituições onde se demora muito tempo e acredita que os problemas demoram a ser resolvidas, principalmente no caso das prestações sociais. Para Mário a questão é bastante simples ao dizer apenas que quem se encontra ilegal não tem acesso aos serviços de SS.

Para Adriana a sua comunidade enfrenta muitas dificuldades, por que nem sempre estão com toda a documentação em ordem. Já Nadiya acredita que esta questão não pode ser muito explorada porque esta dificuldade é enfrentada pela população em geral. E acrescenta que os casos na SS não dependem apenas desta instituição, mas sim dos acordos entre os países, tendo em conta que muitos ucranianos ficaram com problemas na SS quando regressaram a Ucrânia. Mário foi pouco conclusivo e diz que tudo não passa da falta de informação.

Quando questionados se as comunidades mantêm as tradições ou práticas culturais do seu país, Adriana diz que sim e que inclusive a associação tem um grupo que faz apresentações em alguns eventos para divulgar a cultura brasileira – há a dança da quadrilha típica do nordeste do Brasil voltado para as Festas Juninas que englobem a comemoração de São Pedro, Santo António e São João. Nadiya diz que a comunidade mantêm as suas tradições religiosas através das missas realizadas por um padre ucraniano, através das festas, e da própria escola ucraniana. A comunidade cabo-

verdiana também mantém as tradições ou as práticas culturais do país, e podem ser vistas em eventos realizados na própria associação.

Todas as comunidades acompanham as notícias do seu respectivo país, através de familiares, da internet ou da televisão.

Todos os entrevistados dizem que a religião é bastante diversificada nas respectivas comunidades. Na comunidade brasileira Adriana faz referência ao catolicismo e o candomblé. Nadiya menciona os católicos, os gregos católicos e os ortodoxos. E Mário faz referência aos católicos, adventistas e os mórmons. Estas religiões não integram só pessoas do seu país.

### **Relação com os portugueses**

Adriana acha que os portugueses têm um pouco da comunidade brasileira e vice-versa, talvez devido a história colonial. Porém acredita que não há uma mais a vontade dos portugueses em relação aos brasileiros, por que os portugueses parecem ser mais desconfiados. Considera haver uma dificuldade também nas universidades, no que respeita a língua, por acreditar que não há uma relação de igualdade entre todos tendo em conta que os que falam inglês parecem receber mais atenção. Explica: “na sala de aula só por ter uma americana a professora começou a falar inglês e eu não concordei com isso, pois a maioria falava português e decidi manifestar-me.”

Nadiya acha que a relação com os portugueses tornou-se próxima e que já não existem muitas barreiras entre estas duas comunidades, principalmente no que respeita a língua. Diz que a sua irmã era a única ucraniana a viver em Guarda e que se integrou na comunidade de tal maneira que os seus filhos foram batizados na Igreja portuguesa. Mário diz que é uma relação bastante saudável.

Para Adriana a comunidade brasileira identifica-se com a portuguesa principalmente na parte social, isto é identifica-se com o estado de espírito do povo português quando se estão a divertir e envolvidos com as festas populares. Porém, há situações em que a comunidade não se identifica e Adriana explica: “as vezes fazemos um churrasco e aparece todo o mundo e de repente já é uma festa... mas se decidir ir jantar na casa da minha sogra tenho que avisar com antecedência porque se não ela não estará a nossa espera...mas no Brasil posso levar uma pessoa para jantar na minha casa e avisar na hora que tudo se resolve.” Nadiya diz que a sua comunidade identifica-se um pouco, porém não se nota muito, por que os ucranianos têm uma ligação muito

forte com o país de origem, tanto que há famílias que vão todos os anos a Ucrânia. Já Mário acredita que a comunidade cabo-verdiana identifica-se muito com a portuguesa por causa das semelhanças na gastronomia, na língua e até na música.

Para Adriana, os portugueses vêm os brasileiros com uma certa inveja devido a forma descontrainda de ser e de estar que é própria da cultura brasileira. Para Nadiya depende da pessoa com que se está a comunicar por que há portugueses mais abertos do que outros. Mas diz, que em geral já há uma melhor aceitação dos ucranianos, tendo em conta que já há várias famílias mistas. Mário diz que os portugueses vêm na comunidade cabo-verdiana um povo trabalhador e sobretudo respeitador.

### **Avaliação das políticas de integração**

Para Adriana a evolução é muito positiva, pois quando se olha para trás percebe-se que muitas coisas mudaram e muitas medidas foram introduzidas.

Nadiya diz que apesar das políticas de integração nem sempre atingirem os objetivos propostos, Portugal está bem posicionado, quando comparado com Espanha ou a Itália que recebe muitos ucranianos.

Para Mário a melhoria destas políticas está relacionada com a situação partidária do país. Isto é, quando a esquerda está no poder nota-se um avanço e o país consegue gerar emprego e quando a direita está no poder surgem contestações discriminatórias que dificultam a entrada de pessoas no país e prejudicam os que já cá estão.

Globalmente, Adriana acredita que seria ótimo que a comunidade brasileira tivesse sempre em contacto com outras culturas, pois considera que seria uma mais-valia para todas as comunidades. Para Nadiya deveria haver um melhor reconhecimento profissional, pois há muitos ucranianos que trabalhavam na Ucrânia em profissões mais qualificadas do que em Portugal. Mário acha que a comunidade cabo-verdiana deveria ser mais participativa e discutir as coisas, “pois é do fruto desta discussão e participação que nasce a tal contribuição.”

### **Análise dos resultados**

#### **Papel das associações na integração das comunidades**

As associações em análise, todas sem fins lucrativos foram criadas com o propósito de ajudar a respetiva comunidade a integrar-se na sociedade portuguesa.



A AMB procura apoiar os imigrantes na sua inserção em todos os aspetos sociais e ajuda-os a conseguir uma melhor qualidade de vida. Isto é, a AMB centra a sua missão na defesa dos direitos dos brasileiros e dos seus descendentes, procurando desenvolver ações que visam promover a cultura brasileira e permitir a integração da comunidade na sociedade de acolhimento.

A SAU surgiu da necessidade da comunidade ucraniana ter um espaço para construir uma escola e onde pudesse celebrar a missa. A associação precisando de apoio para a sua comunidade, conseguiu que os imigrantes fossem envolvidos no projeto da cruz vermelha “Asas para o futuro”, que dispunha de um gabinete de apoio aos imigrantes. Um dos objetivos deste programa era ajudar a comunidade nos processos de legalização e reunificação familiar, por tratar-se de um procedimento bastante complexo na altura.

A ACV procura através da música, da gastronomia, dos debates, das conferências, e dos seminários, unir os cabo-verdianos e outros povos à população portuguesa. As ações e os programas desenvolvidos por esta associação visavam aproximar a população cabo-verdiana residente em Portugal e proporcionar-lhes condições favoráveis para uma convivência fraterna e uma melhor integração.

No que diz respeito as principais atividades, percebe-se que todas as associações procuraram criar formas para manter a comunidade unida e para promover a sua cultura na sociedade de acolhimento. A AMB por exemplo realiza inúmeras ações de convívio e confraternização entre a comunidade brasileira, a portuguesa e as outras comunidades estrangeiras aqui residentes. A associação auxilia nas questões de apoio social e psicológico, e no aconselhamento jurídico; participa de feiras de artesanato, congressos e festas, onde o objetivo central é divulgar a cultura brasileira; apoia as reclusas brasileiras vendendo os materiais que as mesmas produzem.

A SAU também realizou várias atividades para promover a cultura ucraniana, como as festas multiculturais ou as apresentações económicas. Realizou contratos com clínicas dentárias de modo a obter descontos para os imigrantes, principalmente nestes tempos de crise e todos os anos convida o Cônsul do Porto para falar sobre questões relacionadas com a legalização.

A ACV realiza lançamentos de livros onde promove não só os escritores cabo-verdianos mas também os do espaço lusófono, realiza conferências, workshops, debates, jantares temáticos e rúbricas como a “associação cabo-verdiana no coração de lisboa”.

Promove noites de músicas cabo-verdianas ao vivo. A associação conta com uma equipa de futebol “amigos de cabo verde” que realiza torneios contra as equipas portuguesas. Possui um gabinete de projetos que conta com especialistas que concorrem a projetos europeus e ainda fornece aconselhamento jurídico.

## **Caracterização da comunidade**

### **Integração da comunidade**

A integração das comunidades na sociedade portuguesa parece acontecer de forma gradual, pois depois de ultrapassadas as dificuldades iniciais, os imigrantes acabam por integrar-se com naturalidade. Esta naturalidade na integração poderá estar relacionada com as próprias políticas de imigração e integração e da sociedade civil ou poderá dever-se em parte à relação de proximidade entre a comunidade brasileira e cabo-verdiana com a comunidade portuguesa. Isto por que o Brasil e Cabo Verde por serem ambas ex-colónias portuguesas partilham laços culturais e de sangue com Portugal. A comunidade ucraniana que não possui antecedentes históricos com Portugal integra-se através das medidas criadas pelo governo, que passam principalmente pelos programas de aprendizagem da língua portuguesa.

A origem diversificada dos brasileiros constitui a maior dificuldade de integração, dado que existem diferenças culturais entre a própria comunidade. Na comunidade ucraniana a maior dificuldade está no processo de reconhecimento de diplomas, pois nem sempre abriu as portas para os contemplados. Na comunidade cabo-verdiana a maior dificuldade está na falta de documentação que se traduz numa alta taxa de desempregados.

A comunidade brasileira identifica como aspeto positivo o SNS português que é muito melhor que o do Brasil. Na comunidade ucraniana, a criação dos programas gratuitos de português, o reconhecimento de diplomas, a atitude dos portugueses e o acolhimento pessoal, são evidenciados como aspetos positivos na integração. A comunidade cabo-verdiana define como positivo a sua participação na definição dos problemas de modo a dar o seu contributo para o desenvolvimento tanto para o país de acolhimento como para o de origem.

Os principais problemas que afetam as comunidades estão relacionadas principalmente com a documentação. Na comunidade brasileira, houve muitos imigrantes que regressaram ao Brasil por falta da documentação necessária ou por causa

do prazo de validade do visto, que lhes impossibilitava encontrar um trabalho. A comunidade ucraniana também enfrentou dificuldades com a documentação, mas muitos dos imigrantes que não conseguiram renovar o contrato de trabalho, abriram os seus próprios negócios. Mário dá uma resposta pouco conclusiva sobre esta questão, dizendo apenas que muita coisa já foi feita para a sua comunidade.

Quanto as políticas de integração, Adriana acredita serem bastante completas e integradoras, mas é imperativo que o imigrante faça a sua parte para integrar-se, pois a semelhança do que foi mencionado mais acima, a integração não é apenas da responsabilidade da sociedade de acolhimento. Para Nadiya estas políticas de integração são satisfatórias, pois Portugal deu vários passos para facilitar a integração. Embora, acredite que se não fosse por esta crise em que se vive, Portugal poderia fazer muito mais. Já Mário acredita que as políticas deixam muito a desejar, principalmente no que toca a representatividade da comunidade no poder, nos órgãos onde se tomam as decisões, na Assembleia da República ou no Governo.

De fato, Nadiya fez referência a um aspeto muito importante, pois desde a década de 90 que Portugal vem desenvolvendo políticas destinadas a integração dos imigrantes, sendo que as primeiras iniciativas acontecerem em 1991, com a criação do Secretariado Coordenador dos Programas Multiculturais, atual Secretariado Entreculturas.

Todos os entrevistados acreditam que para melhorar estas políticas a comunidade precisa lutar e fazer as coisas acontecerem. Como refere Mário, “a comunidade precisa de ter a capacidade de reivindicar e de se manifestar.”

### **Instituições de apoio a integração dos imigrantes**

Relativamente ao ACIDI, tanto Adriana como Mário acreditam que o seu papel é extremamente importante para a integração dos imigrantes, embora este último ache que ainda podia fazer-se muito mais. Nadiya não responde diretamente a esta questão, por que diz não estar muito a par das atividades deste instituto.

Realmente, como reconhece Marques et al. (2007: 201) a consolidação institucional deste instituto retrata a preocupação em integrar os imigrantes na sociedade portuguesa, num contexto de uma política de imigração que procura privilegiar os valores humanos.

Os dirigentes das associações, com a exceção de Nadiya, recorrem ao CNAI sempre que necessário para tratar de questões relacionadas com a migração, como os vistos, a documentação necessária para a permanência em território nacional, apoio jurídico ou questões de trabalho.

É de realçar realmente que o CNAI procura auxiliar os imigrantes nas várias questões relacionadas com os processos de regularização e reúne num mesmo espaço vários tipos de serviços e vários gabinetes destinados ao apoio ao imigrante (Marques et al. 2007).

Tanto Adriana como Mário recorrem a outras instituições para tratar dos assuntos da sua comunidade, pois caso a associação não possa ajudar, as pessoas são reencaminhadas para os órgãos respetivos, principalmente no que diz respeito a questões de apoio jurídico. Nadiya diz que por estarem mais afastados não tem muita ligação com as instituições de apoio.

Tanto a comunidade brasileira como a cabo-verdiana não parecem estar familiarizadas com os seus direitos reconhecidos pela legislação. Já a comunidade ucraniana conhece a legislação relacionada ao trabalho, como as condições e regularidade no trabalho e a segurança social.

A falta de conhecimento da legislação ajuda-nos a explicar em parte, porque é que os imigrantes muitas vezes não reivindicam os seus direitos, principalmente em casos de bloqueios em alguns tipos de serviços públicos.

Todos os dirigentes em algum momento acharam importante criar sessões de divulgação nas respetivas associações para sensibilizar as comunidades dos seus direitos. Assim, a AMB, faz a divulgação através do próprio site, ou de agendamentos, graças a parceria com uma advogada que faz atendimento jurídico na associação. A SAU organizou uma sessão com o órgão responsável pela Autorização de trabalho que fez esclarecimentos sobre as condições de trabalho, sobre os direitos e o que fazer quando se perde o emprego e para onde se recorrer. ACV já realizou um colóquio de cidadania para sensibilizar as pessoas sobre a importância de conhecer a legislação e convidou um Juiz embargador para falar do assunto.

### **Inserção das comunidades nos aspetos sociais**

A relação das comunidades com o sistema de ensino português é definida pela Adriana e pela Nadiya como complicada, pois consideram o sistema de ensino português bastante diferente. Para Adriana a comunidade infantil depara-se com grandes

dificuldades por causa da língua e há várias situações onde regridem um ou dois anos para que se possam adaptar ao novo método de ensino. Nadiya também reconhece que o mesmo acontecia com os ucranianos, mas atualmente acredita que perceberem que os imigrantes ucranianos são inteligentes e que esta medida não é mais necessária. Mário diz que os alunos cabo-verdianos são de referência e apresentam boas notas nas faculdades.

Apesar de Mário considerar que a comunidade cabo-verdiana apresenta bons resultados, em 2004, Norte et al. (2004: 30) explicaram que quanto a escolaridade obrigatória, os cabo-verdianos apresentavam os piores resultados embora atingissem ou ultrapassassem a média nacional no ensino secundário. E se verificarmos o gráfico 5, referente ao ano de 2011 poderemos observar que os cabo-verdianos continuam a apresentar os níveis de habilitações mais baixos.

Tanto na comunidade brasileira como na ucraniana parece não haver casos de abandonos escolares. Nadiya evidencia a vontade da sua comunidade em aprender coisas novas e a sua integração nas Escolas Superiores técnicas, licenciaturas e mestrados em áreas de Medicina, Imunologia, Línguas ou Ação social. Já na comunidade cabo-verdiana parece haver muitos casos de abandono escolar. De fato Norte et al. (2004: 30) afirmam que, quanto a escolaridade obrigatória, os cabo-verdianos apresentavam altas taxas de abandono.

A relação da comunidade brasileira com o Sistema Nacional de Saúde (SNS) foi descrita como sendo muito positiva pelo fato da saúde pública em Portugal ser melhor que a do Brasil. A relação da comunidade ucraniana com o SNS foi descrita como um processo natural que não se revela mais problemática. Já a relação da comunidade cabo-verdiana com este sistema foi considerada conturbada, devido a falta de informação que causa alguns transtornos, quando o funcionário e o próprio utente desconhecem que mesmo em situação irregular ou devido a condição financeira, o utente continua a ter direito ao acesso a saúde.

De fato, a legislação portuguesa estabelece que o acesso a saúde é um direito de todos os imigrantes, independentemente do seu estatuto legal ou da sua nacionalidade e que aos imigrantes irregulares o acesso aos cuidados de saúde é feito mediante a apresentação de um atestado de residência, emitido pela Junta de Freguesia, nos termos do disposto no artigo 34.º (Norte et al. 2004; Backstrom 200).

A comunidade brasileira parece não enfrentar problemas no atendimento ou na inscrição, podendo sim, haver alguns problemas com o cartão ou com os irregulares que tem que pagar uma consulta quase na totalidade, se necessitam de fazer um exame mais dispendioso. Nadiya acha que esta dificuldade no atendimento é normal para a população em geral, e não apenas para a sua comunidade. Mário acredita que há dificuldades e recorre ao mesmo argumento de que as pessoas desconhecem que independentemente da condição do utente a saúde é um direito constitucional.

Ao contrário do que foi dito pela Adriana, Backstrom no seu estudo constatou que parecia existir um bloqueio no acesso as serviços pela comunidade brasileira. “O Gabinete de Saúde do CNAI acaba por sentir a existência de um ambiente hostil, de alguma discriminação, preconceitos e estereótipos por parte dos serviços quando estes cidadãos brasileiros procuram ser atendidos, sendo-lhes barrado mais facilmente o acesso do que a outras nacionalidades (Backstrom, 2004: 178).”

Quanto ao preconceito, Adriana e Nadiya confessam nunca se terem apercebido de nenhuma situação com algum elemento da sua comunidade. Mário dá uma resposta pouco conclusiva, mas acredita haver casos de preconceitos.

Relativamente ao tempo para arranjar emprego, a comunidade brasileira, apesar das dificuldades com a documentação, consegue entrar no mercado de trabalho com mais facilidade. Segundo Adriana esta facilidade está relacionada com a maneira aberta de ser do povo brasileiro. No que diz respeito a comunidade ucraniana, as dificuldades estão relacionadas com a atual crise e com a idade, pois as pessoas com uma certa idade não conseguem arranjar emprego. Relativamente a comunidade cabo-verdiana, fatores como a atual crise, a ilegalidade e a situação do próprio mercado de trabalho dificultam a inserção no mercado de trabalho.

Os resultados parecem indicar que em termos gerais, existe mais dificuldade em encontrar trabalho em Portugal, devido a estes tempos de crise e ao aparecimento de novos fluxos de imigrantes. Pois sabe-se que os imigrantes concentram-se mais no mercado secundário, e é apenas natural que este mercado esteja saturado.

Quanto ao preconceito, Adriana e Nadiya revelam nunca terem tido conhecimento de nenhum caso. Mário, porém afirma existir casos de preconceito e explica: “dizem para voltarmos para a nossa terra, porque viemos-lhes roubar o emprego.” A afirmação de Mário poderá indicar que há uma imagem negativa associada aos imigrantes.

Quanto a Segurança Social (SS), o acesso a este serviço parece ser complicado por parte de todas as três comunidades de imigrantes, pois além de ser um serviço muito caro, os imigrantes em situação irregular veem este acesso bloqueado.

A comunidade brasileira enfrenta muitas dificuldades por que nem sempre estão com todos os documentos em ordem. Para Nadiya esta questão não pode ser muito explorada porque esta dificuldade é enfrentada pela população em geral. E para Mário estas dificuldades poderão ser ultrapassadas, se as pessoas passarem a se informar mais.

Todas as comunidades mantêm as tradições e as práticas culturais dos seus países. A AMB tem um grupo que faz apresentações em alguns eventos para divulgar a cultura brasileira. A comunidade ucraniana mantém as suas tradições religiosas através de missas, e de suas festas realizadas de acordo com o calendário ucraniano. A comunidade possui a sua própria igreja e escola. A comunidade cabo-verdiana realiza eventos na própria associação onde divulga a cultura cabo-verdiana.

Todas as comunidades têm por hábito acompanhar as notícias do seu respetivo país, através dos familiares, internet e televisão.

A religião é bastante diversificada, sendo que na comunidade brasileira há os que seguem o catolicismo e o candomblé. Na comunidade ucraniana há os católicos, os gregos católicos e os ortodoxos. E na comunidade cabo-verdiana há os católicos, os adventistas e os mórmons. Estas religiões não integram só pessoas dos seus países.

### **Relação com os portugueses**

A relação das comunidades com os portugueses pode ser descrita de “próxima” ou de “bastante saudável”.

A comunidade brasileira identifica-se com a portuguesa em parte, isto é identifica-se com o estado de espírito dos portugueses quando estão mais descontraídos e envolvidos com as festas populares. No dia-a-dia, os brasileiros acham que os portugueses são muito fechados e muito formais. A comunidade ucraniana também identifica-se com a portuguesa, embora não se note muito porque os ucranianos tem uma ligação muito forte com o seu país de origem. A comunidade cabo-verdiana parece identificar-se muito com a portuguesa, talvez devido à ligação histórica, à língua, à gastronomia e à música.

Adriana acredita que os portugueses vêm a comunidade brasileira com uma certa inveja, por que os brasileiros têm uma forma de ser e estar descontraída, própria da

cultura brasileira. Nadiya defende que depende das pessoas em questão, por que há portugueses mais abertos do que outros, mas em geral acredita que já há uma melhor aceitação dos ucranianos por parte dos portugueses. Para Mário os portugueses veem uma comunidade trabalhadora e sobretudo respeitadora.

### **Avaliação das políticas de integração**

Olhando para trás, Adriana considera que foi uma evolução muito positiva, pois muitas coisas mudaram e muitas medidas foram introduzidas. Nadiya, apesar de considerar que as políticas de integração nem sempre produzem os efeitos desejados, acredita que Portugal está bem posicionado, pois a lei de imigração portuguesa é mais favorável em comparação com a Espanha e a Itália. Mário acredita que a melhoria destas políticas está relacionada com a situação partidária do país. Isto porque, “quando a esquerda está no poder nota-se um avanço, e o país consegue criar postos de trabalho e quando a direita está no poder surgem contestações discriminatórias que dificultam a entrada de pessoas no país e prejudicam os que cá estão.”

De fato, nos últimos anos, Portugal tinha registado uma evolução positiva das políticas de acolhimento e integração dos imigrantes, porém não tinha ainda um plano global e integrado que sistematize os objetivos e os compromissos sectoriais do Estado para acolher e integrar os imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007).

Deste modo, decidiram estabelecer por um período de três anos, um roteiro de compromissos que definisse o Estado como elemento principal na integração dos imigrantes. O objetivo era desenvolver “um ambicioso programa político, que antevendo a atuação de todos os ministérios, reconhecesse as áreas de intervenção específica para cada ministério (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007: 4).

Assim, este programa ficou conhecido como o Plano para Integração dos Imigrantes, desenvolvido a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios, contando com a colaboração das organizações da sociedade civil (Idem).

Este primeiro PII foi constituído por diferentes áreas de intervenção quer de natureza sectorial (educação, cultura e língua, saúde), quer de natureza transversal (acolhimento, tráfico de seres humanos, questões de género). Com o grande empenho dos ministérios envolvidos, sob a coordenação do ACIDI, este primeiro plano atingiu uma elevada taxa de execução.



Sensibilizados com o fato de ainda haver muito para fazer em prol da integração dos imigrantes, foi estabelecido para o período de 2010-2013, o segundo PII. Este plano pretendia dar continuação ao plano anterior mas também introduzir novas melhorias. Assim, dado que os imigrantes estão entre os grupos sociais mais vulneráveis, este II PII introduziu algumas medidas na vertente do emprego, da formação profissional e das dinâmicas empresariais. Este plano contou com o contributo de todos os ministérios, da sociedade civil, em especial das associações de imigrantes e dos mediadores interculturais.



## CONCLUSÃO

Com o propósito de percebermos as políticas de integração na sociedade portuguesa, analisamos vários pontos. A nossa análise começou com os modelos de integração, onde pudemos ver que o modelo multicultural e o modelo de assimilação constituíram as primeiras medidas para a integração dos imigrantes. Ainda pudemos verificar que com a consolidação da imigração e a diversificação dos novos fluxos, os países decidiram adotar outros modelos que melhor promoviam a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

De seguida, focamos nas teorias das migrações que ajuda-nos a perceber o porque das pessoas migrarem. Como reconhece Pires (2003: 65) há migrações porque os desequilíbrios intra e inter sociedades fazem com que os indivíduos que vivem em áreas desfavoráveis decidem deslocar-se para áreas mais prósperas com o objetivo de melhorar as suas condições de vida. Esta análise foi importante por que conseguimos perceber os motivos que levam os indivíduos a migrarem e para depois enquadrarmos este movimento no contexto português, isto é, para depois mostrarmos o porque de escolherem Portugal como país de acolhimento.

Com a análise das políticas de integração no contexto europeu percebemos que a União Europeia desempenha um papel fundamental na integração dos imigrantes de países terceiros na sociedade de acolhimento e na criação de medidas concretas no âmbito da integração tanto a nível europeu como a nível nacional.

Através da evolução da imigração, constatamos que foi a partir da década de 70 que a imigração para Portugal começou a ganhar destaque, com a chegada dos imigrantes das ex-colónias, mas foi no início dos anos 80 que a imigração cresceu de forma acelerada devido a consolidação dos fluxos de origem africana, a aceleração da imigração brasileira e a diversificação dos novos fluxos.

Analisando a política migratória portuguesa, percebemos que apesar das políticas nem sempre atingirem os objetivos desejados, o Governo português sempre procurou criar medidas que visavam a plena integração dos imigrantes, tanto que as primeiras mudanças no âmbito das políticas de imigração começaram ainda no final da década de 90.

Tendo em conta uma realidade cada vez mais diversificada e multicultural, e para pôr em prática os princípios comuns da política de integração da EU, o governo criou o atual ACIDI, cujos propósitos era integrar os imigrantes na sociedade de

acolhimento, contribuir na definição das políticas e promover o diálogo intercultural. Ainda, convém mencionar a importância do CNAI na vida dos imigrantes, por que este centro procura auxiliar nas questões relacionadas com todo o processo migratório. Este centro recebe todos os dias, vários imigrantes que vão tratar dos mais variados assuntos.

Apesar dos desafios, as políticas de integração sofreram uma melhoria nos últimos anos, graças as respostas efetivas do Governo face aos desafios da imigração. Quando olhamos para o quadro migratório português, onde destacam-se as legalizações, as regularizações extraordinárias que visavam promover uma integração no mercado de trabalho formal ou a criação de uma estrutura institucional própria das migrações, o ACIDI, percebemos que Portugal deu um salto qualitativo nas políticas de integração.

E, apesar de a legislação em tempos ter sido mais reativa do que proactiva o papel do Governo não deve ser menosprezado, pois as medidas definidas nos dois Planos de integração revelam o empenho do Governo em integrar os seus imigrantes.

Contudo, continua a ser preciso a introdução de algumas melhorias nas políticas, no sentido de garantir oportunidades de trabalho com o mesmo nível de reconhecimento para os imigrantes e melhorias no reconhecimento das qualificações. Isto por que, apesar de terem sido desenvolvidas algumas medidas ao nível do reconhecimento das qualificações continuam a ser inúmeros os estrangeiros com habilitações superiores que exercem atividades pouco qualificadas em Portugal. Este cenário está em evidência principalmente na comunidade ucraniana, onde se nota uma discrepância entre a formação e as funções exercidas.

Torna-se necessário ainda melhorar a intervenção com medidas concretas, pois os imigrantes têm sofrido bastante com o desemprego, principalmente neste período de crise económica que já provocou o retorno de muitos imigrantes - principalmente os brasileiros – aos seus países de origem.

Quanto as comunidades objeto do estudo percebe-se que vieram a Portugal em diferentes períodos e as razões que as trouxeram estão associadas a razões familiares, pessoais, económicas, políticas ou académicas.

Estas comunidades lidam com a integração de forma diferente e as principais diferenças podem ser vistas principalmente a nível do emprego, da religião ou da escolaridade onde se verifica que a comunidade ucraniana apresenta níveis tendencialmente mais elevados, a brasileira níveis intermédios e a comunidade cabo-verdiana níveis mais baixos.

## BIBLIOGRAFIA

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. 2011. “Diagnóstico da População Imigrante no Concelho da Guarda: Desafios e Potencialidades para o Desenvolvimento Local.” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa. ISBN 978-989-685-022-7.

Assistência Média Internacional. 2008. “Dossiê: As Migrações.” <http://ami.org.pt/default.asp?id=p1p211p215p341&l=1>

Bäckström, B., Carvalho, A & Inglês, U. 2009. “Imigração e saúde - O Gabinete de Saúde do CNAI enquanto observatório para o estudo das condições de acesso dos imigrantes aos serviços de saúde.” In Revista migrações, Lisboa: ACIDI, 161-189.

Baganha, I.M. & Marques, J. 2001. Imigração e Política: O caso Português - Introdução. Lisboa, Fundação Luso-Americana

Baganha, I.M. & Marques, J. 2001. Imigração e Política: O caso Português – Cap. 1, História e grupos de Imigrantes. Lisboa, Fundação Luso-Americana

Baganha, I.M.; Marques, C.J.; & Góis, P. 2004. “Novas Migrações, Novos Desafios: A Imigração do Leste Europeu.” Revista Crítica de Ciências Sociais, 69, 95-115.

Baganha, I.M. 2005. “Política de imigração: A regulação dos fluxos.” Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, 29-44.

Baganha, I.M.; Marques, C.J.; & Góis, P. 2010. “Imigração Ucrâniana em Portugal e no Sul da Europa: A Emergência de uma ou várias Comunidades – Novos fluxos de Imigração em Portugal: o novo posicionamento de Portugal no sistema migratório europeu.” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa. ISBN 978-989-8000-96-5. p13-24.

Batalha, L. 2008. “Comunidade (s) Cabo-Verdiana (s): As múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana – Cabo-Verdianos em Portugal: Comunidade e Identidade”. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa. ISBN 978-989-8000-71-2. p26-37.

Borkert, M.; Bosswick, W.; Heckmann, F.; & Luken-Klaben, D. 2007. “Local Integration Policies for Migrants in Europe”. Office for Official Publications of the European Communities.

Bógus, L. 2007. “Imigração Brasileira em Portugal - Esperança Além-Mar: Portugal no Arquipélago Migratório Brasileiro.” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa. ISBN 978-989-8000-30-9. p39-58.

Conference Jointly organized by The European Commission and the OECD. 2003. The Economic and Social Aspects of Migration.

Englund, C. 2003. Migrants, Minorities and Employment in Sweden: Exclusion, Discrimination and Anti-Discrimination.

Entzinger, Han & Biezeveld Renske. 2003. Benchmarking in Immigrant Integration. European Research Centre on Migration and Ethnic Relations (ERCOMER).

Farmhouse, R. 2000. “Seminário sobre O Papel do Governo na Promoção da Integração dos Imigrantes”.

<http://www.acidi.gov.pt/noticias/visualizar-noticia/4fbe7c99a1b0d/modelo-de-integracao-portugues-apresentado-em-washington>

Fonseca, L.M. 2004. “Congresso Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania, e Integração – Dinâmicas de Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas.” Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Lisboa. ISBN 972-98959-9-6.

Fonseca, M.; Esteves, A.; McGarrigle, J.; & Silva, S. 2007. “Imigração e Saúde; Parte I - Capítulo 3: Saúde e Integração dos imigrantes em Portugal: uma Perspetiva Geográfica e Política.” Revista Migrações.

Góis, P. 2008. “Comunidade (s) Cabo-verdiana (s): As múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana - Entre Janus e Hyda de Lerna – As Múltiplas Faces dos Cabo-Verdianos em Portugal.” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa. ISBN 978-989-8000-71-2. p10-25.

Gil, I. 2008. “Percursos da Interculturalidade: Desafios à Identidade.” Capítulo II - As interculturalidades da multiculturalidade, V.IV.p30-48.

Instituto Nacional de Estatística. Censos 2011. [http://censos.inec.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros\\_populacao](http://censos.inec.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros_populacao)

Kalarova, M. & Peixoto, J. 2009. “Sindicatos e Imigração em Portugal.” Observatório da Imigração.

Lages, F.M.; Policarpo, M.V.; Marques, L.J.; Matos, L.P.; & António, C.J. 2006. “Os Imigrantes e a População Portuguesa.” Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Lisboa. ISBN 978-8000-20-1.

Machado, L. F.; Peixoto, J.; & Vaz, J.M. 2010. “Portugal: Altas das Migrações Internacionais – Imigração e Imigrantes: Migrações do Lestes; Migrações Brasileiras.” Editora Tinta da China.

Malheiros, J. 2007. “Imigração Brasileira em Portugal - Os Brasileiros em Portugal (a síntese do que sabemos).” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.), Lisboa. ISBN 978-989-8000-30-9. p11-38.

- Marques, M.R. 2003. Políticas de Gestão e da Diversidade Étnicocultural: Da Assimilação ao Multiculturalismo”.
- Marques, R., Goracci, M. & Buchanan, C. 2007. “Acolhimento e Integração dos Imigrantes em Portugal”. Editado por: Organização Internacional para as Migrações.
- Muniz, O.J. 2002. “Um Ensaio sobre as Causas e Características da Migração.” Mimeo. Incompleto.
- Noel, B.N. 2009. “Multicultural Sweden, Assimilationist France: How and Why National Identity Narratives evolve. International Conference – Stockholm, Sweden.
- Norte, C.; Mortágua, J.M.; Rosa, V.M.; Silva, D.P.; & Santos, V. 2004. “O Impacto da Imigração nas Sociedades da Europa: Um Estudo para a Rede Europeia das Migrações – o caso Português. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Pedro, A.; Pires, L.González, C.R. 2007. “Contributos a educação Intercultural na Construção de uma Sociedade Pluralista e Democrática numa Perspetiva Comparada – Portugal e Espanha.”
- Peixoto, J. 2004a. “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal.” *Socius Working Papers* – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações.
- Peixoto, J. 2004b. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas.” *Socius Working Papers* – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações.
- Peixoto, J. 2008. “Imigração e Mercado de Trabalho; Parte I – Capítulo 2: Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Investigação e Tendências Recentes.” *Revista Migrações*.
- Peixoto, J. & Sabino, C. 2009. “Portugal: Immigration, the Labour Market and Policy in Portugal: trends and prospects.” *Ideia Workin Papers*.
- Peixoto, J.; Marçalo, C.; & Tolentino, N. 2011. “Imigrantes e Segurança Social em Portugal.” *Observatório da Imigração*.
- Pires, R. 2003. “Migrações e Integração. Teorias e aplicações à sociedade portuguesa.” Oeiras, Portugal: Celta Editores.
- Regout, Sybille. 2011. The integration of immigrant communities in France, the United Kingdom and the Netherlands: National models in a European context. *Working Papers*.
- Resolução do Conselho de Ministros. 2007. “Plano para a Integração dos Imigrantes.” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P).
- Resolução do Conselho de Ministros. 2010. “II Plano para a Integração dos Imigrantes.” Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P).

Sedano, M.A. 2000. “Hacia una Educación Intercultural: Enfoques y Modelos.” Universidad Complutense de Madrid.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). 2000 - 2005. “Residentes: Principais nacionalidades.” Relatórios estatísticos anuais.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). 2011. “População Estrangeira por nacionalidade – Stock.” Relatórios estatísticos anuais.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). 2013. “População Residente (Stock e Fluxo) por nacionalidade e género.” Relatórios estatísticos anuais.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). 2008. “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal.” Rede Europeia das Migrações.



## ANEXOS

### Anexo 1

**Tabela 12: Distribuição da população estrangeira pelos principais municípios de Portugal, em 2011**

Brasil	N	%	Ucrânia	N	%	Cabo Verde	N	%
<b>Total</b>	<b>109787</b>		<b>Total</b>	<b>33790</b>		<b>Total</b>	<b>38895</b>	
Lisboa	10982	10,00	Sintra	1725	5,11	Sintra	7231	18,59
Sintra	8642	7,87	Lisboa	1510	4,47	Amadora	6400	16,45
Cascais	6723	6,12	Albufeira	1193	3,53	Loures	2755	7,08
Almada	4598	4,19	Loulé	1026	3,04	Lisboa	2644	6,80
Amadora	4290	3,91	Leiria	1020	3,02	Seixal	2627	6,75

**Fonte: INE - Censos 2011**

### Anexo 2

**Tabela 6: Principais profissões da população empregada por nacionalidade, em 2011**

Brasil	N	%	Ucrânia	N	%	Cabo Verde	N	%
<b>Total</b>	<b>63059</b>		<b>Total</b>	<b>20017</b>		<b>Total</b>	<b>15873</b>	
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	10018	15,89	Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	3444	17,21	Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	5426	34,18
Vendedores em lojas	6292	9,98	Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	1912	9,55	Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	2022	12,74
Cozinheiro	3901	6,19	Motoristas de veículos pesados e de autocarros	1285	6,42	Vendedores em lojas	1148	7,23

**Fonte: INE - Censos 2011**

### Anexo 3

**Tabela 13: Principais ramos de atividade económica da população empregada por nacionalidade, em 2011**

Brasil	N	%	Ucrânia	N	%	Cabo Verde	N	%
<b>Total</b>	<b>63059</b>		<b>Total</b>	<b>20017</b>		<b>Total</b>	<b>15873</b>	
Restauração e similares	10465	16,60	Promoção imobiliária; construção de edifícios	3057	15,27	Promoção imobiliária; construção de edifícios	3063	19,30
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	6686	10,60	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	1706	8,52	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	2881	18,15
Promoção imobiliária; construção de edifícios	5937	9,41	Restauração e similares	1639	8,19	Restauração e similares	2191	13,8

**Fonte: INE - Censos 2011**

## **Anexo 4**

### **Guião de entrevista**

#### **1. Identificação**

- Nome
- Idade
- Estado civil
- Nacionalidade
- Local de residência
- Ocupação profissional
- Local de trabalho
- Formação académica
- Quando chegou a Portugal

#### **2. Situação dos entrevistados antes da migração**

- Qual era a sua ocupação no país de origem?
- Quando pensou em emigrar, Portugal foi a sua primeira escolha? Se não, qual foi a primeira escolha?

#### **3. Situação migratória dos entrevistados em Portugal**

- Porque escolheu Portugal para viver? Quais as razões que o/a levaram a escolher Portugal?
- Há quanto tempo reside em Portugal
- Veio sozinho/a a Portugal ou acompanhado/a? Quando veio, ficou sozinho/a, em casa de familiares, de amigos ou nalguma instituição?

- Tinha familiares em Portugal antes de vir? Depois de ter vindo, outras familiares vieram ter consigo?

#### **4.Situação no mercado de trabalho**

- Demorou muito tempo a arranjar emprego? Sentiu-se e sente algum tipo de preconceito no seu local de trabalho?
- Considera que a sua situação profissional melhorou ou piorou em relação à que tinha no país de origem?

#### **5.Relação com os portugueses**

- Como descreveria a sua relação com os portugueses? Como os vê?
- Como acha que os portugueses o/a vê?

#### **6.Situação futura**

- Pretende ficar em Portugal ou regressar ao país de origem?
- Tem filhos? Acha que os teus filhos terão um futuro em Portugal?

#### **7.Satisfação com a decisão de imigrar**

- Acha que a sua decisão de emigrar foi acertada? Se fosse hoje tomaria a mesma decisão?
- Sente-se realizado/a com a sua vida em Portugal? Possui nacionalidade portuguesa? Sente-se também português/ portuguesa?
- Pensa algum dia vir a requerer a nacionalidade portuguesa? Porque?

#### **Caracterização da associação**

- Quem são
- Missão
- Quantos membros têm a associação
- Como estão localizados territorialmente
- Principais dificuldades enfrentadas pela associação
- Principais atividades que desenvolve
- Qual o seu papel como representante
- Há quanto tempo exerce a função de representante

## **Caracterização da Comunidade**

### **8.Integração da comunidade**

- Como vê a integração da sua comunidade? Quais as principais dificuldades de integração que afetam a comunidade?
- Que aspetos positivo identifica na integração dos imigrantes?
- Quais os principais problemas que afetam a sua comunidade? Como evoluíram ao longo do tempo?
- Como avalia as políticas portuguesas de integração? O que considera ser necessário fazer para as melhorar?

### **9.Instituições de apoio a integração dos imigrantes**

- Como avalia o papel do ACIDI na integração dos imigrantes? Recorre ao CNAI com frequência? Que tipos de problemas o/a levam a procurar os serviços disponíveis no CNAI?
- Recorre a outras instituições para resolver os problemas da sua comunidade?
- A sua comunidade tem conhecimento dos seus direitos reconhecidos pela legislação portuguesa? O que tem feito a associação para os divulgar?

### **10.Inclusão social das comunidades**

- Qual é a relação da sua comunidade com o sistema de ensino português? Acha que os elementos da sua comunidade sentem-se integrados no sistema de ensino? A sua comunidade enfrenta problemas de abandono escolar? Se for o caso, do seu ponto de vista o que estará por detrás desse abandono?
- Como caracterizaria a relação da sua comunidade com o Sistema Nacional de Saúde? Deparam-se com dificuldades no atendimento ou na inscrição? Sentem em algum momento preconceito ou hostilidade por parte dos funcionários?
- Os elementos da sua comunidade demoraram muito tempo para arranjar emprego? Sentem algum tipo de preconceito no local de trabalho?
- Como avalia o acesso da sua comunidade aos serviços de Segurança Social? A sua comunidade enfrenta algum tipo de bloqueio no acesso aos serviços sociais?
- A sua comunidade mantém as tradições ou as práticas culturais do seu país em Portugal? Acompanham as notícias do seu país?

- A que religião pertence a sua comunidade? Esta religião integra só pessoas do vosso país?

### **11.Relação com os portugueses**

- Como descreveria a relação da sua comunidade com os portugueses? Acha que a sua comunidade identifica com a portuguesa? Como acha que os portugueses veem a sua comunidade?

### **12.Avaliação das políticas de integração**

- Como avalia a evolução e o sentido das políticas de integração em Portugal?
- O que a sua comunidade tem a dizer ou a acrescentar no âmbito das políticas de integração?